

Revista
Geografia
e Pesquisa

Memórias, Histórias e Narrativas

volume

11

n° 1

ISSN 1806-8553

unesp 

Ourinhos

2017

© 2017 Curso de Geografia do Campus Experimental de Ourinhos

CAPA

Natalia Bae

FOTO DE CAPA

Fabiana Lopes da Cunha

PROJETO GRÁFICO

Maurício Marcelo

DIAGRAMAÇÃO

Karina Vizeu Winkaler

REVISÃO

Andressa Picosque, Caio Ramalho, Camila Leite,
Leonardo Rodrigues e Letícia Lemes Nobre

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Tikinet

R4546

Revista Geografia e Pesquisa / Universidade Estadual Paulista.
Câmpus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia –
Ourinhos: Curso de Geografia, 2014.

74p.; 21cm.

Semestral
v.11, n.1, jan./jun.

ISSN 1806-8553

1. Geografia. 2. História. I. Universidade Estadual Paulista.
Campus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia.
II. Título.

CDD: 910.05

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.

Solicita-se permuta – Se solicita intercâmbio – We ask for Exchange

EXPEDIENTE

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Câmpus Experimental de Ourinhos – Curso de Geografia

Av. Vitalina Marcusso, 1500

19910-206 – SP

PABX: (14) 3302-5700

Home Page: <http://www.ourinhos.unesp.br/revistageografiaepesquisa>

E-mail: revistageografiaepesquisa@yahoo.com.br

EDITORES RESPONSÁVEIS

Fabiana Lopes da Cunha

E-mail: fabiana@ourinhos.unesp.br

Luciene Cristina Risso

E-mail: luciene@ourinhos.unesp.br

SECRETARIA

Leonardo Hiroshi Horie

E-mail: revistageografiaepesquisa@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Sandro Roberto Valentini

Reitor

Sergio Roberto Nobre

Vice-Reitor

Leonardo Theodoro Büll

Pró-Reitor de Administração – PRAD

Cleopatra da Silva Planeta

Pró-Reitora de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários – PROEX

João Lima Sant’Anna Neto

Pró-Reitor de Pós Graduação – PROPG

Carlos Frederico de Oliveira Graeff

Pró-Reitor de Pesquisa – PROPE

Gladis Massini-Cagliari

Pró-Reitora de Graduação – PROGRAD

CÂMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS

Edson Luis Piroli
Coordenador Executivo

Marcelo Dornelis Carvalhal
Vice-Coordenador Executivo

Fabiana Lopes da Cunha
Coordenadora do Curso de Geografia

REVISTA GEOGRAFIA E PESQUISA

COMISSÃO EDITORIAL

Fabiana Lopes da Cunha – UNESP Ourinhos
Luciene Cristina Risso – UNESP Ourinhos

CONSELHO CIENTÍFICO

Ailton Luchiari – FFLCH/USP / SP
André Munhoz Argollo Ferrão – UNICAMP / SP
Andrea Aparecida Zacharias – UNESP / Ourinhos
Angelita Matos Souza – UNESP / Rio Claro
Antonio Nivaldo Hespanhol – UNESP / Presidente Prudente
Antonio Thomáz Junior – UNESP / Presidente Prudente
Bernadete A. C. Castro – UNESP / Rio Claro
Cenira Lupinacci – UNESP / Rio Claro
David Treece – King's College London / Londres/Inglaterra
Eliseu Severio Sposito – UNESP / Presidente Prudente
João Lima Sant'Anna Neto – UNESP / Presidente Prudente
José Flávio Morais Castro – PUC / MG
José Manuel Mateo Rodriguez – Universidad de Havana / Cuba
Lisandra Pereira Lamoso – UFGD
Marcelo José Lopes de Souza – UFRJ
Marcelo Martinelli – USP / SP
Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP / Presidente Prudente
Maria Inez Machado Borges Pinto – FFLCH/USP / SP
Ricardo Antonio Tena Nuñez – UNAM / Cidade do México/México
Zeny Rosendahl – UERJ / RJ

Editorial

O volume 11, número 1 da revista *Geografia e Pesquisa* tem um significado especial. Já se foram dez anos desde seu lançamento. Foram anos de muito labor e alegria em contribuir com a divulgação de pesquisas relacionadas à Geografia e áreas afins. Agradecemos os avaliadores desta edição e todo o apoio recebido da coordenadoria executiva durante esse período, em especial a profa. dra. Andrea Aparecida Zacharias, pela ajuda nos últimos anos. Esta primeira edição de 2017 reúne uma entrevista, artigos e resenha relacionados aos temas de patrimônio cultural e Geografia, territórios urbanos e rurais e memórias.

O primeiro autor, Everton Vieira Barbosa, apresenta uma entrevista com o professor José Geraldo Vinci de Moraes, da Universidade de São Paulo. O entrevistado tem pós-doutorado pela Université Paris-Ouest Nanterre (2015) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1997). Suas linhas de pesquisa envolvem: história da cultura; Brasil República; história da música no Brasil e história da cultura de São Paulo. É pesquisador CNPq 2 CA-AC desde 2006. Na entrevista, o professor comenta sobre sua trajetória acadêmica, suas impressões sobre o panorama da educação brasileira e dos livros didáticos produzidos no país, e sobre a dedicação à música e às pesquisas que envolvem os sons, as sonoridades e as escutas.

Na discussão de patrimônio cultural e Geografia, o autor Rafael H. Teixeira da Silva investiga como a inscrição da Praça de São Francisco (São Cristóvão/SE) na lista de Patrimônio Mundial influencia as dinâmicas deste lugar e sua apropriação pela população local, fazendo entrevistas com os sujeitos sociais envolvidos de modo direto com o processo de produção do espaço na cidade.

Os artigos de Juliana Carolina da Silva e Luciana Brito, “Em busca da memória de Jacarezinho (PR): estação ferroviária de Jacarezinho e expressões da afetividade”, bem como de Johnny Lucas Borges Araujo e Fabiana Lopes da Cunha, “Cotidiano e moral ourinhense: análise do jornal *A Voz do Povo* entre 1927 e 1932”, e o artigo de Álvaro Fernandes Sotarelli, “Memórias da Uenp: resistências”, têm em comum a finalidade de preservar as memórias dessas cidades.

O artigo de Bruno Leonardo Barcella intitulado “Entre o geral e o particular: comparação entre os mercados das cidades de Ribeirão preto (SP) e São Carlos (SP)” discute os negócios imobiliários da região, comparando as duas cidades.

Por fim, a resenha feita por Larissa Tavares Moreno e Thiago Pereira de Barros referente ao doutorado de Diane Belusso, intitulada “A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no oeste do Paraná”, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT/Unesp), defendida em 2010, apresenta a expansão da avicultura industrial no Brasil, sobretudo as inovações tecnológicas e o aumento de produtividade alcançado por este segmento agroindustrial a partir dos anos 1970.

As editoras da revista desejam uma boa leitura e solicitam contribuições de artigos para nossa revista de fluxo contínuo.

Comissão editorial

Profas. Luciene Cristina Risso
e Fabiana Lopes da Cunha.

Entrevista com o professor José Geraldo Vinci de Moraes (USP)

ENTREVISTADOR: EVERTON VIEIRA BARBOSA^a

^a Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense, campus de Niterói.
E-mail: semusico@hotmail.com

Em uma entrevista gentilmente cedida à revista *Geografia e Pesquisa*, o professor e pesquisador José Geraldo Vinci de Moraes comentou sobre sua trajetória acadêmica, suas impressões sobre o panorama da educação brasileira e dos livros didáticos produzidos no país e sobre a dedicação às pesquisas que envolvem os sons, as sonoridades, as escutas e a música. Ele ainda apontou alguns cuidados e caminhos aos historiadores que trabalham com aparelhos tecnológicos e mídias eletrônicas e avaliou as contribuições e os desafios que a cultura digital – como meio para a criação, divulgação e preservação da música – podem proporcionar aos pesquisadores.

Professor de metodologia e teoria da História da Universidade de São Paulo desde 2003, José Geraldo Vinci de Moraes é editor da *Revista de História* (2013-2017), coordenador do Grupo de pesquisa do CNPQ “Entre a memória e a História da música” e membro do Ludens-USP (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre Futebol e Modalidades Lúdicas). Com pesquisas sobre a História da cultura brasileira, a cultura musical e a escuta dos sons, o professor *Zé Geraldo* (como é conhecido pelos alunos e colegas) possui vários artigos científicos, capítulos de livros e livros. Dentre eles, destacamos: *Sonoridades paulistanas: A música popular na cidade de São Paulo (Fim do século XIX – Início do século XX)*, publicado em 1997, resultado de sua dissertação de mestrado; *Metrópole em sinfonia: história, cultura e música popular em São Paulo (anos 30)*, publicado em 2000, resultado de sua tese de doutorado; e *História e música no Brasil*, publicado em 2010, livro organizado pelos professores José Geraldo Vinci de Moraes e Elias Thomé Saliba (USP).

Professor José Geraldo Vinci de Moraes, eu e a revista *Geografia e Pesquisa* gostaríamos de

agradecer a disponibilidade em conceder esta entrevista e expressar nossa satisfação em tê-lo como entrevistado. Para iniciar esta entrevista, o senhor poderia relatar brevemente sua trajetória acadêmica?

Zé Geraldo: Sou formado em História pela PUC-SP em uma época bem interessante e muito viva. A universidade no começo dos anos 1980 era um incrível polo cultural, intelectual e político, acontecia de tudo por ali: desde manifestações dos movimentos sociais e políticos bem engajados até as experiências culturais mais malucas e alternativas com dezenas de atividades ocorrendo ao mesmo tempo. A maioria dos cursos tinha muito bom nível, inclusive o de História. Por essas razões, ela era uma universidade engajada, academicamente séria, mas ao mesmo tempo muito alegre e viva, sempre “abarrota-da” de todo tipo de gente, sobretudo durante o período noturno, curso que frequentei já que trabalhava durante o dia. Lá fiz meu mestrado orientado pelo professor Elias Saliba que orientou também meu doutorado já na USP, ambos em torno da música popular na cidade de São Paulo na primeira metade do século XX.

Assim que concluí o curso me tornei professor concursado do sistema estadual de ensino (em uma escola no Jardim São Luiz, na zona sul de São Paulo) e também fui professor de escolas particulares. Nos colégios privados tive uma vida profissional variada, pois fui professor de escolas precárias localizadas em Santo Amaro, onde cresci, passando pelas alternativas, como o Colégio Equipe, e também as tradicionais, como o Colégio Rio Branco. Fui professor nesta dupla condição (escola pública e privada) por anos, o que me deu uma rica experiência prática e a percepção da riqueza e multiplicidade das experiências educativas e humanas.

Gradativamente ingressei no ensino superior: de maneira instável na PUC e outras pequenas faculdades, e depois por meio de concurso na UNESP em 1995. Na UNESP infelizmente vivi uma situação sinistra em um centro em formação (Baixada Santista), aprendendo muito com as mazelas e desvios do serviço público. Sem identidade acadêmica e cultural, ele era dirigido de modo destrambelhado e autoritário, encoberto por certo verniz político e sob a proteção injustificável da reitoria. Diante dos evidentes descabros e distorções, felizmente o centro não resistiu – e junto com ele desapareceram do mundo acadêmico diretores e o reitor – dando lugar, finalmente, a cursos regulares de graduação e sentido público e social àquele núcleo do litoral. Tentando escapar deste panorama absurdo, durante dois ou três anos desta época fui professor no curso de música do Instituto de Artes sediado em São Paulo, onde fui bem recebido. Logo depois fiz uma pesquisa de pós-doutoramento supervisionada pela professora Maria Odila e em 2003 ingressei na USP, prestando concurso para a disciplina de metodologia da História, onde estou até hoje.

Diante de uma grande quantidade de livros didáticos escritos/organizados/publicados/vendidos, é possível dar um panorama da realidade brasileira, enquanto país comprador/consumidor deste material?

Zé Geraldo: Comecei a escrever livros didáticos quando ainda era professor do Ensino Médio a convite de um colega professor que trabalhava na antiga editora Atual, que era uma editora bem interessante que começava a crescer e procurava novos autores com novas posturas. Desde os anos 1990 vivo neste universo e convivo com as várias mudanças que ocorrem nesta área sem, no entanto, ter me tornado um autor profissional, no bom sentido do termo.

De modo geral, creio que de lá para cá a qualidade dos livros didáticos melhorou bastante, tanto do ponto de vista dos conteúdos quanto do editorial. A profissionalização das equipes neste campo foi evidente, criando a possibilidade da produção de obras de ótimo nível, mesmo sofrendo o preconceito costumeiro da universidade, os conteúdos e os livros melhoraram de maneira evidente. Isto ocorreu muito em razão dos sistemas de avaliação externa criados pelo MEC nos anos 1990, cuja intenção era ao mesmo tempo orientar os conteúdos das escolas e, sobretudo, controlar positivamente a compra de livros

didáticos pelo Estado. Neste contexto, as universidades públicas foram obrigadas a participar ativamente fazendo a análise crítica das obras.

Esse me parece um caso bem-sucedido de política pública moderna e transparente em que o Estado é indutor, sem que necessariamente intervenha nos conteúdos e resultado final. É claro que esse processo gerou também distorções, uma vez que o volume de dinheiro envolvido na aquisição das obras se tornou gigantesco, isso atraiu editoras e autores com interesses unicamente comerciais que passaram a escrever livros direcionados ao “sucesso editorial”, uma vez que o retorno financeiro de direitos autorais é enorme. Por outro lado, algumas editoras formaram equipes de autores anônimos especialistas para alavancar as vendas e evitar o custo com pagamento de direitos autorais, outras ainda produziram obras com sistemas de ensino “muito bem amarrados” pedagogicamente para facilitar e agradar aos professores e garantindo sucesso editorial. Deste modo, formou-se um panorama que creio seja normal: livros bons e ruins que são escritos e apresentados para a escolha do professor.

Depois de duas décadas, talvez seja o momento de reavaliar e reorientar com cuidado todo esse processo, sobretudo porque se tornou um mercado em que participam com vigor apenas as grandes editoras com capacidade de se mobilizar no país todo. Assim, tomam à frente os livros que são apoiados por um grande e forte esquema de divulgação em todo o país.

Durante a elaboração dos livros didáticos, quais foram as suas preocupações e das editoras a respeito do conteúdo abordado? Houve divergência/tensão/acordo/cessão naquilo que foi publicado?

Zé Geraldo: Creio que em todo o universo editorial, sem exceção, aparecem divergências, tensões, acordos e cessões, a relação entre autor e editor(a) nem sempre é tranquila. No caso dos livros didáticos aparecem algumas especificidades: sempre há, por exemplo, – dependendo da época e das circunstâncias – temas da “moda” ou então temas “tabus” impostos pela sociedade, pelos editais do MEC e, conseqüentemente, pelas editoras que obrigam os autores a seguirem certa direção.

Nos últimos tempos os editais apareceram de forma, digamos, um tanto “esquizofrênica”: eles deixam transparecer uma vontade inconfessável de condução

excessiva, mas sem clareza dos objetivos e caminhos a serem trilhados, o que na prática criou uma tremenda desorientação. As tensões geradas foram inúmeras, com restrições de uso de palavras, conceitos, temas e assim por diante. Um caso bem estapafúrdio foi o da exigência de uso de itens digitais nos livros didáticos sem que o MEC tivesse a mínima ideia do que era isso, como eles deveriam ser apresentados, as questões tecnológicas envolvidas na produção e no acesso dos alunos, quais as contribuições e limites pedagógicos, como deveriam ser avaliados e assim por diante, criaram uma situação inaudita a tal ponto que foram obrigados a desconsiderá-los. Bom, infelizmente essa “esquizofrenia” foi a característica do MEC de maneira geral nos últimos anos e não seria diferente com relação ao livro didático, não é mesmo?

Como o senhor vê o ensino de História dentro da área de História: Tem um espaço conquistado? Os programas de pós-graduação incluem a vertente nas linhas de pesquisa ou é uma área ainda ligada à Educação?

Zé Geraldo: Bom, não sou professor e pesquisador desta área de ensino. Essa é uma pergunta que deveria ser dirigida a quem atua e tem interesse neste campo. De maneira bem impressionista, talvez eu possa dizer que hoje em dia a situação é um pouco melhor: tenho a impressão de que os preconceitos mútuos parecem que vão sendo vencidos, assim espero. No nosso curso de História na USP há preocupação evidente com a formação destinada ao ensino, tanto é que temos disciplinas específicas na grade curricular do bacharelado. Além disso, mesmo que repleto de polêmicas, há também a tradicional disciplina própria de prática de ensino em História no curso de licenciatura na Faculdade de Educação. Isso basta? Creio que não.

Nossos alunos continuam saindo com dificuldades para enfrentar o universo da escola. Não é um problema da área de História, mas geral, as universidades públicas têm que repensar seu papel na formação de professores, elas continuam muito concentradas na produção de pesquisa. A área de educação e práticas de ensino tem suas próprias pesquisas e modos de ser e compreender o conhecimento, voltados para a prática do ensino de crianças e jovens. Talvez apontar para a vocação de cada faculdade, ou até mesmo das universidades, ao invés de tentar impor um modelo único que tente resolver todos os problemas e questões, seja um caminho.

Ter faculdades e universidades de ótimo nível com objetivo central de formar professores e produzir pesquisa nesta área deveria ser motivo de orgulho, essa compreensão de uma universidade que se obriga a tudo está relacionada há um tempo em que o sistema universitário brasileiro era muito restrito. Deste modo, as poucas universidades tinham que obrigatoriamente cumprir todas essas funções, da pesquisa de ponta à formação de professores. Hoje o quadro é outro: o problema é convencer e mover as camadas do poder burocrático universitário, consolidado há anos no sistema.

Como o senhor enxerga o papel da Educação e da História (e/ou a falta dessas) na conjuntura brasileira atual?

Zé Geraldo: Bom, no quadro geral de indignação cultural e ética que vivemos nos últimos tempos ou, parafraseando Euclides da Cunha de “completa involução”, certamente a educação pública foi atingida brutalmente. O Estado foi incapaz de oferecer e orientar minimamente saídas para a educação no século XXI, continuamos apresentando as antigas mazelas e a costumeira incapacidade de resolver minimamente os problemas, agravadas pela inoperância e desorientação que tomou conta do país nos últimos tempos.

Ao mesmo tempo, contraditoriamente, se identifica na sociedade gente boa e comprometida, fazendo coisas interessantíssimas. Infelizmente os atores que fazem parte deste cenário do sistema público estão completamente perdidos e repetem incessantemente, como um mantra, os mesmos jargões, alternativas e projetos, e na maior parte das vezes estão mais interessados nas disputas internas do sistema burocrático.

As greves nas universidades, por exemplo, são talvez um espelho dramático deste quadro: normalmente elas revelam apenas as disputas e interesses políticos dos setores burocráticos e corporativos que se digladiam e o que se escuta nestes conflitos é mais do mesmo! É um conjunto um tanto sombrio e rabugento, que carrega certa melancolia passadista: e muitos deles são jovens (professores, funcionários e, claro, os alunos) que acabam imobilizando as universidades, saturando professores e alunos mais arejados e criativos que se veem acuados, combatidos e, infelizmente, no final das contas, amargurados.

Já o Ensino Médio continua sem identidade e direção, cada novo governo (ou ministro) que aparece faz tabula rasa das discussões e conquistas anteriores

e pretende fundar o novo mundo! A discussão sobre a BNCC seguiu um pouco nesta direção: a atuação de setores engajados na burocracia e sistemas de poder acabaram produzindo um documento completamente desorientado na área de História, criticado pelo único ministro da educação interessante e interessado que tivemos na última década (não foi por acaso que ele não resistiu). Produzido neste contexto, bem provavelmente a BNCC será mais um documento formal que cairá no vazio, seguindo nossa larga tradição cultural, destacada por Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*, do excessivo formalismo legal sem substância social.

Atualmente se articulam mudanças para o Ensino Médio, sugerindo maior flexibilização nas disciplinas e jornada integral. Sou amplamente favorável a essas duas concepções, porém, é preciso avaliar direito como será isso na prática, do contrário, teremos uma escola pública desorientada, frágil e débil, não mais em tempo parcial, mas em tempo integral!

O panorama não é animador neste contexto de indigência cultural e ética geral que salientei. Não temos, por exemplo, nem mesmo uma liderança intelectual e política como houve no passado com autoridade intelectual (mesmo que para discordar dela), capacidade de articulação e respeito para assumir a direção de um debate sério em torno da questão. Em contraposição, vejo uma série de ONGs, algumas delas importantes, mas outras bem questionáveis, assumindo a liderança das discussões em torno das prioridades, das práticas e conteúdos da educação. E nem vou me referir aos partidos políticos, sem exceção alguma, cuja credibilidade e falta de liderança para tratar destas questões é nula, não obstante aparecer como tema nas campanhas políticas.

Assim, ficamos encalacrados, com dificuldades para sair do lugar, parece que de fato vivemos em um daqueles períodos geracionais de certa limitação. Infelizmente isso acontece. Para usar uma metáfora futebolística muito comum, eu diria que nos últimos anos “o plantel não é bom”, o que faz o país passar por uma “fase ruim”. Creio que teremos que esperar uma nova geração para sair deste impasse.

Dentre as linhas de pesquisa trabalhadas, há uma atenção pelos esportes, atividades lúdicas e futebol em São Paulo, além de o senhor fazer parte do Ludens (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas).

O que o levou a desenvolver estudos nesta área, e como elas se apresentam atualmente para a historiografia brasileira?

Zé Geraldo: Bom, o Ludens é bem o caso de que há setores criativos, arejados e alegres na universidade. Ele reúne alunos, professores e pesquisadores entusiasmados com o tema e as pesquisas que não se limitam apenas ao futebol que, no entanto, certamente tem papel central. O objeto já deixou de ser interesse exclusivo da crônica esportiva e não sofre mais tanto preconceito no mundo acadêmico.

Houve circunstâncias favoráveis para seu surgimento que associou as transformações historiográficas internacionais em torno do tema (estudos sobre o corpo, lazeres e tempo livre, novas sociabilidades urbanas, esportes etc.), interesse de alguns intelectuais em colocar o futebol na agenda de discussão para a compreensão da sociedade brasileira (como, por exemplo, Roberto da Mata e Zé Miguel Wisnik), a universidade reconheceu sua importância e até surgiu o empenho de setores públicos de incluí-lo nas políticas de memória (como o ótimo Museu do Futebol), até os três megaeventos esportivos (Copa, Olimpíadas e Paralimpíadas) colaboraram de modo indireto para produzir esse contexto favorável.

Creio que o Ludens está no eixo disso tudo, assim como outros centros e núcleos que existem no interior de São Paulo, no Rio de Janeiro, no sul do país, entre outros. Mas na verdade eu sou apenas um entusiasta curioso do assunto e colaboro como posso, meu interesse pelos esportes em geral e pelo futebol em especial sempre foi muito mais como praticante permanente. Jogo desde muito jovem e me mantenho em atividade até hoje. Os pesquisadores de fato são professores como Flávio Campos (USP) e Luiz Henrique Toledo (UFSCar), entre outros tantos colegas: eles desenvolvem investigações neste campo, organizam curso de pós-graduação e extensão, reúnem os colegas de outras universidades e áreas associadas (como antropologia, educação física, pedagogia, sociologia e assim por diante).

São eles realmente os articuladores e condutores deste processo; eu apenas ajudo no centro e oriento alguns trabalhos que julgo interessantes. Destaco aqui, por exemplo, dois deles premiados fora e dentro da universidade, como um ótimo doutorado sobre os primórdios do futebol na cidade de São Paulo e um excelente mestrado sobre a “Tiririca” (uma espécie de capoeira paulistana) e o samba de engraxates paulistanos. Ambos

podem ser acessados pela rede, mas já estão editados como livro.

Enquanto pesquisador, o senhor tem dado atenção aos sons, sonoridades, às escutas e à música. Quais elementos e dilemas existentes neste campo do conhecimento? A interdisciplinaridade pode ser um caminho possível para articular este campo na pesquisa histórica?

Zé Geraldo: Esta sim é minha área de pesquisa! É neste território que desenvolvo minhas investigações, escrevo, realizo cursos de pós-graduação e extensão, formo alunos e assim por diante. Como se percebe, não me ajusto muito bem aos temas que formam o *establishment* institucional da historiografia! Isso às vezes cria dificuldades.

Bom, este é um território ainda em formação, mas que avançou muito no Brasil a partir dos anos 1990. Fiz uma pesquisa quantitativa sobre o assunto que está na página de meu grupo de pesquisa (www.memoriadamusica.com.br) que revela o crescimento de dissertações e teses defendidas nos cursos de História de todo o país a partir desta década, isso significa que o tema deixou de ser apenas um assunto dos críticos e especialistas geralmente originários do jornalismo e se consolidou entre os historiadores acadêmicos.

Muitas delas trouxeram contribuições imensas para a compreensão da cultura do país, apontaram para caminhos criativos e assim por diante, no entanto, curiosamente, essa pesquisa revela também como ao mesmo tempo foram sendo criadas áreas de interesses por onde as pesquisas circulam: por exemplo, é prevalente o interesse pela música popular, mais especificamente pelo samba e MPB, e pelos anos 1930 e 1960-1970, como se sabe, grandes marcos da nossa cultura musical. Sem querer me alongar demais na questão, provavelmente esse quadro é produto, entre outras coisas, da postura do *fanscholar*, que pretende estudar seus autores ou gêneros mais queridos (a princípio não vejo problema nisso, desde que o fã não se sobreponha ao pesquisador).

Desta perspectiva, todo mundo podia orientar ou pesquisar sobre o assunto: bastava ter a sincera simpatia e gosto por ele. Esse panorama acabou por estabelecer uma espécie predominante de “historiografia da música popular” fundada nos autores e/ou gêneros (bem coisa de fã, não?), seguindo curiosamente os moldes da História da música erudita, deixando de lado outras

dimensões do mundo e da cultura sonora, musical e de escuta do mundo. Esse quadro acaba revelando também certa preguiça epistemológica e metódica dos historiadores, uma vez que as fontes, as discussões teóricas e a bibliografia sobre esses temas já estavam mais ou mesmo estabelecidas e até mesmo consagradas por aquela antiga historiografia formada por críticos e jornalistas. Então por que arriscar-se?! Essa atitude infelizmente fossilizou prematuramente um território ainda em formação e que precisa agora se ampliar e ser um pouco mais criativo.

Entretanto, percebo que o *boom* de investigações sobre o assunto diminuiu um pouco, talvez como uma forma exatadamente de se recolher para repensar e arriscar mais outros temas, objetos, e também pelas exigências que começaram a aparecer para trabalhar com o assunto, uma vez que as discussões começaram a se aprofundar.

Em sua visão de historiador e pesquisador da música, como caminha a historiografia internacional e brasileira a respeito da História da música?

Zé Geraldo: Creio que é preciso, antes de qualquer coisa, diferenciar História da música e a música na História. A História da música tem uma longa tradição que se estabeleceu no século XIX associada à musicologia, às vezes confundindo-se com ela, e que trata estritamente da música de concerto ou da música erudita, reconhecendo aqui ou ali certa “música do povo”, entendida como folclórica. Esta é uma rica tradição com a qual temos que obrigatoriamente nos relacionar e compreender.

Além dela, ou melhor, tentando escapar dela, a etnomusicologia aparece na segunda metade do século XX – saída da musicologia comparada – como uma forma de compreender, analisar e contar outros tipos de música: a ágrafa, a popular, a do povo, a “do outro” etc. Poderia lembrar também que, a partir dos anos 1990, apareceu um forte movimento, originário dos estudos culturais e áreas da comunicação e ramos da musicologia, que pretendia estabelecer parâmetros e métodos de uma “História da música popular”, distanciada da História da música, do folclore e da etnomusicologia. Ele fundou associações, organizou congressos e lutou para formar um campo próprio, com conceitos, métodos e até disciplinas universitárias. E bem mais recentemente se

formaram campos como do *sound studies* ou da História da escuta ou da auralidade.

Agora, creio que a preocupação dos historiadores de ofício com os sons e a música é bem diferente, embora tenham que obrigatoriamente levar em conta essas outras dimensões e manter vivo o diálogo com elas, infelizmente ela é tardia, pois a historiografia é tradicionalmente surda. A dinâmica dos estudos historiográficos internacionais que se preocupam com os sons e a música é muito semelhante àquela do Brasil que explicitarei logo anteriormente: o crescimento ocorreu a partir dos anos 1990 e seu andamento foi muito lento. Em muitos casos avançamos muito mais, talvez em razão da centralidade que a música, sobretudo a popular, tem em nossa sociedade.

Os estudos teóricos e as pesquisas eram rarefeitas: alguma coisa criativa, por exemplo, foi produzida nos limites da “História das sensibilidades”, como os trabalhos interessantíssimos de Alain Corbain (1994) e J.-P. Gutton (2000) que se basearam no conceito de “paisagem sonora” do musicólogo canadense Murray Schafer (anos 1970). No século XXI, a historiografia ganhou nova dinâmica abrindo franco diálogo com a antropologia sonora (escuta do mundo), com a musicologia (os debates sobre a escuta e a aurabilidade originárias no *sound studies*) e a comunicação (História das técnicas da fonografia e da radiofonia).

O que julgo atualmente interessante também são as discussões sobre a “escuta dos sons do passado”, todos os sons, da música aos ruídos e sonoridades. Obviamente esse é um debate que interessa a nós historiadores de perto, seja do ponto de vista da compreensão desta escuta no passado e as formas metódicas de se chegar a eles. Por exemplo, escutar os sons presentes na lógica dos centros urbanos do século XIX, como fez Corbain com os sinos, é bem diferente de escutar a trajetória da obra de certo autor ou gênero musical do mesmo século XIX. Estamos no mesmo universo de escuta do mundo, mas com focos, fontes, interpretações distintas. Então, como chegar a esses sons diferentes e como compreendê-los?

Por sua vez, realizar uma investigação diante da inexistência de registros sonoros mecânicos ou elétricos é bem diferente quando temos esses meios em mãos. Portanto, derivada desse debate aparece outra preocupação que considero fundamental: como se aproximar dos registros gravados e como escutá-los como fonte. A tradição metódica da historiografia está centrada no método crítico da fonte escrita e conhecemos a riqueza e, sobretudo, as distorções criadas por ela, temos que

inventar uma forma de escutar as fontes que seja suficientemente maleável e criativa. Creio que essas discussões todas interessam de perto os historiadores preocupados com o universo sonoro de maneira geral.

Diante da inúmera diversidade de aparelhos tecnológicos e mídias eletrônicas surgidas nos séculos XX e XXI capazes de (re)criar / gravar / registrar / e(trans)mitir / (re)produzir todo tipo de sonoridade, quais cuidados a tomar e caminhos a seguir o senhor apontaria aos historiadores e demais estudiosos que trabalham ou que gostariam de trabalhar com estes meios como objeto/fonte de pesquisa?

Zé Geraldo: Acho que alguma coisa já está respondida na questão anterior. E é sempre bom lembrar que os instrumentos musicais também são mediadores sonoros e que comportam algum tipo de tecnologia na sua confecção: do tambú aos sintetizadores!

De qualquer maneira, saliento que as escutas mediadas por meios técnicos e suas máquinas surgidas no final do século XIX, materializaram uma profunda mudança nas experiências humanas e na escuta do mundo. De tal modo que ela foi, digamos, naturalizada, ou seja, elas se entranharam de tal maneira em nossas vidas que deixamos de perceber sua existência cotidiana: ninguém se questiona ou reflete no momento de apertar o botão para escutar o rádio ou dar início à circulação de um disco.

O surgimento do mundo e da cultura virtual no final do século XX apresentou uma nova realidade e novas discussões que, em torno dessas questões, (re)surgiram com muito vigor e, de algum modo, serviram também para um retorno aos antigos debates. Vários autores vindos da musicologia, da comunicação e da história têm discutido essa questão não apenas do ponto de vista teórico, mas retornando ao final do século XIX e início do XX para entender melhor as primeiras práticas e escutas dos sons mediados pelo binômio tecnologia-máquinas.

Creio que o restante da questão se responde com a pergunta seguinte.

A cultura digital tem proporcionado novos meios para a criação, a divulgação e a preservação da música. Como o senhor avalia este cenário e quais

as contribuições e desafios para o pesquisador neste contexto?

Zé Geraldo: No ponto de vista do historiador, as transformações foram imensas. Na verdade essa é uma questão bem mais ampla, pois ela alcança todos os historiadores e atinge a narrativa historiográfica e a escrita da História, nos termos de Michel de Certeau. Atualmente há um significativo número de historiadores que debatem esses impactos todos, formando uma área que se entende hoje como História Digital. Eu mesmo, no meu curso de metodologia da História na graduação, apresento alguns temas e questões destas discussões mais atuais, mas as discussões são ainda incipientes.

Dito isso, retorno à questão afirmando que a formação de acervos digitais sonoros com acesso direto pela rede apresentou uma realidade sonora para o historiador jamais vista. Sites oficiais, institucionais, privados, piratas e assim por diante nos apresentam uma multiplicidade e variedade de registros sonoros. Há de tudo! Bom, o que fazer com isso?! Essa é a grande questão que temos que debater teoricamente ao mesmo tempo em que desvendamos os caminhos de nossas pesquisas.

Orientei um trabalho de pós-doutoramento que discute exatamente essas questões e se apresenta em artigo na Revista de História (com acesso on-line em: <http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/173/16-Caca-Machado.pdf>). Não há solução teórica completa e mágica, nem modelo metódico rígido a ser seguido, sobretudo num campo novo repleto de fragilidades como esse dos sons e das escutas. Aqui não há como não recordar de Carlo Ginzburg sobre nossos dilemas historiográficos: devemos assumir um estatuto frágil para chegar a resultados

relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados sem relevância?

Recentemente o senhor realizou um pós-doutorado na Université Paris-Ouest Nanterre la Défense, na França. Poderia nos contar como foi este período de pesquisa?

Zé Geraldo: Foi excelente do ponto de vista acadêmico e pessoal. Viver na cidade de Paris realmente é muito bom: ela é bonita, funciona e seu sentido público é extraordinário, além de que o parisiense cuida e sabe viver e usufruir muito bem dela. A França ainda é um país incrível para nós historiadores, sobretudo aqueles interessados pela História cultural. Embora as estruturas das universidades tenham decaído materialmente se comparadas às dos EUA e Inglaterra, o debate ainda é arejado e interessante. As bibliotecas e acervos tem um funcionamento público incrível, não obstante certa burocracia, presente em toda vida francesa, aliás, nossa burocracia acadêmica seguiu o exemplo francês.

Agora, mesmo nestes contextos positivos, sempre aparecem dificuldades cotidianas, pessoais e estruturais. Geralmente sempre sentimos muita falta do mundo em que fomos criados e onde estão nossas referências sociais e afetivas. Neste sentido, impossível não recordar Antônio Carlos Jobim, quando instado a comentar sobre sua experiência de viver nos EUA. Para revelar esses dilemas e contradições que vivia naquela época, disse: “aqui (EUA) é muito bom... Mas é ruim (não foi bem esse o adjetivo que usou...). Aí (Brasil) é ruim (idem), mas é muito bom!”

Patrimônio cultural: construção do passado e do futuro em São Cristóvão (SE)

Cultural heritage: the construction of the past and the future in São Cristóvão, Sergipe, Brazil

RAFAEL H. TEIXEIRA DA SILVA^a

^a Doutorando em geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro. Mestre em geografia humana pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Bolsista pela Capes.
E-mail: rafahts@hotmail.com

Esta investigação de doutorado busca examinar as formas de como a inscrição da Praça de São Francisco, em São Cristóvão (SE) na lista de Patrimônio Mundial da Unesco em 2010 influencia as dinâmicas do lugar e sua apropriação pela população local. O desenvolvimento desta problemática realizar-se-á mediante o caso de estudo da cidade, localizada a 26 km da capital Aracaju. Nesse sentido, a investigação será sustentada por uma metodologia quali-quantitativa desenvolvida por pesquisas bibliográficas e documentais, aplicação de questionários com a população local e entrevistas com sujeitos sociais envolvidos de modo direto com o processo de produção do espaço em São Cristóvão.

Palavras-chave: São Cristóvão, patrimônio, patrimonialização, apropriação.

This article is a doctoral research that examines how the inscription of São Francisco's Square, located in the city of São Cristóvão (Sergipe, Brazil) in the Unesco World Heritage List influences the dynamics and its appropriation by the local population. We have developed our research based on a case study in São Cristóvão, located 26 km from the state capital, Aracaju. Endowed with this title, this monumental ensemble creates an urban landscape that reflects the history of the town since its origin. In this sense, the investigation will be held by a quali-quantitative methodology established by bibliographic and documentary research, questionnaires with the local population and interviews with individuals involved directly with the process of production of space in São Cristóvão.

Keywords: São Cristóvão, heritage, heritagization, appropriation.

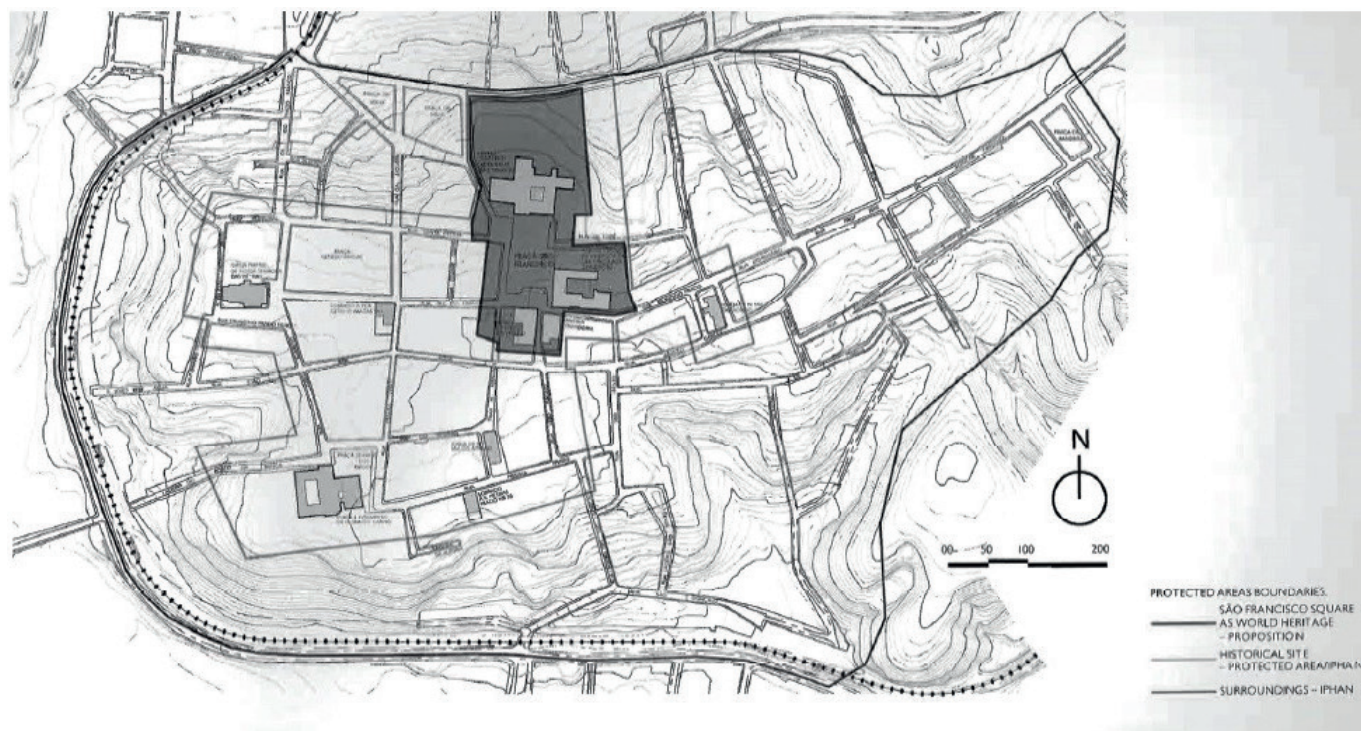
INTRODUÇÃO

Com o intuito de dar continuidade à investigação sobre o tema realizado no mestrado nos últimos dois anos, esta pesquisa de doutorado foi proposta, buscando ampliar o horizonte teórico no âmbito da geografia do patrimônio. Nesse contexto, a partir de um mestrado na área de geografia humana no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e do interesse pelo patrimônio cultural, foi possível uma pesquisa científica sobre os efeitos da patrimonialização em Belém (Lisboa-Portugal). No decurso de um trabalho científico, surgiram novas possibilidades e direções de pesquisa, que acabaram por despertar a atenção do autor. Diante disso, foi evidenciada a importância da análise de um estudo de caso no Brasil. Em um cenário que abrange a mundialização de valores e padrões ocidentais que, muitas vezes, levam à mercantilização da história e da cultura locais – alterando comportamentos e estilos de vida –, foi ressaltada a relevância de desenvolver um estudo que contemple o município de São Cristóvão (SE), que tem uma área classificada recentemente como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A escolha do tema teve como motivação a experiência enriquecedora como participante de um projeto de educação patrimonial, realizado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de Ouro Preto (MG), em 2009. Esse aprendizado despertou o fascínio e a curiosidade pelo tema, o que resultou na realização do trabalho de conclusão de curso sobre a utilização do patrimônio pelo turismo, em 2010, e de um mestrado sobre o patrimônio de Belém-Lisboa, em 2011-2013.

A elaboração da tese está centrada na análise sobre o município de São Cristóvão, por ter rico patrimônio cultural. Parte desse patrimônio, especificamente a Praça de São Francisco, foi inscrita em 2010 como Patrimônio Mundial da Unesco por preservar as formas e proporções do período colonial no qual Portugal e Espanha estavam sob união dinástica (UNESCO, [201-]). Além de representar uma adaptação do estilo de praça europeia para cidades coloniais, a praça é um sítio de celebrações folclóricas e religiosas que expressam a união de culturas materiais e imateriais convergindo num só lugar. A área protegida da Praça de São Francisco possui uma extensão de 3 ha, como é possível verificar na Figura 1.

Figura 1. Área protegida da Praça de São Francisco em São Cristóvão (SE).



Fonte: Unesco [201-].

Fundamentalmente delimitado como um lugar de memória (NORA, 1993), para o melhor conhecimento das características encontradas em São Cristóvão, realizou-se algumas leituras consideradas essenciais (ABADIA; BARROCO, 2012; AZEVEDO; ARAGÃO, 2010; ROMÃO, 2007) para a apreensão da área e, ainda, uma visita exploratória pela área protegida da cidade. A partir dessa aproximação, foi possível tomar como ponto de partida a forma como a inscrição da Praça de São Francisco na lista de Patrimônio Mundial da Unesco influencia as dinâmicas do lugar e sua apropriação pelos residentes.

Tendo esse fio condutor como princípio, será questionado, essencialmente: o que é o processo de patrimonialização; como este participa nas dinâmicas de São Cristóvão; quais as formas de apropriação criadas pelos habitantes locais diante desse fenômeno; qual a política patrimonial vigente no município. Por fim, verificar-se-á se a projeção desse patrimônio pela “indústria cultural” produz territorialidades excludentes.

No sentido de alcançar o propósito da tese de doutorado, pretende-se salientar o processo de patrimonialização como um fator fundamental na produção e apropriação de São Cristóvão. Desse modo, intenciona-se identificar as principais mudanças territoriais que a patrimonialização opera no município, analisar a forma como as modificações geradas por esse fenômeno se refletem na apropriação do lugar pelos habitantes (LEFEBVRE, 1991) e, ainda, verificar sua influência nas representações oficiais e populares do passado e suas implicações no presente, no que concerne a construções e ideias de pertencimento. A investigação será baseada em uma metodologia quali-quantitativa, procurando abranger de forma mais aprofundada as dinâmicas, a utilização e a apropriação do espaço em estudo.

A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO

Ao reconhecer a relevância do presente estudo, é necessário debater brevemente os conceitos de patrimônio e patrimonialização que vão fundamentar este projeto de tese. Nesse sentido, na lexicografia portuguesa, a designação “patrimônio” começa a ser aplicada e vinculada aos valores do legado cultural somente no último quartel do século XIX (CUSTÓDIO, 2010a). Na língua portuguesa a palavra “patrimônio” foi inicialmente definida como herança paterna e bens familiares. Posteriormente passou a ser referenciada

como o conjunto de bens culturais ou naturais de valor reconhecido por determinada localidade, região, país ou para a humanidade, que ao ser inventariado e registrado, deve ser preservado para o usufruto de todos os cidadãos. É interessante ressaltar que algumas obras fazem menção à Lista de Patrimônio Mundial da Unesco e à ideia de posse coletiva sobre o patrimônio como parte do exercício da cidadania (FERREIRA, 1999; HOUAISS; VILLAR, 2002).

Ao utilizar essa definição do conceito de patrimônio como ponto de partida, é importante assinalar uma grande lacuna deixada em branco, ao passar da simples ideia de herança e bens familiares para a noção de posse coletiva, exercício da cidadania e patrimônio mundial. Para melhor compreender o(s) significado(s) dessa palavra e chegar a uma concepção de universalidade de temas tão particulares, verificou-se fazer algumas delimitações acerca desse conceito, que na contemporaneidade está aparentemente consolidado, mas que na realidade ainda necessita de certo aprofundamento e debate.

Como demonstrado pelo emérito professor e pesquisador em geografia David Lowenthal (1998), *patrimoine* (em francês), *patrimony* ou *heritage* (em inglês), expandiram sua definição de simples bens herdados do passado e passaram a abranger heranças deixadas por antepassados e legados culturais em geral. O autor chega a afirmar que há cerca de sessenta anos alguns livros sugeriam que a palavra estaria basicamente ligada aos direitos de sucessão, hereditariedade e mesmo tributação, mas agora abrange antiguidades, identidades nacionais e sentimentos de pertença. Lowenthal (Ibidem) sugere que devido a esses fatores – e também por acreditar que, ao se realçarem tradições de comunidades específicas, a autoestima e o sentimento de identidade dessas comunidades aumentam –, a utilização de elementos do passado varia em cada sociedade.

Outros autores que demonstram algumas preocupações da geografia com o patrimônio são Graham, Ashworth e Tunbridge (2000), que se interessaram pelas formas de como o passado é lembrado e representado, tanto no âmbito oficial quanto no popular, e os efeitos geográficos que esses fatos têm no presente. Eles acreditam que o fenômeno patrimonial é intrinsecamente espacial e que sua classificação como domínio dotado de significado o atesta como um campo de conflito social. Deve-se ressaltar que os autores exteriorizam o patrimônio como um bem cultural e econômico, que acaba por multiplicar seu uso e consumo, originando, em alguns casos, conflitos entre diferentes grupos e seus interesses.

Para exercer uma reflexão a respeito do tema, é imprescindível fazer menção ao trabalho desenvolvido pela historiadora das teorias e formas urbanas e arquitetônicas Françoise Choay (2001), em sua obra *A alegoria do patrimônio*. Nesse livro a autora referencia a procedência essencialmente associada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas do patrimônio, mas vai muito além desses componentes.

Tomando o patrimônio histórico arquitetônico como base fundamental, Choay (Ibidem) demonstra que este possui sua gênese no monumento histórico. Ambos os conceitos, de monumento e monumento histórico, estão intimamente ligados por aludirem ao passado e terem o intuito de utilizá-lo, de modo a criar uma correspondência profunda entre memória e saber. Nesse sentido, o primeiro remete à lembrança, ao intuito de rememorar acontecimentos, ritos ou crenças. Já o segundo é considerado uma invenção do Ocidente, onde o bem em si não é construído com a finalidade monumental, mas assume essa característica *a posteriori*, por meio de uma construção social realizada por olhares convergentes que selecionam alguns representantes entre os edifícios existentes.

O patrimônio, atualmente, é usufruto de uma vasta gama de atividades. No âmbito cultural, foi incorporado devido a sua produtividade artística e artesanal, além da visão que considera artefatos e bens intangíveis como dignos de preservação. No político, é usado para apoiar a criação de estados e a legitimação dos governos e suas ideologias. Por último, a utilização do patrimônio no contexto econômico, corrobora atividades do setor de modo direto ou indireto (TUNBRIDGE; ASHWORTH, 1996). Por conseguinte, na contemporaneidade é imprescindível avaliar, principalmente, o emprego do patrimônio como recurso cultural, político e econômico, devido ao fato de a maioria das atividades da esfera patrimonial englobar essas três categorias.

UMA INTRODUÇÃO SOBRE O FENÔMENO DA PATRIMONIALIZAÇÃO

Apesar de não haver um consenso sobre a definição exata do processo de patrimonialização, há um entendimento comum sobre alguns de seus aspectos. Sendo perceptível a constatação de um alargamento e uma padronização tanto na abordagem patrimonial quanto nas práticas de conservação, restauro e planejamento, a nível mundial será fundamental discutir e

pormenorizar as principais leituras a respeito do tema, transpondo-as numa sistematização racional e inteligível para o propósito da tese. A partir do pressuposto de que é perceptível a ocorrência de um alargamento e uma padronização tanto na abordagem patrimonial quanto nas práticas de conservação, restauro e planejamento – a nível mundial –, é fundamental transpor as principais leituras a respeito do tema de modo racional e inteligível.

Partindo de uma das maiores referências nos estudos patrimoniais, Choay (2001) articula seus pensamentos fundamentada na ideia de que houve a mundialização dos valores e dos padrões ocidentais, que culminaram em uma “expansão ecumênica das práticas patrimoniais” (p. 207). A autora julga que através da noção e representação dos monumentos, patrimônios arquitetônicos e cidades históricas, as sociedades ocidentais definiram sua identidade e reconheceram sua relação com a temporalidade. Esse movimento distanciou as sociedades para que pudessem se descobrir e tomar consciência própria, para então construírem uma imagem de si engrandecida (Ibidem).

Tal dinâmica de difusão do interesse na salvaguarda do patrimônio ocorreu em larga escala somente depois da Segunda Grande Guerra. Favorecido pelo espírito de reconciliação instaurado após o término da guerra, originou-se um processo global de uniformização do pensamento sobre o patrimônio, que culminou na criação de um conjunto de organizações supranacionais de cooperação entre países (BRITO-HENRIQUES, 2003). Nasce então, em 1946, no quadro da Organização das Nações Unidas (ONU), a Unesco, com o propósito de fomentar o desenvolvimento e a colaboração no campo da educação, da ciência e da cultura.

Como apontado previamente, Choay (2001) alega que foi por meio da Assembleia Geral da Unesco, em 1972, relativa à proteção do patrimônio, que houve a universalização dos valores ocidentais sobre o tema. Recomendou-se aos países aderentes identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir seu patrimônio às futuras gerações, além de estabelecer a pertença comum e a solidariedade planetária no resguardo desse patrimônio. A autora sustenta que foi acrescido valor econômico ao patrimônio por meio de uma “engenharia cultural” por parte dos setores público e privado, sendo que já eram constatadas tendências de um processo planetário de banalização e standardização em meados da década de 1970 (Ibidem). Essa autora defende que o patrimônio urbano passa por um processo de “embalagem” em vista do consumo cultural, que, conjuntamente com investimentos por parte do

mercado imobiliário, suprime as populações locais, suas atividades e tradições.

Numa interpretação próxima à de Choay, Custódio (2010b) afirma que o advento da patrimonialização se deve ao exagero no que concerne à defesa e conservação do patrimônio, que ocorreu principalmente a partir da década de 1980. Ele acrescenta que esse fenômeno é uma resposta da sociedade às mudanças sociais e econômicas advindas do avanço da globalização, o que levou a uma controvérsia internacional que vai do excesso de querer preservar tudo a reações antipatrimoniais. Outro fator que se mostra relevante é a associação da patrimonialização à efetiva deteriorização e destruição do patrimônio, que acaba por ser sobreposto ao ritmo avassalador da sociedade do consumo (COSTA; CASTRO, 2007; CUSTÓDIO, 2010b).

Ao realizar um estudo que visou expatriar noções e conceitos sobre a patrimonialização e a estetização das cidades contemporâneas, Jeudy (2005) realizou em sua obra uma investigação detalhada sobre o assunto. Segundo esse autor, a estratégia patrimonial é estimulada pela necessidade que a sociedade apresenta de refletir inteligivelmente toda sua cultura e história através de seus locais, monumentos e objetos. Nomeado pelo autor de “processo de reflexividade”, seria responsável por promover visibilidade pública dos elementos simbólicos de uma sociedade. O espelhamento dos objetos e territórios de uma sociedade acaba por gerar uma contradição entre os usos sociais e econômicos, pois a comercialização é inerente ao desenvolvimento cultural, mas, ao mesmo tempo, o patrimônio não deveria conter somente atribuições econômicas (Ibidem). Contudo, o simples anúncio dessa divergência feita por Jeudy não é suficiente para traçar a complexidade do processo, que tem de abarcar a natureza, as consequências e a administração de conflitos nas esferas sociopolíticas e econômicas que ocorrem simultaneamente em diferentes escalas.

O fenômeno da patrimonialização também foi estudado na geografia, em algumas obras que intencionam aprofundar o conhecimento e as relações entre as duas áreas. Ao analisar o ordenamento do território em duas cidades mineiras consagradas como patrimônio mundial, Costa (2011) opta por uma abordagem dialética como método, definindo a patrimonialização como “o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovidos pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação” (p. 31). O autor considera esse processo indissociável da dialética da construção

destrutiva afirmando que corresponde à contradição entre preservação e mercantilização de bens culturais, ou seja, um processo de construção e desconstrução que se operacionaliza ao mesmo tempo. A dialética da construção destrutiva rebate sobre os lugares de memória, afirmando que os conflitos entre a preservação e a mercantilização são mantidos com o triunfo desta, porém sem a banalização total daquela, pois depende dela para se efetivar (Ibidem).

Ao reconhecer a patrimonialização como um fenômeno urbano, Costa leva em consideração que a história das cidades e suas formas são elementos ativos nesse processo de refuncionalização territorial urbana (Ibidem). Ao seguir uma lógica privada, mas que conta com o apoio do Estado, ele considera que o processo de ressignificação de lugares e paisagens ocorre por meio do estímulo à fragmentação do território, que se divide para atender a necessidades e desejos da sociedade contemporânea.

Feita a exposição do pensamento de alguns autores com relação à eclosão e ao desenvolvimento do fenômeno da patrimonialização, pretende-se fazer na tese de doutorado uma sistematização que revele os principais pontos do processo de patrimonialização, sendo alguns destes confluentes e outros divergentes em relação ao pensamento dos autores mencionados, objetivando contribuir para construir um corpo de doutrina.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em conta os objetivos da tese de doutorado, nos quais preponderam as relações entre patrimônio cultural, espaço urbano e a compreensão da ação que o processo de patrimonialização exerce sobre a produção e apropriação de São Cristóvão, o que se considerou mais pertinente e adequado foi recorrer a métodos quali-quantitativos. Desse modo, pretende-se realizar os seguintes procedimentos metodológicos:

- a. Pesquisas bibliográficas em periódicos, teses e livros para recolher os fundamentos teóricos essenciais, abrangendo uma bibliografia multidisciplinar sobre a temática central da tese;
- b. Levantamento documental sobre o município de São Cristóvão por meio de fontes primárias e secundárias, com o intuito de examinar as características físicas e sociais, as dinâmicas e a história do local;

- c. Estudo das políticas públicas, através da análise de leis municipais associadas à questão da cultura e do patrimônio cultural local, para verificar a política de patrimônio vigente no município – Plano Diretor;
- d. Questionários a serem aplicados com a população local para analisar a forma como os residentes se apropriam do espaço em São Cristóvão e como esse processo se relaciona com o patrimônio cultural e a patrimonialização. Os questionários serão testados em uma primeira fase, para posteriormente definir a amostragem a ser utilizada e os locais a serem aplicados. O tratamento dos inquéritos será feito por meio da base de dados IBM SPSS, que permite a leitura, exploração e interpretação efetiva dos resultados;
- e. Entrevistas semiestruturadas junto a sujeitos sociais envolvidos de modo direto com o processo de produção do espaço em São Cristóvão, com o intuito de identificar transformações decorrentes da lógica de organização socioespacial incitada pelo fenômeno da patrimonialização;
- f. Observação participante em campo, visando presenciar o cotidiano de São Cristóvão e de seus moradores, bem como os usos e as funções da área protegida em relação à população citadina.

Essa construção metodológica e teórica contribui significativamente para a sistematização necessária para cumprir os domínios em causa e os objetivos expressados. Assim, considera-se que o conjunto de métodos e as metodologias de investigação, devidamente fundamentadas (LONGHURST, 2003; MACLAFFERTY, 2003; VALLENTINE, 1996), permitirão a recolha de informações exploratórias e de relevância necessárias para a temática científica central a ser desenvolvida no doutorado.

FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados será conduzida dentro dos referenciais da geografia do patrimônio, antropologia e história, em que a problemática pode ser delimitada e possibilita sua devida explicação (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005). Os dados de campo serão trabalhados de modo a caracterizar a área de estudo e contribuir para o debate das políticas de patrimonialização. Tendo em vista alcançar os objetivos expostos, o esquema implantado é constituído

pelos distintos componentes caracterizadores do tema e da questão em investigação e pelas suas respectivas ligações. Nesse caso, o ponto de partida são os efeitos produzidos pelo fenômeno da patrimonialização nos lugares de memória e, em termos específicos, a compreensão desses efeitos na produção e apropriação de São Cristóvão, com ênfase nas apropriações geradas pelos habitantes diante desse fenômeno.

Acredita-se que o fenômeno da patrimonialização está pautado na mundialização dos valores e dos padrões ocidentais, fomentados por uma tendência à imposição do patrimônio cultural em um sistema de banalização e padronização, numa escala planetária. A partir desse pressuposto, ocorre o desenvolvimento simultâneo do patrimônio nas escalas locais, regionais, nacionais, supranacionais e globais. Desse processo também resulta a padronização da abordagem patrimonial e a mercantilização da história e da cultura local, que acabam por alterar comportamentos e estilos de vida.

Com efeito, o processo de patrimonialização produz uma refuncionalização territorial, na qual, muitas vezes, as atenções são direcionadas para o consumo estético do patrimônio em detrimento de apropriações democráticas. Tal fato está calcado na ânsia de atender às necessidades e desejos da sociedade contemporânea. Esse conjunto de elementos gera uma projeção específica em cada lugar, como no caso de São Cristóvão, que se traduz, normalmente, na manutenção de algumas formas de apropriação e na criação de novas.

É tendo como enquadramento os conceitos anteriores que se planeja desenvolver a análise metodológica por meio de um estudo de caso, visando identificar as principais transformações territoriais efetuadas pela patrimonialização na cidade de São Cristóvão e, sobretudo, os efeitos desse processo na apropriação do lugar pelos habitantes locais. Nesse sentido, conjuntamente às interpretações e análises das leituras bibliográficas e documentais, é imperativo examinar os dados adquiridos por meio dos métodos quali-quantitativos utilizados.

Perante tal importância, as entrevistas semiestruturadas, realizadas junto a sujeitos sociais envolvidos com o processo de produção do espaço em São Cristóvão, serão analisadas a partir de um quadro-síntese das informações consideradas mais relevantes para todas as questões, cujo objetivo é compreender com maior rigor científico e com mais detalhes todas as respostas, de modo a não perder informação pormenorizada e valiosa para a investigação, respondendo as questões de investigação apresentadas no projeto de tese. Já a análise e o tratamento dos dados

Figura 2. Modelo de análise – fenômeno da patrimonialização.

Fonte: Elaboração própria a partir de Quivy e Campenhoudt (2005).

recolhidos nos inquéritos serão feitos por meio da construção de uma base de dados no programa IBM SPSS, que permite a elaboração de quadros de frequência e cruzamentos mais pertinentes e relevantes para o contexto da investigação. Deve-se ressaltar que tal método proporciona leitura, exploração e interpretação efetiva dos resultados, que serão complementados com uma observação participante para compreender o modo como os habitantes locais se apropriam do espaço em São Cristóvão.

Os inquéritos devem ser estruturados para recolher informações úteis sobre as questões centrais da dissertação. Desse modo, inicialmente, o inquérito deve seguir a seguinte estrutura: (a) parte da identificação geral dos entrevistados, em que se procura traçar o perfil dos residentes inquiridos; (b) colocar um conjunto de perguntas que visem apreender as vivências e os sentimentos de pertença dos habitantes, averiguar as formas de integração

na freguesia e os lugares mais frequentados, preferidos e evitados; (c) questionar os entrevistados sobre os aspectos físicos, as mudanças e as intervenções realizadas em São Cristóvão; (d) na sequência, abordar-se-á o modo como o patrimônio se manifesta na vida dos habitantes e se a população local se sente incluída nos acontecimentos cotidianos; (e) por fim, um último plano será dedicado a perceber, em grandes linhas, o papel do turismo e a relação do moradores com os turistas.

REFERÊNCIAS

ABADIA, B.; BARROCO, H. Cidade de Sergipe D'El Rei: o patrimônio e o turismo no centro histórico de São Cristóvão. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 4, n. 4, p. 522-535, 2012.

- ASHWORTH, G. J.; GRAHAM, B.; TUNBRIDGE, J. E. **Pluralising pasts: heritage, identity and place in multicultural societies.** London: Pluto Press, 2007.
- AZEVEDO, D.; ARAGÃO, I. R. Turismo e singularidade no Conjunto Franciscano da Praça: São Cristóvão/SE. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 4-22, 2010.
- BRITO-HENRIQUES, E. **Cultura e território, das políticas às intervenções:** estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda. 2003. 593 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Unesp, 2001.
- COSTA, E. B. **Totalidade urbana e totalidade-mundo:** as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. 2011. 445 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- COSTA, E. B.; CASTRO, B. Política de patrimônio e usos estabelecidos: o caso de Tiradentes, uma cidade setecentista mineira. **Revista Eletrônica de Geografia**, Rio Claro, v. 5, n. 2, p. 113-130, 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/2okRcG4>>. Acesso em: 18 abr. 2017.
- CUSTÓDIO, J. A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932). In: _____. **100 anos do patrimônio:** memória e identidade: Portugal 1910-2010. Lisboa: Igespar, 2010a. p. 85-104.
- _____. Globalização e património cultural. In: **100 anos do patrimônio:** memória e identidade. Portugal 1910-2010. Lisboa: Igespar, 2010b. p. 346-348.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GRAHAM, B.; ASHWORTH, G. J.; TUNBRIDGE, J. E. **A geography of heritage:** power, culture and economy. London: Arnold, 2000.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.
- JEUDY, H. P. **Espelho das cidades.** Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LEFEBVRE, H. **The production of space.** Tradução de Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991.
- LONGHURST, R. Semi-structured interviews and focus groups. In: CLIFFORD, N.; FRENCH, S.; VALLENTINE, G. (Ed.). **Key methods in geography.** London: Sage, 2003. p. 103-115.
- LOWENTHAL, D. **The heritage crusade and the spoils of history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MACLAFFERTY, S. Conducting questionnaire surveys. In: CLIFFORD, N.; FRENCH, S.; VALLENTINE, G. (Ed.). **Key methods in geography.** London: Sage, 2003. p. 87-100.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara A. Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 2005.
- ROMÃO, A. São Cristóvão. In: PESSÔA, J.; PICCINATO, G. (Org.). **Atlas dos Centros Históricos do Brasil.** São Paulo: Casa da Palavra, 2007. p. 172-177.
- TUNBRIDGE, J. E.; ASHWORTH, G. J. **Dissonant heritage:** the management of the past as a resource in conflict. Chichester: Wiley, 1996.
- UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **São Francisco Square in the town of São Cristóvão.** [201-]. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1272>>. Acesso em: 11 maio 2017.
- VALLENTINE, G. Tell me about... using interviews as a research methodology. In: FLOWERDEW, R.; MARTIN, D. (Ed.). **Methods in human geography:** a guide for students doing a research project. Harlow: Longman, 1996. p. 110-126.

Em busca da memória de Jacarezinho (PR): estação ferroviária de Jacarezinho e expressões da afetividade¹

*In search of the memory of Jacarezinho (Paraná, Brazil):
Jacarezinho railway station and expressions of affectivity*

JULIANA CAROLINA DA SILVA^a
LUCIANA BRITO^b

^a Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Bolsista do Projeto de Extensão *Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho: diálogos entre memória, arte, preservação e ensino*, do Programa Universidade Sem Fronteiras, financiado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

E-mail: ooliin.ju@gmail.com

^b Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Assis. Atualmente é diretora do Centro de Letras, Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Norte do Paraná e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina. Coordena e orienta o Projeto de Extensão *Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho: diálogos entre memória, arte, preservação e ensino*, do Programa Universidade Sem Fronteiras, financiado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

E-mail: lbrito@uenp.edu.br

Este estudo consiste na interpretação da construção de narrativas que gravitam em torno da estação ferroviária de Jacarezinho. Na oralidade as pessoas inventaram e reinventaram suas experiências sobre a edificação e a máquina férrea, engendrando relações que transportaram seus enredos para fora dos trilhos. Representado em fotografias, poesia e lenda, o descarrilamento das memórias permite a construção de relações com outros aspectos e delinea o trajeto da afetividade que envolve o local. Nesse sentido, a estação ferroviária de Jacarezinho é redimensionada e surge múltipla, não apenas como ponto de chegada e partida, mas também, e significativamente, de contato humano a ser analisado como um espaço público no qual relações de trocas encontram-se associadas à produção de sentimentos de pertencimento e delimitação de identidade de grupos em seus frequentadores. Contudo, sem as viagens e utilidade da edificação, o afastamento das pessoas com o local, o desuso, deterioração e a perda das referências pessoais, acarretaram o adormecimento do significado social. Desta maneira, propomos uma breve observação acerca dos caminhos da afetividade, com relação ao patrimônio ferroviário de Jacarezinho, narradas nas fotografias, poesia e lendas e a reflexão acerca das dificuldades locais de preservação e revitalização, dialogando com o conceito de ressonância.

Palavras-chave: estação ferroviária de Jacarezinho, afetividade, ressonância, história local.

This study is the interpretation of the construction of narratives that revolve around the train station in Jacarezinho. In orality, people invented and reinvented their experiences on the building and the iron machine, generating relationships that transported their plots off the rails. Represented in photographs, poetry and legend, the derailment of memories allows building relationships with other aspects and outlines the path of affection that surrounds the site. In this sense, the Jacarezinho railway station is resized and multiplies its existence, not only as arrival and departure point, but also, and significantly, human contact. Being considered as a public space in which trade relations are associated with producing feelings of belonging and group identity delineation in its users. However, without the travels and utility of the building, non-use, deterioration, and the loss of personal references led to social significance numbness. Thus, we propose a brief remark about the affectivity of ways concerning the railroad heritage of Jacarezinho narrated in photographs, poetry and legends, reflecting on local problems of preservation and revitalization and dialoguing with the concept of resonance.

Keywords: railway station Jacarezinho, affection; resonance, local history.

¹ Este trabalho foi realizado com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

INTRODUÇÃO

Visto que a memória afetiva constitui um substrato formal ao longo do tempo por camadas entrelaçadas que ajudam a formar a sociedade atual, buscaremos apreender vestígios desta memória que denota o valor afetivo da estação ferroviária de Jacarezinho, a fim de observar a percepção e importância dadas a este local por fotografias e poesia que narram as memórias afetivas e da história que estas representam.

As memórias são significativos documentos que se expressam a partir de lembranças e perpetuam lugares como paisagens e cenários para uma constante visita ao passado, trazendo a si díspares sentimentos registrados em narrativas, sonhos e percepções. De forma que o lugar de memória, segundo Nora

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico, funcional [...]. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se sua imaginação o investe de uma aura simbólica. (NORA, 1993, p. 21).

São locais que carregam cumplicidade, afetividades, identidades, lembranças e, como uma pessoa, possui alma construída pela memória e atrelada ao ambiente concreto, pois as histórias narradas ao longo do tempo e todas as memórias coletivas sobre o local estão sedimentadas no meio, impregnadas por saudade. A procura de registros e sinais da ausência narram a memória dos lugares, como nos explica Susana Gastal,

conforme a cidade acumula memórias, em camadas que, ao somarem-se vão constituindo um perfil único, surge o lugar de memória [...] onde a comunidade vê partes significativas do seu passado com imensurável valor afetivo. (GASTAL, 2002, p. 77).

Dessa maneira, a memória faz o elo de interpretação do pretérito compondo a imagem do acontecido. Seguindo o ponto de vista de Le Goff,

[a] memória como propriedade de conservar certas informações remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de informações psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1996, p. 423).

Ao terreno da memória pertencem as representações e imagens acerca do tempo, seja ele imaginado ou vivido,

embora sejam áreas pouco observadas na reconstrução histórica da região do Norte Pioneiro do Paraná. Da ausência, Freire elucida quando diz que:

A memória, compreendemos melhor, elabora-se a partir da ausência, e com pé fixado no presente, volta-se para frente. Nesse terreno, as mais aparentemente insignificantes lembranças são artigos de valor, sendo necessário guardá-las com cuidado, sabendo do risco que se corre com a perda desse que é o nosso mais valioso e invisível patrimônio. (FREIRE, 1978, p. 45).

Portanto, da memória da poesia e das imagens, do real e do imaginário, do individual e do coletivo, pode renascer o passado. Como nas palavras de Nora (1993, p. 9), que diz que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Dessas raízes surgem como rachaduras do tempo presente, projetam-se os lugares de memória, patrimônios de uma cultura simbólica, viva, que distingue e se faz presente no tempo em que vivemos, projetando traços identitários ao lugar, à comunidade e à cidade. E nas palavras de Susana Gastal (2002, p. 77), repousa a lucidez:

as diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visita. Lugares que não apenas tem memória, mas que para grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memória. (GASTAL, 2002, p. 77).

Nesses lugares, as memórias fazem o lugar e o lugar sustenta as memórias; conjugam-se conferindo identidade e singularidade ao local. A população é importante instrumento de perpetuação das memórias, uma vez que é depositária de informações e receptora das simbologias que configuram as identidades, imagens e representações.

A partir disso, buscaremos observar os afetos que giraram em torno da estação ferroviária de Jacarezinho, as funções e simbologias adquiridas pelo local e as atividades que no presente tornam (ou não) esse local um lugar de memória e de conscientização do passado.

PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES

O contexto político do país em 1930, próximo à inauguração do trecho, havia se instaurado sob a ameaça da grande crise internacional de 1929 e da “ameaça” de

outubro de 1930 pelo “fantasma da revolução”. No cenário regional, a preocupação se estabelecia por causa da aproximação da Estrada de Ferro Sorocabana ao Norte Pioneiro, o que comprometeria a arrecadação do estado do Paraná, uma vez que havia a intencionalidade paulista de escoar a produção diretamente para o Porto de Santos. Tais ameaças configuravam um cenário significativo em nível federal, estadual e local.

Portanto, a linha de ferro Paranapanema foi construída para evitar a “ameaça” vinda do estado de São Paulo, tendo o início da construção em 1912 com a promessa de guardar os lucros do estado, representado pelo desenvolvimento econômico e maior fluxo demográfico. Tornava-se assim uma obra que edificaria a esperança de crescimento da região e economia do estado do Paraná ao guardar os lucros e ser transporte de mão-de-obra, investimento e informação.

A construção da linha férrea somente chegou ao fim em 1930, concluindo-se o trecho que ligava Guimarães Carneiro a Jacarezinho com 16 km. A partir desse momento, ligada ao sentimento de segurança, desenvolvimento e prosperidade, a imagem a retrata:

Na figura, em primeiro plano, notam-se os animais que denotam a função da estação de transportar cargas. Em segundo plano está a construção da estação de passageiros, que

devia ser inaugurada solenemente no dia 5 de outubro de 1930, conforme consta no calendário da Rede, mas a célebre

Revolução de 1930 que rebentou no dia 4 do mesmo mês, esta festa não foi realizada e somente no dia 17 de outubro é que um trem com tropas revolucionárias e comandadas pelo general João Francisco é que aqui chegou com 118 homens tomando conta da cidade e aprisionando os antigos adeptos da velha e corrompida Política Administrativa onde o voto dos defuntos é que valia nas eleições. (AIMONE, 1975, p. 104-105).

O coronelismo, a influência do poder das famílias tradicionais, o catolicismo na política e a violência marcavam a realidade social de Jacarezinho nos anos de 1930. Seguiu a questão social do estado do Paraná do período, sendo as primeiras décadas do século XX bastante tumultuadas, com denúncias de chacinas contra os indígenas e de violência contra caboclos e sertanejos, além de constantes ataques de cangaceiros e bandoleiros às fazendas da região.

Além desse cenário conturbado, a política de aumento populacional do estado e as propagandas das férteis terras do Paraná com auspícios de pujança traziam muitas pessoas a comprar propriedades na região do Norte Velho. As ações do interventor do estado do Paraná, Manoel Ribas, promoveram uma política pública de terras com doação de propriedades a amigos e conhecidos com um simples pedido às instâncias burocráticas do governo. Também havia, por volta dos anos de 1930, a associação entre o governo do estado, a Igreja Católica e a iniciativa privada no tocante à questão agrária e a relativização de público e privado na posse das terras devolutas.



Figura 1. A estação ferroviária de Jacarezinho nos anos 1930.

Fonte: Rossi (2010).

De forma que, em pouco tempo, construções surgiram na forma de casas, armazéns e movimentação nos entornos da estação, como narrado pelas fotografias.

Na figura 2 encontramos primeiro a vegetação, após a qual vemos nascerem habitações e armazéns e, à esquerda destes, a estação ferroviária. A fumaça que sai do trem destaca o local, faz dele o edifício de destaque e tema do retrato. Na figura 3 notamos a locomotiva, principalmente pelo rastro da fumaça, deste rastro primeiro

vemos as construções, algumas pessoas, um automóvel e, após, os vagões.

Para a observação das fotografias, nos norteamos pelas considerações de Burke (2004, p. 43 e 236) quando diz que “imagens não foram criadas, pelo menos em sua grande maioria, tendo em vista futuros historiadores” e que elas “dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim visões contemporâneas daquele mundo”.



Figura 2. A estação ferroviária nos anos 1930.

Fonte: Rossi (2010).



Figura 3. A construção da estação ferroviária de Jacarezinho.

Fonte: Rossi (2010).

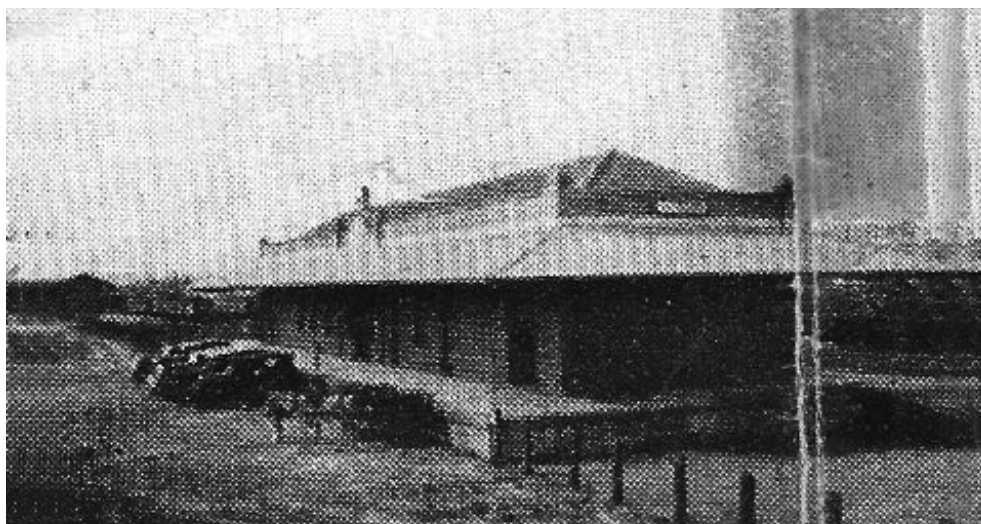


Figura 4. A estação ferroviária em seus primeiros tempos.

Fonte: Rossi (2010).

Logo, não concebemos que a fotografia tenha um olhar inofensivo, pois na verdade partimos de que lidamos com imagens feitas por um profissional no intuito de promover o registro oficial da estação ferroviária, uma vez que as imagens observadas desse período foram utilizadas por jornais e órgãos públicos.

Nessa perspectiva, considerando que, no período, o automóvel era símbolo de distinção social, representando “status quo” e poder aquisitivo, observa-se nas figuras 2 e 3 a associação do automóvel com o sistema férreo.

Concomitante, o sentido do discurso fotográfico seria que pessoas que possuíam automóveis (poder aquisitivo maior) eram as que mais utilizavam o trem para a locomoção nos primeiros anos da instalação dessa estação. Afinal, a associação da estrada férrea com essa outra representação de “progresso” (o automóvel), se faz intencional na medida em que ambos denotam “status quo” para quem os utiliza e para a cidade.

Dentro dessa significação, observamos também as imagens a seguir.



Figura 5. O Governador viajando de trem.

Fonte: Rossi (2010).



Figura 6. Acadêmicos de Medicina visitam Jacarezinho.
Fonte: Rossi (2010).



Figura 7. Esperando o trem.
Fonte: Rossi (2010).

Atentemo-nos na pose de políticos, representantes do poder público local e pessoas das classes abastadas no início dos anos de 1930 na figura 5, na escolha do local para o registro da passagem de estudantes de medicina da UFPR por Jacarezinho em 1937 na figura 6, e no vestuário escolhido para a imagem dos jogadores e dirigentes da Associação Esportiva de Jacarezinho (bem trajados com ternos, gravatas e chapéus) na figura 7. Destas imagens notamos que a estação ferroviária e

seus componentes materiais (trens e trilhos), se tornaram paisagens que, embrenhadas no contexto, designavam à cidade um grau elevado de importância e significação política e econômica.

Então, a estação havia se tornado, para além de sua utilidade prática, um símbolo. Uma vez que em cidades é comum habitarem espaços que portam simbolismos e centralidade com relação à representação e organização da vida pública. Contudo, Gomes (2001, p. 98) nos aponta

que “Estes espaços não são permanentes: acompanham a vida e a evolução da cidade, sua dinâmica social e sua organização espacial – diríamos que até acompanham sua própria identidade” e o seu desenvolvimento, como veremos ao longo do presente estudo.

COMO ESPAÇO PÚBLICO

Os espaços públicos são imprescindíveis para a edificação de sociabilidades, identidades e vínculos

afetivos. Na estação ferroviária houve, por muitas vezes, o encontro do urbano com o rural pelo contato direto com as pessoas das duas diferentes realidades, assim como de diferentes classes sociais, tecendo relações interculturais, e, em alguns casos, de amizade (ARAÚJO; BARBOSA, 2004). Dessa forma, encontraram-se na estação diferentes formas de olhar a vida e o mundo, representações sociais sobre as relações materiais e simbólicas, assim como acerca da própria estação ferroviária e suas significações e importância ao longo do tempo.



Figura 8. Na estação com afilhadas.

Fonte: Rossi (2010).



Figura 9. Na estação... para viajar a Curitiba...

Fonte: Rossi (2010).



Figura 10. Na frente da estação ferroviária.

Fonte: Rossi (2010).

Com o passar deste, houve o incentivo do modal rodoviário no setor dos transportes em detrimento dos demais meios, o que barateou o preço das passagens de trem, tornando-os mais acessível. Assim, já em meados dos anos de 1940, encontramos registro de pessoas de díspares origens a utilizar esse transporte, tornando-se a estação um local em que as pessoas se encontram, conversam, possuindo as relações das mais diversas e se embrenhando na representação da vida das pessoas comuns.

A figura 8 mostra Benedito Moreira, um político local, em frente à estação “antecedendo o embarque de jovens em uma viagem para Curitiba, talvez no final dos anos 40 ou início dos anos 50, [...] ladeado por afilhadas de formatura, ao que parece da antiga Escola Normal de Jacarezinho” (Rossi, 2010).

Na imagem 9, um delegado de polícia de Jacarezinho é acompanhado por parentes na espera do trem em meados de 1960. E na derradeira figura 10, dos anos de 1970, originária de um acervo familiar, encontramos várias pessoas de uma família defronte à estação posando para a foto após a espera da chegada de um parente.

Nessa sequência de imagens pudemos notar, além da popularização do local, que este se tornou ao longo dos anos mais do que um ambiente de interesse econômico e político. Foi atribuída à estação a circulação de produtos,

serviços, ideias, palavras e afetos marcados pelo contato direto entre as pessoas.

Portanto, foi construída ao longo das décadas na estação ferroviária de Jacarezinho uma relação de sociabilidade entre seus frequentadores, contribuindo na ligação entre as pessoas que habitavam a cidade e o entorno do edifício observados nesse estudo. De forma que a vida coletiva da estação, além de comercial, esteve relacionada a diferentes experiências e práticas sociais como a sociabilidade geral e, possivelmente, de eventos ritualizados que cercavam o local.

Como vimos, a estação ferroviária e seu sistema férreo possuíam um valor estritamente econômico e político antes de sua construção. Nos primeiros anos, fez-se um local de distinção social, uma paisagem que acompanhava a solução para a “ameaça” e a segurança dos grandes proprietários e políticos em resguardar a economia e a representar. O incentivo ao transporte rodoviário, a retirada de empresas estrangeiras do controle das ferrovias, a popularização das passagens e a estatização das estações ajudaram para que houvesse uma mudança de olhar sob esse local.

Nos anos de 1950, a memória impressa pelo trem e, conseqüentemente, de seu local de embarque e suas representações ligou-se ao inesperado. Seja em sua imagem:

Trem de Ferro

Vem a mata correndo ver o trem, Casebres, plantações, em disparada, Mas ao vê-lo se afastam para além, Rodando, a regirar, em debandada.

Que medo, que pavor as cousas têm

Dêsse bicho que vem do comendo a estrada, Como o pai do caapora, assim, também Cachimbando, soltando fumarada. [...] Astolfo Batista. (SILVA, 2013, p. 67).

Ou, na associação com a viagem à capital do Estado:

Rumo a Curitiba

Da janela a meus pés, no quarto da cabina, Em rumo à capital, docemente deitada,

Eu vi o sol nascer n'amplicidão da campina Como um leque a se abrir toda flechas [...]

Nessa boca de cena, aberta por acaso,

Para, assim, me embalar nessa longa viagem Nesse trem sem pressão, com dez horas de atraso. Astolfo Batista. (SILVA, 2013, p. 68).

O trem e a estação ferroviária deixaram de ser imagens do progresso e passaram a ser o meio de alcançá-lo, surgindo o inesperado na representação do que o futuro pode trazer ao fim dos trilhos. Seguida dessa passagem de valor, também se aliaram para a obsolescência do transporte ferroviário a diversidade dos meios de transporte com a industrialização automobilística e o período da

ditadura civil-militar. Durante a ditadura houve a erradicação de ramais pouco lucrativos e a implantação de projetos estratégicos relacionados ao transporte, o trecho que fazia o funcionamento da estação de Jacarezinho foi fechado com a afirmação de ser “uma linha obsoleta e cheia de curvas” (GIESBRECHT, 2013).

Dessa forma, o último trem de passageiros rodou até 1979, o que fez o local recair sob um adormecimento, esquecido pelas atividades de manutenção do poder público, houve diversas queixas de vandalismo, deterioração do edifício e desabamento parcial do telhado. Na dialética de sentidos, aponta Nora (1993, p. 9) que: “a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”. O local adquiriu novos usos por causa de atividades de drogados e prostitutas, mas também foi alvo da saudade que arrasta a memória pelo tempo, motivando ações da comunidade a fim de revisitar o passado:

Com a criação de uma entidade comunitária para a preservação do lugar de memória tratado nesse texto, nos anos de 1990 foi realizado um passeio de trem com estudantes e convidados da entidade de Jacarezinho para a estação de Santo Antônio da Platina, conforme nos relata a figura 11. A recriação do trem e sua funcionalidade fantasiada pelos estudantes da fotografia ou pela lembrança de pessoas mais velhas, estimulou a memória das pessoas e a troca de informações, histórias, dando novas sociabilidades e forjando um lugar de memória.



Figura 11. Quando o trem voltou...

Fonte: Rossi (2010).

CONCLUSÃO

Junto às memórias, os afetos e a busca para entender a mudança destes nos dão percepções sobre o sentimento de pertencimento das pessoas ao lugar, à cidade e à própria região. Por terem esse papel, acabam por contribuir na formação da identidade do país, de grupos ou categorias da sociedade e, também, na recomposição dos vestígios da memória, no resgate dos significados e, por intermédio do estudo destes e de estratégias culturais e educativas, podem desencadear uma ligação entre as gerações de cidadãos e suas raízes. Em vista disso, a preservação observando não somente a restauração do edifício, mas sim o reestabelecimento de ligações afetivas, torna-se fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural, refletindo sua formação sociocultural.

Da região marcada por diferenças sociais e concentração de renda, Jacarezinho foi um local de tensas disputas comandado por poucos e poderosos coronéis. As tradicionais famílias proprietárias de terra davam condições de subsistência para trabalhadores recém-chegados de outras regiões e, em troca, conquistavam gratidão e fidelidade dessas pessoas. Uma estrutura social que marcou a história política da região como um todo e deixou marcas ainda hoje sustentadas pelos neocoronéis da contemporaneidade.

No meio desta história, como em uma narrativa lendária, podemos contar que a estação ferroviária dava às pessoas o sonho de mudança do cenário de muitas “ameaças”, com esperança de prosperidade e riquezas. Primeiramente sem muita utilidade para a população, mas posteriormente, de amplo acesso, com enleios de classes, laços, ideias, perspectivas, caminhos e memórias. Marcou o tempo áureo da cidade quando lendas de maldições que prediziam um futuro adormecido talvez ainda não existissem. Porém, como esse tempo, o edifício e seus antigos usos, o encontro do cotidiano, da expectativa do inesperado ou do reencontro do familiar foram adormecidos, vemos agora a imagem de uma promessa que não vingou. Os laços que se teceram nesse hiato da história trazem o pertencimento ao rumo da história do edifício. “A identidade então costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (HALL, 2004, p. 12).

Contudo, fazer uma leitura da paisagem que a estação ferroviária de Jacarezinho havia se tornado é um exercício de interpretação. Partimos da noção de que

“A paisagem não é um suporte passivo, mas uma existência ativa, integrante e testemunha de uma dinâmica cultural que se constrói no tempo e se manifesta no espaço.” (FIGUEIREDO, 2008, p. 4).

A paisagem construída é uma representação dos tempos vividos, um reflexo do modo de apropriação e dos traços culturais dominantes, podendo ser, portanto, uma revisão literária da história local. Sauer (1998, p. 9) esclarece que “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado”.

Em 2000, o Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional – IPHAN – realizou o tombamento da estação ferroviária de Jacarezinho depois de vários apelos e sinais de alerta de técnicos e moradores preocupados com o futuro local. Uma vez que após a dissolução da entidade comunitária de preservação, o local se encontrava abandonado e preso aos usos indevidos.

Restaurado o edifício, este foi entregue aos cuidados da prefeitura municipal de Jacarezinho. Das ações do órgão público, a primeira foi colocar segurança para evitar o vandalismo e usos indevidos do ambiente e, em segundo plano, ficaram atividades culturais no local que atualmente são esporádicas. Em paralelo à falta de atividades ligadas ao lugar de memória, Bolle nos diria que ao que devemos direcionar nossas ações de preservação:

não são, em primeiro lugar, objetos ou artefatos, obras arquitetônicas ou urbanísticas, mas algo mais próximo da gente, uma memória corporal e fisionômica, uma memória da percepção, do jeito de olhar e andar [...] Todas essas coisas naturalmente estão ligadas percepção de um espaço. Lugares e objetos evocados como sinais topográficos e vasos recipientes da história da sensibilidade e da formação de emoções. (BOLLE, 1984, p. 14).

Ou seja, faz-se necessário pensar ações que liguem a memória e a identidade ao local, criando laços de significação entre as memórias e as gerações. Muito se perdeu pelo tempo, a movimentada vida da sociedade próspera deu lugar à saudade preenchida pelos registros das lembranças que ainda povoam a mente dos moradores.

Então, o desafio dos dias atuais se faz ao combinar o legado cultural da época de construção da estação a sua bagagem, ampliando o conceito patrimonial dentro de princípios com base no respeito ao lugar de memória e aos laços que eternizam o lugar, o que ainda se faz distante das grandes ações práticas. É retirar a preservação

do campo teórico, levando-a a ações educacionais e culturais para a sociedade, seria a melhor forma de evitar a “ameaça” do esquecimento e adormecimento da memória do passado.

REFERÊNCIAS

AIMONE, T. **Jacarezinho, seus pioneiros desbravadores e os que labutaram para o progresso desta terra.** Jacarezinho: Gráfica Universitária, 1975.

ARAÚJO, P. C. A.; BARBOSA, L. R. Feira, lugar de cultura e educação popular. **Revista Nova Atenas de Educação e Tecnologia**, São Luís, v. 7, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/2o8AOw8>>. Acesso em: 29 maio 2007.

BOLLE, W. Cultura, patrimônio e preservação: texto I. In: ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

BURKE, P. **Testemunha ocular: história e imagem.** Bauru: Edusc, 2004.

FIGUEIREDO, F. B. Paisagem cultural: bem material: conceitualizações e relação com o turismo cultural. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 5., 2008, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2008.

FREIRE, C. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo.** São Paulo: Annablume, 1978.

GASTAL, S. Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: _____. (Org.). **Turismo, investigação e crítica.** São Paulo: Contexto, 2002. p. 69-82.

GIESBRECHT, R. M. Jacarezinho. **Estações Ferroviárias do Brasil, 2013.** Disponível em: <<http://bit.ly/2rlRiIS>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

GOMES, P. C. C. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Religião, identidade e território.** Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 93-113.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1996.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 1-22, jul./dez.1993. Disponível em: <<http://bit.ly/2ovodP2>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

ROSSI, C. A. (Org.). **Blog Jacarezinho com amor.** 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2pjJkIK>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

SAUER, C. O. Morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

SILVA, G. **O gato e o velho: IV.** Jacarezinho: Cat Arte, 2013.

Cotidiano e moral ourinhense: análise do jornal *A Voz do Povo* entre 1927 e 1932

Daily life and moral in Ourinhos: analysis of the newspaper A Voz do Povo between 1927 and 1932

JOHNNY LUCAS BORGES ARAUJO^a

FABIANA LOPES DA CUNHA^b

^a Professor de Educação Básica II da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.
E-mail: jborgesaraujo@gmail.com

^b Professora da Universidade Estadual Paulista, campus de Ourinhos.
E-mail: fabiana@ourinhos.unesp.com

Jornais são testemunhas dos seus tempos de produção. Neles encontramos fatos cotidianos, interditos, regras sociais, personagens ilustres, orientações políticas, aspirações e ideais. Este trabalho tem como finalidade preservar e difundir parte das memórias da cidade de Ourinhos (SP) a partir da análise e organização dos registros produzidos pelo periódico *A Voz do Povo* entre os anos de 1927 e 1932. Sendo o único preservado da época, é de suma importância para recuperar a História do e no lugar. Este trabalho é, portanto, um desdobramento de um anterior, “Tecendo memórias: a organização e inserção da *A Voz do Povo* no Centro de Documentação e Memória de Ourinhos”, financiado pela Fapesp, no caráter de iniciação científica.

Palavras-chave: história, jornais, memória, patrimônio.

Newspapers are witnesses of their times of production. In them we find everyday facts, interdicts, social rules, illustrious characters, political orientations, aspirations, and ideals. This paper aims to preserve and spread some of the memories of Ourinhos city (São Paulo, Brazil) by analyzing and organizing records produced by the newspaper *A Voz do Povo*, between the years of 1927 and 1932. Being the only preserved of the time, it is of paramount importance to recover the history of and in place. This work is an offshoot of an earlier one: “Tecendo memórias: a organização e inserção da *A Voz do Povo* no Centro de Documentação e Memória de Ourinhos”, a scientific initiation research funded by Fapesp.

Keywords: history, newspaper, memory, patrimony.

INTRODUÇÃO

A memória não é sonho, é trabalho
Ecléa Bosi

Até a década de 1970, havia no Brasil um pequeno número de trabalhos que se valiam de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da História nacional. O pensamento vigente era que o pesquisador deveria utilizar fontes seguras, objetivas e neutras, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo.¹ Assim sendo, os jornais se tornavam pouco adequados, visto que continham registros particulares do presente, produzidos sob diversos jogos de interesses. “Em vez de captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, subjetivas e distorcidas” (LUCA, 2006, p. 112).

Contudo, tal imagem sofreu uma transformação após as discussões trazidas pela História Nova, corrente historiográfica que apresentava uma preocupação maior com a questão social e cultural. Essa nova concepção de História apontava novos objetos, métodos e abordagens, deixando as concepções formadas pelo viés marxista mais tradicional ligeiramente de lado. Nesse período (década de 1970), até mesmo tal viés sofreu uma revisão, que via a cultura como parte da superestrutura (forma de dominação no sentido ideológico e institucional como o direito, religião e Estado Moderno, por exemplo) e com ínfimo reflexo da infraestrutura (a base material das relações de produção entre homem e natureza e homem e homem, como a relação proprietário e proletariado), sendo assim, como domínio das elites.

Em meio a esta revisão de paradigmas, a historiografia brasileira também começou a gestar mudanças. Ana Maria de Almeida Camargo (1971), em um texto pioneiro, após reiterar as armadilhas reservadas pela imprensa, defendeu as possibilidades ensejadas pelos jornais que ela mesma se propôs a evidenciar, partindo dos trabalhos que até aquele momento (final dos anos 1960) haviam se valido dessas fontes. Gilberto Freyre (1940; 1963), ainda segundo Luca (2006), foi o primeiro a usar o jornal como fonte de pesquisa, estudando os diversos aspectos da sociedade brasileira do século XIX através de seus anúncios. Vários pesquisadores também começaram a se amparar em informações nos periódicos

como Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa, entre outros (LUCA, 2006) para obter dados de natureza econômica (câmbio, produção e preços) ou demográfica, sempre com postura e resultados muito distantes da tão temida ingenuidade.

No momento em que o jornal se tornava um objeto da História, Nelson Werneck Sodré (1966) apresentou um trabalho que abordava a História da imprensa brasileira desde seus primórdios até os anos 1960. Outro trabalho de grande importância é a tese de doutoramento de Arnaldo Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo* (1973), que utilizou semântica e linguística para estudar o vocabulário político-social presente em um conjunto de jornais publicados entre o fim do Primeiro Reinado e o início da Regência (1827-1835) a fim de identificar os matizes da ideologia dominante num momento de disputa pelo controle dos quadros políticos e burocráticos na nação há pouco independente.

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidos em outras épocas. (CAPELATO, 1988, p. 25).

Como maneira para se compreender o passado, nasceu a questão da memória coletiva vinculada a um novo conceito dentro da História, o das “mentalidades” (VOVELLE, 1987). Não entraremos nessa discussão, mas é preciso definir o que entendemos por memória, que implica em um registro (mesmo que seja em nosso corpo) e é primordialmente seletiva. Ela reúne os saberes, as experiências, as emoções etc. vividos e que, por alguma razão, elegemos para serem guardados. Todavia, Maurice Halbwachs nas décadas de 1920 e 1930, já havia dito que a memória não deve ser entendida apenas como um fenômeno individual, mas sim, social ou coletivo, ou seja, como algo construído coletivamente e susceptível a transformações e mudanças constantes.

O sentido de memória coletiva foi trabalhado por Halbwachs em seu livro “Os quadros sociais da memória” (1925) em que discute as teorias do filósofo Henri Bergson sobre a dupla memória. Esta se divide em: memória como esforço de devolução do passado e a memória pura, que surge por acaso, sem que possamos forçá-la,

¹ “Tal culto à objetividade tem seu início no século XIX, quando os documentos eram considerados como templos dos fatos” (CAPELATO, 1988, p. 22).

mas que nos restitui o passado na sua integralidade com seus ambientes. Ecléa Bosi explica o conceito de Bergson da seguinte forma:

A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança. A memória pura seria a imagem presente nos sonhos. (BOSI, 1994, p. 53).

Diante desta visão da memória, especificamente individual, Halbwachs propõe a existência de outra memória, a coletiva, pertencente a um grupo ou comunidade. Esta memória coletiva é fruto de uma reconstrução racional do passado. Distante de observar nessa memória coletiva uma imposição ou uma forma específica de dominação ou violência simbólica, ele acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a solidariedade, este conceito do sentido durkheimiano de vínculo entre os indivíduos do corpo social.

Le Goff nos explica da seguinte forma:

Fenômeno individual e psicológico (cf. soma/psiche), a memória liga-se também à vida social (cf. sociedade). Esta varia em função da presença ou da ausência de escrita (cf. oral/escrito), e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/presente), produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (cf. filologia), acumular objetos (coleção/objeto). A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social (cf. espaço social) e político (cf. política): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. imaginação social, imagem, texto), que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. ciclo, gerações, tempo, temporalidade). (LE GOFF, 2003, p. 419).

A memória é fundamental a um grupo porque está ligada à construção de sua identidade. É fruto de um trabalho de seleção e organização do que é vital para o sentido de pertencimento, continuidade, unidade e, assim sendo, identidade.

Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em relação aos critérios de aceitabilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que a memória e identidade podem

perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou grupo. (POLLAK, 1992, p. 5).

Tal identidade está intimamente ligada à cultura, que, segundo Claval (2005, p. 63) “é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas, e em outra escala, pelo conjunto dos grupos que fazem parte”.

Paul Claval (2005, p. 67) nos diz ainda que, “a escrita faz o tempo e o espaço triunfarem”.

A invenção de códigos gráficos para traduzir a linguagem traz um progresso decisivo e uma mudança importante na eficácia e na riqueza das culturas. A preservação das experiências do passado não depende apenas da memória dos indivíduos: ela é assegurada pelas inscrições gravadas na pedra ou nas tábuas de argila, os signos traçados em suportes de madeira, pergaminhos, papiros, e mais tarde papel. (CLAVAL, 2005, p. 67).

Como partes constituintes da memória há os acontecimentos, os personagens e algo fundamental: os lugares, pois não há memória “não-espacial”, já que tais lugares estão inseridos dentro de determinado espaço.

Por se tratar de uma memória de um lugar, é preciso trabalhar a recuperação da História do e no lugar em questão. Neste ponto surgem algumas questões vinculadas à memória e nossa principal fonte documental, tais como a maneira pela qual a imprensa retratava a cidade de Ourinhos e quantos periódicos exerciam este trabalho.

Um jornal que circulava no mesmo período da fundação de *A Voz do Povo* é *A Cidade de Ourinhos*. Contudo, não há nenhum exemplar preservado, fazendo de *A Voz do Povo* a única fonte escrita daquele período. Levando em conta que as condições de preservação nas quais se encontram os originais não são muito boas, extrair tais informações seria, também, uma forma de assegurar a preservação de tal conteúdo.

Não se pode esquecer de que a memória coletiva não é somente uma conquista, mas sim, um objeto de poder. Assim sendo, ao analisá-la, deve-se atentar nos pequenos detalhes, tudo o que foi ou não dito.

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma

das preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 422).

OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivo recompor memórias a partir das fontes impressas (exclusivamente do jornal *A Voz do Povo*) e organizá-las para serem alocadas e difundidas de forma sistematizada pelo banco de dados do Centro de Documentação e Memória da Unesp de Ourinhos. O trabalho consistiu na dedicação à leitura de exemplares do jornal *A Voz do Povo*

(entre os anos de 1927 e 1932), fazendo fichamentos e levantando informações que são relevantes para compreender o contexto histórico geral e cotidiano da cidade de Ourinhos, a fim de compreender a sociedade ourinhense do período.

METODOLOGIA

Caracterização do periódico

A Voz do Povo foi um jornal local da cidade de Ourinhos que esteve em circulação entre os anos de 1927 e 1953, contudo, dentro do Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos existem apenas exemplares publicados entre 1927 e 1951.



Figura 1. Jornal A Voz do Povo.

Fonte: <http://curtaourinhos.blogspot.com.br/>

Para a instrumentalização das edições d'*A Voz do Povo* como fonte de pesquisa para futuros pesquisadores, elaborei fichamentos nos quais são apresentadas as informações de maior destaque de cada edição. Tais fichamentos possuem informações que vão desde eventos políticos, programação do cinema e resultados dos jogos de futebol a fatos cotidianos da sociedade ourinhense. Por se tratar de um semanário local, *A Voz do Povo* possuiu uma estrutura muito simples por alguns anos, não sendo composto por colunas, mas por artigos de diversos colaboradores.

Houve certa dificuldade durante o manuseio dos exemplares d'*A Voz do Povo*, visto que se encontram em estado avançado de deterioração, sendo necessário utilizar luvas e máscaras e cuidado extremado ao folhear suas páginas. O museu de Ourinhos, porém, não possui técnicos capacitados para a restauração e conservação desses documentos ou verba disponível para pagar por este serviço. Assim sendo, ressalta-se a importância dos fichamentos, visando à perpetuação do conteúdo que priorizou o levantamento de informações, procurando abranger os mais diversos fatos da vida cotidiana ourinhense, tais como: programação do cinema, resultados de jogos de futebol, queixas sobre a política local e estrutura da cidade, discursos sobre a moral e costumes – corriqueiros nos exemplares de 1930 e 1932 –, propagandas, colunas médicas etc.

DESENVOLVIMENTO

Na primeira fase do periódico nota-se que não há linearidade na estrutura, havendo mudanças constantes nos anos de 1927 a 1930. Em seus primeiros exemplares, *A Voz do Povo* possuía como manchete poesias, o que se manteve por poucas edições. Em seguida, elas foram transferidas para a segunda página, até que no ano de 1931 foi criada uma sessão chamada “Página Litteraria”, na qual os leitores mandavam suas obras que, se publicadas, eram avaliadas e comentadas pelo redator. Em 1932, entretanto, esta coluna tornou-se obsoleta, modificando novamente a estrutura do jornal.

Nota-se que as poesias existentes em *A Voz do Povo* em geral falavam sobre o amor e suas intempéries, podendo ser usadas para fazer “chacota” de situações e atitudes consideradas “fora do comum”, como podemos averiguar no trecho da poesia “Melindrosa”

C’o rosto pintado, tal qual um palhaço,
Andar requebrado, cabellino sura,
As pernas amostra, justiça lhe faço
É o vivo retrato d’uma saracura [...]. (LEAL, 1927, p. 1).

Todavia, o amor idealizado, com juízos de valor e moral conservadores, seus males e lirismo nas poesias era o que predominava nos textos, como visto nos seguintes trechos:

Idealizo o hymeneu das almas superiores,
Quando elle se realiza além, por entre os astros,
Na apothéose da pompa e dos lindos fulgores
Do grande amor, que imprime o valor de seus rastros [...].
(VIOLETA ODETTE, 1927, p. 1).

[...] A minha historia em pouco é relatada:
Um sorriso, um olhar, um beijo e... a dor.
Que saudade me veio disfarçada.
Foi somente um instante aquelle amor!...
Mas a saudade d'elle que perdura,
Vale bem minha desventura [...]. (ANDY, 1931a, p. 5).

[...] Cérebro e coração, constantemente,
Numa lucta incessante pela vida,
Se degladiam a fogo e a ferro quente,
Atrás de uma ventura não colhida.

Coração... ursus que galhardamente
Vence Cróton, de fama imperecida,
Enquanto o povo ri gostosamente
Da VICTORIA, ao princípio, inda descrida [...]. (ANDY, 1931b, p. 2).

Destaca-se o fato de que por vezes as poesias foram colocadas como manchetes, obtendo o maior destaque na edição. Como *A Voz do Povo* neste primeiro quinquênio era composta por artigos de diversos colaboradores, destacar o escrito de alguns deles fazia com que muitos continuassem a escrever para o jornal, como é o caso dos senhores Jorá de Andy, Beleomar e Diadema.

Em 1927 *A Voz do Povo* possuía como redator Fonseca Telles que se mudou de Ourinhos no mesmo ano, dando seu lugar a Joaquim de Azevedo, que permaneceu até 1932. Durante o período analisado, a propriedade do jornal era de M. Gonçalves. Sua organização interna mudou diversas vezes, denotando a não-linearidade dos colaboradores e malabarismos do redator para conseguir completar o espaço, seja aumentando o tamanho das letras ou organizando os artigos de uma forma diferente.

A chamada “Página Litteraria” surgiu no início de 1931, e nela se encontravam todas as poesias e textos narrativos, geralmente na segunda página, porém, ao

final do mesmo ano deixou de ser usada e os textos de tais gêneros começaram a ficar dispersos por entre as demais páginas. Havia também no mesmo ano a “Columna Médica” do Dr. Pimentel que, assim como a outra, foi publicada durante pouco tempo.

Chrysanthem – Ourinhos: Todos os dias após as refeições maiores sente-se numa cadeira preguiçosa ou divan ponha sobre o estômago uma bolsa com água quente, conservando-a durante uma hora. **Suzi** – Salto: esfregue limão nas axilas uma ou duas vezes ao dia, após o banho. (PIMENTEL, 1931, p. 4).

Foi observado que durante o ano de 1931 houve uma maior organização do jornal, mas em 1932 tudo foi mudado novamente.

Quanto às notícias sobre a cidade, em geral, há certo apelo a valores maniqueístas que deixavam um tipo de ensinamento moral em suspenso.

Ourinhos, cidade do trabalho e do progresso por excellencia, vêm de algum tempo a esta parte, sendo invadida pela onda do jogo do bicho, cujos males que traz a sociedade, são patentes à todos. Lamentamos sinceramente ter que registrar nesta columna tão vergonhosa occorrença. (JOGO..., 1931, p. 6).

Não é à frente de um ‘*bizeatê*’ que a mulher adquire belleza e graça, collorindo aqui a ‘*baton*’, ali a ‘*rouge*’ e acolá a ‘*crayon*’. As filhas de Eva fazem-se lindas, encantadoras, inspiram graça e elegância, imitando hábitos distinctos e delicados, apreendendo conselhos ponderados e de bom senso, presidindo seus actos com a nobreza e dignidade. A mulher deve ser altiva, resoluta, modesta e carinhosa. São qualidades que se conquistam com esforço e boa vontade, na leitura boa vontade, na leitura boa e instructivas e de linguagem sã, na selecção cuidadosa do convívio pessoal, na escolha acertada das reuniões sociaes. (NEVES, 1931, p. 2).

Outra característica é a ênfase nos detalhes em pormenores que enriquecem a narrativa, o que a tornava dramática e chamava a atenção do leitor. Seguem dois exemplos:

No dia seguinte ao carnaval, isto é, no dia de Cinzas, deu-se em lamentável desastre na balsa da Fazenda de Laranjal de que resultaram victimar o casal Delphino Esperança e Diva Esperança, trabalhadores da alludida fazenda. O naufrágio deu-se da seguinte forma: o casal sahia da fazenda a Cavallo com destino a Chavantes. Chegados as margens do Paranapanema tiveram que tomar a balsa. O balseiro, por

descuido, esqueceu antes de largar de largar as cordas, tirar a água que enchia as canoas. Estavam no meio do rio mais ou menos, quando a balsa ladeou de um lado e depois de outro afundando inteiramente e lançando na água balseiro, cavallos e cavalleiros. Os cavallos sahiram a nado; o balseiro, náutico pratico, lutou para ver si conseguia salvar os viajantes, mas vendo-se em perigo, desistiu ganhando logo a canoa que o salvou: quanto ao casal Delphino-Diva, desapareceram abraçados nas águas entre gritos e desesperos. Apesar das pesquisas feitas e dos incessantes esforços levados a effeito, não foram ainda encontrados os cadáveres do desditoso casal. (GRAVE..., 1932, p. 4).

No bairro do Carreirão, sito a poucos kilometros desta cidade, deu-se esta semana uma tragedia lamentável por um lado, e quão criminosa por outro. Innocencio Rodrigues, munido de uma espingarda de fogo central e carregada de chumbo grosso, fora a casa de seu mano João Rodrigues, batendo à porta, no que este ao abri-la sem ter proferido uma só palavra, recebeu em pleno peito a carga de chumbo da arma fatricida. Lamentável tragédia porque morrera ainda um moço, um homem trabalhador, que era quase o arrimo da velha mãe que ficara sem consolação chorando por duas dores, por ver um filho no cemitério e outro na cadeia. Crime espantoso porque não houve a menor vacilidade para a sua pratica, porquanto praticado maneira simplesmente horrorosa com que se consumara o delicto. Prossegue o inquérito na Policia. (ASSASSINATO, 1932, p. 4).

Mais uma função do jornal era servir de mediador entre pessoas, como em casos em que os sujeitos anunciavam até mesmo a procura de pretendentes para matrimônio:

Senhor viúvo, respeitável, com 35 annos de idade, deseja casar-se com uma senhorita ou senhora viúva, cuja idade esteja entre 20 e 35 annos. O pretendente pede as que quiserem candidatar a tal casamento, enviarem suas photographias ou escreverem ao <Senhor Viúvo>, aos cuidados da redacção d’ A Voz do Povo. (CASAMENTO, 1931, p. 6).

Fatos cotidianos possuíam grande impacto, sobretudo quando envolviam nomes de pessoas externas à cidade, o que servia para agregar notoriedade a ela que, ainda com poucas décadas de existência, aspirava ao progresso e à fama:

De regresso do Paraná, passaram por esta cidade, no dia 1º do corrente às 24 horas, S. S. A.A. os príncipes ingleses.

Havia muita gente na Estação Sorocabana local, que em alguns minutos poderiam cumprimentar S. S. A. A. R.R. Que façam feliz viagem pelo nosso Brasil afora, são nossos mais elevados desejos. (PRÍNCIPE..., 1931, p. 2).

Outro ponto importante a ressaltar é a participação ativa de alguns colaboradores, como o professor Constantino A. Molina, diretor do Externato Ruy Barbosa, que publicava com regularidade suas crônicas, cuja temática em geral era a crítica às condições da cidade de Ourinhos com relação à política, urbanização, organização ou discorrendo sobre a moral e educação.

Ourinhos, o centro de maior expansão comercial desta rica zona, cidade fadada e ser muito breve a capital do sertão, está se desenvolvendo de maneira estupenda e rápida. Esta cidade está fazendo a sua *toilette*. Os velhos casarões de taboas estão sendo demolidos para darem lugar aos grandes e modernos armazéns, aos bonitos *bangalows* e residências chics. O espírito do povo ourinhense é o mesmo do super-homem bandeirante, orgulho de São Paulo, realizador por excellencia, acostumado aos empreendimentos de vulto; em summa, é o homem do dynamismo cyclopico, que não se afasta até mesmo deante do impossível. Assim é que, attendendo à ordem emanada da Delegacia regional de Saúde de Avaré, diversos commerciantes desta praça estão reconstruindo seus prédios, obedecendo aos requisitos de hygiene. (A HYGIENE..., 1931, p. 1).

O intercâmbio commercial de Ourinhos com o norte paranaense é bastante considerável, mormente por via da estrada de rodagem. Por ocasião do movimento revolucionário de 1930, foi destruída a ponte sobre o rio Paranapanema, que dista 6 kilometros desta cidade. É de urgente necessidade a reconstrução da nossa ponte, pois que dia a dia se torna mais intenso o movimento de automóveis, caminhões e carroças entre este grande centro commercial e as prósperas cidades do alto Paraná. Mister se faz que nosso prefeito municipal insista junto ao governo paulista no sentido de ser breve sanada esta lacuna. É de capital importância para o Estado, máxime para Ourinhos, a reconstrução dessa ponte. (A PONTE, 1931, p. 1).

O mundo evoluiu na successão dos tempos, mas a humanidade sempre mostrou-se hostil para com os scientistas. Estes heróes, descobridores dos mysterios da natureza e das forças occultas foram considerados como illusionistas e dementes. Elles foram sacrificaram a fortuna, a saúde e até a própria vida para colher como galardão de suas investigações a

calumnia, o ultraje, o abandono. A historia registra nas suas gloriosas paginas uma lista interminável de sábios que acabaram sua vida na escuridão e na miséria germinando sobre suas cinzas o triumpho da immortalidade passando seu nome esquecido a figurar na lista dos homens celebres e illustres que honram nosso pantheon. (MOLINA, 1931, p. 1).

Nos fragmentos observam-se as aspirações ao progresso, ao desenvolvimento e à riqueza aliadas ao orgulho pela terra, denotados nas comparações do espírito do homem ourinhense ao “super-homem bandeirante”, e no “dynamismo cyclopico” que não teme o impossível para realizar suas ambições. Ressalta-se que a cidade de Ourinhos, emancipada em 1918, encontrava-se nesse momento histórico em rápida expansão, sobretudo após a implantação de outra estrada de ferro em 1922. Era um momento de efervescência política e econômica que fazia brotar no ideário popular esperanças e sonhos.

RESULTADOS

Os fichamentos feitos em um trabalho anterior² d’*A Voz do Povo*, único periódico que restou da época, contabilizaram 67 exemplares registrados, além das poesias compiladas, com um total de 39 – como muitas foram manchetes das edições, houve a necessidade de salvá-las.

A Voz do Povo é de suma importância para elucidar vários aspectos do contexto histórico e da sociedade ourinhense desconhecido de muitos, sendo que a nossa batalha diária é tal como um desafio mitológico, pois para provocar um encontro entre Mnemósine e a sociedade é preciso nos envolver em uma grande teia com fins de resgatar o passado e torná-lo familiar à dinâmica da geração atual. É criar uma ponte conectando dois momentos que recontam um mesmo local, é lidar com expectativas não pertencentes apenas a nós com o intuito de construir um retrato que abranja diversos momentos e vivências.

REFERÊNCIAS

A HYGIENE em Ourinhos. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 6 dez. 1931.

² Relatório resultado da Bolsa FAPESP feito em duas partes, entregue em 2011 e 2012.

- A PONTE. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 29 nov. 1931.
- ANDY, J. Consolação. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 11 jan. 1931a.
- _____. Cérebro e coração. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 22 mar. 1931b.
- ASSASSINATO. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 18 jan. 1931.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 12 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAMARGO, A. M. A. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: PAULA, E. S. SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1971, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FFLCH, 1971.
- CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- CASAMENTO. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 27 set. 1931.
- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2005.
- CURTA OURINHOS [blog na Internet]. Ourinhos, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2pHJdqf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- CONTIER, A. D. **Imprensa e ideologia em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- FREYRE, G. M. **Um engenheiro francês no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- _____. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.
- GRAVE desastre. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 14 fev. 1932.
- HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Felix Alcan, 1925.
- JOGO do bicho. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 6 set. 1931.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- LEAL, J. M. A melindrosa. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 20 mar. 1927.
- LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.
- MOLINA, C. Sciencia burlada. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 28 jun. 1931.
- NEVES, O. C. A mulher deve ser bella. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 6 dez. 1931.
- PIMENTEL. Columna medica. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 11 out. 1931.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- PRÍNCIPE de Galles. **A Voz do Povo**, Ourinhos, 5 abr. 1931.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- VIOLETA ODETTE. Supremo Asylo. **A Voz do Povo**, 6 fev. 1927.
- VOVELLE, M. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Memórias da Uenp: resistências

Memories of Uenp: resistance

ÁLVARO FERNANDES SOTARELLI^a

JULIANA CAROLINA DA SILVA^b

GISLAINE DOS SANTOS FIGUEIREDO CORDEIRO^c

RENATA MADUREIRA PAVAN^d

SABRINA FELÍCIO SOUZA^e

JEAN CARLOS MORENO^f

^a Graduado História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná.

E-mail: alvarosotarelli@hotmail.com

^b Graduada em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná.

E-mail: ooliin.ju@gmail.com

^c Graduada em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná.

E-mail: inannalua@hotmail.com

^d Graduada em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná.

E-mail: renataapavan@hotmail.com

^e Graduada em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná.

E-mail: sabrina_metalica@hotmail.com

^f Professor adjunto do colegiado de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

E-mail: jeanmoreno09@gmail.com

Este estudo consiste na busca pelas representações que a população da cidade de Jacarezinho (PR) edifica sobre a Universidade Estadual do Norte do Paraná. Na oralidade, as pessoas inventaram e reinventaram suas experiências com a recriação das representações que moram nas memórias que elas tecem sobre a instituição. Seguindo por esta perspectiva, a pesquisa usou como fonte análises feitas a partir da história oral com a comunidade acadêmica e com estudantes do Ensino Básico de dois colégios locais: um público e um privado. Para tanto, iniciamos os estudos tratando de conceitos como identidade e símbolos, trazendo-os para a constituição da instituição de Ensino Superior. De forma que perspectivas deram luz a questões como o distanciamento da população em relação à universidade estudada. Portanto, por intermédio deste trabalho buscamos contribuir com futuras pesquisas sobre o tema de forma prática, buscando suscitar a revisão da postura institucional frente à população local.

Palavras-chave: Uenp, memória, representação, história local, universidade.

This study can be considered as a “search” for the representations created by the Jacarezinho/PR population regarding the State University of Northern Parana. Orally, people have invented and reinvented their experiences within these representations recreation, which lies in the memories that people keep about the university. Followed by this perspective, the source used while researching were some analysis made by oral History, with the academic community and primary education students from two local schools: a public one and a private one. For this purpose, we initiated these studies dealing with concepts such as identity and symbols, bringing them to the establishment of this college. In that way, these perspectives enlightened some issues as the detachment of the population regarding the studied university. Therefore, we contribute to future researches on the topic in a practical way, seeking to evoke the reviewing of this institute’s attitude towards local people.

Keywords: Uenp, memory, representation, local history, university.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca trabalhar as representações sobre a Universidade Estadual do Norte do Paraná que habitam nas memórias que a população tece sobre esta instituição. Nesta perspectiva, intenta ser uma investigação inicial do tema tanto na academia (visto que este é o início da abordagem desta questão) quanto em relação ao trabalho de coleta do senso popular.

Portanto, buscamos contribuir com futuras pesquisas na área com reflexões que possam levar não apenas a maior participação de estudantes e docentes, mas que viabilize a chegada da população local à universidade, a fim de que esta possa ser realmente um veículo de saberes e conhecimentos.

Enleando-nos por tais intenções, iniciaremos a pesquisa tratando de conceitos como identidade e símbolos, também principiando pela construção histórica da Uenp, da Unespar e remontando a Fafija. A seguir, trabalharemos um levantamento historiográfico que se pauta nas questões de memória e narrativa, visto que o passo subsequente de nosso estudo foi o levantamento de dados com estudantes de escolas regulares da rede pública e privada.

O resultado dos questionários respondidos pelos alunos teve suas informações colhidas e exemplificadas em gráficos. Por sua vez, esta parte da pesquisa levantou questões que remontam à permanência de visões elitistas na relação entre universidade e sociedade.

Porém, devemos salientar que as visões e estudos iniciados neste escrito não serão finalizados, considerando que o presente estudo não consiste em uma tentativa de esgotar a temática, pelo contrário, representa um incentivo a novas pesquisas. Assim, buscando encabeçar futuras discussões sobre o tema, seguimos a proposta do professor Jean Carlos Moreno (2013) e costuramos as reflexões finais desta pesquisa na forma de um breve documentário a ser exposto na Semana de História da Uenp em 2014.

A seguir discutiremos a identidade e o passado, locais de onde advêm tanto a cultura quanto as políticas e representações que formam a Uenp.

ENTRE AS IDENTIDADES E O PASSADO

Símbolos são objetos imaginários ou concretos que moram na fronteira do mundo real e do espaço invisível, mas que atuam no imaginário construindo

representações. Eles definem a identidade do que é representado e mostram os poderes que exercem influência sobre os objetos.

Na presente pesquisa, trataremos da Universidade Estadual do Norte do Paraná com relação às memórias que as pessoas da cidade de Jacarezinho nutrem a respeito desta instituição de Ensino Superior. Focaremos, especificamente, sobre o Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE) e o Centro de Letras, Comunicação e Artes (CLCA), que se estabelecem, atualmente, no espaço que abrigava a antiga Faculdade Estadual de Filosofia de Jacarezinho (Fafija).

A Uenp advém da unificação de diversas faculdades, dentre elas a Fafija, fundada em 1960, sendo a primeira faculdade estadual fundada no Norte do Paraná (BERSI, 2013, p. 23). Devido ao longo tempo que esta instituição existiu, já que a unificação só ocorreu em 2006, ela fundou bases sólidas na identidade sociocultural da cidade.

A relação da identidade e da memória com o discurso faz-se por diversas vias, pois os símbolos identificam as cidades e, concomitante, marcam a memória dos indivíduos que têm um vínculo com elas, seja de interesse ou de necessidade. De forma que as atenções, perspectivas e subjetividades estão presentes nas narrativas populares orais, enquanto o poder institucional tentará se formar através dos discursos oficiais como veremos mais adiante.

A memória viva que se mantém nas imagens e lembranças constrói-se, muitas vezes, em oposição à visão hegemônica e à história contada oficialmente. Entretanto, interpretações que vêm carregadas de elementos gestados pela História oficial podem ser realocadas em outras visões sobre o vivido, o que nos leva a refletir sobre o sentido da História, pois tais visões (muitas vezes construídas institucionalmente) moram em fragmentos das memórias individuais e coletivas.

A construção histórica da Uenp constitui-se a partir das memórias oficiais e ofusca – embora não desconheça – as trajetórias de homens e mulheres que também são protagonistas dessa História, que compartilham lembranças e esperanças para esta instituição. Ligada inicialmente à promoção do desenvolvimento social e econômico da região, a universidade foi uma parceria do Governo Estadual e da Igreja Católica.

A educação local está, desde muito tempo, ligada à instituição católica. A presença contínua da Igreja na cidade (em diversas manifestações simbólicas e ramificações do poder) reforçou a influência exercida por ela, tornando visível sua identidade na construção da

educação e imagem urbana de Jacarezinho. Também devemos considerar que a instituição religiosa possuía dois colégios na década de 1950 em Jacarezinho: o Colégio Imaculada Conceição e o Colégio Cristo Rei, além de, posteriormente, exercer participação e parcerias nas fundações das faculdades.

A primeira tentativa de unificação das faculdades que existiam em Jacarezinho – Cornélio Procópio e Bandeirantes – resultou na criação da Unespar, mas a insatisfação local e as burocracias criadas inviabilizaram o projeto inicial. Já no governo de Roberto Requião, cogitou-se que as faculdades do Norte do Paraná integrassem a Universidade Estadual de Londrina.

A Associação dos Municípios do Norte Pioneiro (Amunorpi) e a diocese de Jacarezinho foram contrárias a esta decisão, organizando assim um movimento liderado pelo bispo Fernando José Penteado em vista da criação de uma universidade regional. Com o sucesso dessa exigência, Fernando José Penteado tornou-se o primeiro reitor da Uenp.

Desse modo, memórias, valores e políticas que permeiam a Uenp são marcados não apenas pela antiga Fafija, mas também pela própria influência das instituições locais, dentre elas o setor de comércio e a Igreja Católica. Essas influências, por sua vez, forjaram-se em discursos da memória hegemônica e foram se construindo ao longo do tempo em movimentos de recriação e renovação.

Contudo, essa memória hegemônica vai sendo realimentada dentro do processo social em que questionamentos, oposições e pressões de memórias que estão à margem indicam outras experiências também carregadas de sentidos. Em outras palavras, ela não pode simplesmente se impor como forma de dominação sobre uma população que é diferenciada tanto na sua trajetória quanto em seus valores, ela precisa ser defendida, modificada e transformada, incorporando outros significados que tenham sentido para as pessoas no presente que têm o objetivo de se conservar no parâmetro da hegemonia. Talvez a posição de distanciamento da universidade com relação à população carregue a intencionalidade de conservar antigas políticas em que as elites locais exerciam poder sobre a educação e fundavam monumentos. Nessa perspectiva, Paulo Knauss (2000) ressalta que “os objetos urbanos se caracterizam como instrumentos de educação política conservadora, a serviço do poder instituído”.

Na educação, além dos colégios particulares, estaduais, municipais e os ligados à Igreja Católica, em 1959 foi fundada a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e

Letras de Jacarezinho (Fafija), que começou a funcionar no ano seguinte e, como salienta Tania Maria Fresca (2004), “este era o passo inicial para uma importante atividade que viria a se constituir em Jacarezinho: o Ensino Superior”. Os colégios Cristo Rei e Imaculada Conceição foram, ao longo dos anos de 1960, perdendo a importância frente às faculdades, sendo elas: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, a Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, fundada em 1968, e a Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, fundada em 1972.

Entretanto, apesar de se consolidar como um centro educacional, Jacarezinho apresenta marcas concretas e invisíveis de uma “dinâmica funcional resultante de uma fase áurea que já havia passado” (FRESCA, 2004, p. 114). Sendo este também um reflexo decorrente para a cidade ter se tornado “um lugar de drenagem do excedente social” (loc. cit.) que assiste às suas riquezas sendo revertidas para outras localidades e à uma grande parcela da população se esvaindo para outras cidades em busca de melhores condições de vida. Os moradores que ficaram, tiveram que encarar uma pesada realidade conotada no passado, em que os objetos concretos sugerem “também um forte elemento simbólico, talvez até uma forma de magia que, ao restabelecer uma parte pequena, mas emocionalmente carregada, de um passado perdido, de algum modo restabelece o todo” (HOBSBAWN, 2007, p. 27).

Assim, a figura do passado assombra tanto a cidade de Jacarezinho, quanto a Uenp, usualmente reconhecida pela população como Fafija. A seguir estudaremos alguns aspectos da memória e da narrativa, visto que é por meio delas que as pessoas refazem a visão oficial, colocando-se como sujeitos. Nelas, o narrador se reconhece e é reconhecido por aquele que o entrevista, ambos se vendo como construtores da História e atribuidores de significado e reordenação dos monumentos e poderes.

MEMÓRIAS E NARRATIVAS

A universidade deve pintar-se de branco, de preto, de mulato, de amarelo, de vermelho, ou então arrancar as portas e o povo a invadirá e pintará com as cores que quiser.

Che Guevara.

Caminhos que se fazem entre dois mundos ramificam-se em laços menores, abrem janelas, traçam lugares

que vivem e se repartem dentro das lembranças. Cada um destes mundos é uma memória individual ou coletiva que fazem parte de nós desde quando nascemos até o último suspiro dado ao final de nossas vidas. Nessa perspectiva de memória, “A cada passo que damos, a cada situação que vivenciamos ou presenciamos, ou mesmo no silêncio, sempre muda, ela está presente” (ARDÉRIUS, 2010, p. 16).

A memória individual é centrada no indivíduo, sendo única na medida em que este também o é, enquanto a memória coletiva envolve outras pessoas que fazem parte de nosso crescimento, formação ou que apenas nos rodeiam (como em círculos de convivência). De forma que a memória construída na coletividade está ligada às nossas vivências em sociedade, destacando-se suas intersecções em: memória social, memória cultural e memória histórica.

O fazer memorialístico da sociedade, da cultura e da história que habita e é inerente à coletividade, pode ser revisitado (embora não revivido) em objetos, imagens e representações de tempo que nos ligam, como fios de lembranças, ao passado. A este ponto, podemos ilustrar a etimologia do signo *lembrar*: “‘Lembrar-se’, em francês *se souvenir*, significaria um movimento de ‘vir’ ‘de baixo’: *sous-venir*, vir à tona o que estava submerso” (BOSI, 2007, p. 46).

Contudo, “Os atos da lembrança são também, ao mesmo tempo, atos emocionais, de afeto, de pensamento e estão a serviço das necessidades da ação imediata” (CARRETERO, 2007, p. 57). Por esta via salientamos que a memória se torna acessível por meio da fala e da narrativa, sempre suscetível ao presente, às subjetividades, fabulações, omissões e às diversas intenções que moram na construção “artesanal de comunicação” (BENJAMIN, 1996, p. 205).

A narrativa se faz na memória, “ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver” (Ibidem, p. 204) e está em constante construção, pois se relaciona ao presente, às lembranças e às expectativas futuras, dialogando com a própria identidade do narrador.

Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (Ibidem, p. 205).

Assim, o “lembrar-se”, ao tocar a memória, faz com que o passado não só venha “à tona das águas presentes,

misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (BOSI, 2007, p. 47), aparecendo a memória como uma “força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (Ibidem, p. 47).

Acerca da metodologia do presente trabalho, a partir de uma pesquisa realizada com estudantes do Colégio Estadual Rui Barbosa e do Colégio Elo, remontamos algumas visões que são recorrentes na cidade acerca da universidade e percebemos como os jovens encaram esta instituição e quais suas expectativas com relação à Uenp.

Observamos, principalmente, a universidade em seu papel dentro da dinâmica social, o que reforça e estabelece uma função – tanto social como cultural – sendo suscetível à atribuição de representatividade pela população local. Quando a representação social é nula ou minimizada aos olhares dos cidadãos, podemos visualizar que sua função social está deficitária, além de que determinados padrões sociais estão sendo fomentados fugindo da missão de desenvolvimento local e manutenção da democracia.

Portanto, dos resultados da pesquisa, tiramos a base para um material de cunho documental em que buscamos mostrar a visão de algumas pessoas cujas vidas são ligadas, de formas próximas ou distantes, à memória que forma a Uenp. Considerando que a memória social se constrói ao longo de muitas gerações, todas mergulhadas em relações determinadas por estruturas sociais, e que sua formação implica na referência ao que não foi presenciado, – ou seja, na representação de processos e estruturas sociais que já se transformaram – muitos relatos recaíram sobre a História da Fafija.

Naturalmente, a geração atual possui vestígios dos padrões sociais que a antecederam, potenciais suportes de sua memória que, por sua vez é, como qualquer experiência humana, um campo minado pelas lutas sociais. Um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais.

Assim, nosso principal empenho é mostrar que a memória histórica retratada institucionalmente e pelos meios midiáticos, constitui uma das formas mais poderosas e sutis de legitimação do poder, não mostrando o passado ou o presente, mas se baseando

em expectativas futuras. Reconhecemos que o poder estabelecido é o que se define ao longo do tempo histórico, isto é, quais memórias e quais histórias devem ser consideradas para que seja possível estabelecer certa memória que dê voz aos diversos atores que compõem a História.

Refletir esta direção significa se atentar à forma que diferentes sujeitos vivem e lidam com as transformações históricas da Uenp em suas culturas, ou melhor, em seus modos de se reconhecer como construtores e participantes deste órgão público.

Compreender a Uenp dessa maneira significa resgatar as marcas dos sujeitos que experimentaram no seu dia-a-dia as tensões, fazendo da universidade um campo de lutas, a fim de entender, sobretudo, as razões pelas quais apenas alguns agentes permanecem atualmente como participantes da História oficial, definindo direitos e tentando, com isso, definir também os sujeitos da História da universidade.

Trata-se, então, de pensar a relação entre universidade e seu patrimônio histórico como expressão de tempos em disputas por direitos à História e à valorização social. O presente trabalho depara-se com a valorização e preservação do patrimônio memorialístico, constituindo uma forma de envolver a comunidade, permitindo que tenha consciência de si em relação à universidade enquanto expressão do Poder Público. Concomitantemente, a valorização da identidade que mora nas memórias faz com que se intensifique o sentimento de pertencimento.

Em outras palavras: a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança. Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois inexistiria uma plataforma de referência e cada ato seria uma reação mecânica, uma resposta nova e solitária a cada momento, um mergulho do passado esvaziado para o vazio do futuro. É a memória que funciona como instrumento [...] de identidade, conservação e desenvolvimento que torna legível os acontecimentos. (MENEZES, 1984, p. 34).

Portanto, a memória social é decisiva para a construção de sentido da dimensão histórica da sociedade. O processo de desenvolvimento social passa a ser percebido como algo sujeito às mudanças que se formam por intervenção das forças sociais do presente, a partir de acúmulos produzidos historicamente. Ao assinalar que “vivemos no longo prazo”, Braudel (1996) indica

que as reorganizações da vida social se fazem em presença de um agrupamento sucessivo e contínuo de mudanças produzidas a longa duração, que deságuam na realidade atual condicionando alternativas de construção do futuro.

Afinal, a conscientização acerca da construção histórica é uma maneira de buscar o ativo posicionamento no presente. A partir disso, as pessoas comuns, a população local, os servidores públicos e os estudantes devem ter a possibilidade de se posicionar frente à construção do futuro da universidade sob a mediação do passado. Posição atingida pela memória coletiva mediante os suportes de memória, como o acesso aos patrimônios socioculturais e às experiências que estes carregam, transportando a memória social de uma geração à outra.

SOBRE OS DADOS COLETADOS

Colégio Rui Barbosa

Parte da pesquisa foi realizada com análises feitas com estudantes do Colégio Estadual Rui Barbosa. Com o nome de “Escola Normal”, esta instituição foi a primeira escola estadual de Jacarezinho, cuja construção só se deu em 1938, tendo como uma das finalidades movimentar o comércio. Como narrou Aimone (1991) acerca das decisões de criação do Colégio Estadual Rui Barbosa:

Criar aqui em Jacarezinho uma ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA, onde os filhos desta rica REGIÃO irão recebendo DIPLOMAS, as famílias vêm para cá, o comércio aumenta e os professores que aqui forem nomeados, receberão um belo ORDENADO e somente irão gastar aqui, como todas as famílias dos estudantes. (AIMONE, 1991, p. 143).

Tal discurso teria sido a base de argumentação estabelecida entre os poderes locais e Manoel Ribas, então interventor federal no estado do Paraná. Assim, observamos mais uma vez os interesses particulares e a educação posta como investimento, a cidade como construção social, mas também, como edificação de poder.

Em 1938 iniciaram-se as atividades da “Escola Normal”; em 1960 inicia-se o ensino técnico do comércio e também o ginásio noturno e, a partir de 1972, o curso colegial noturno tem início.

Atualmente a maioria dos alunos pertencem à classe média-baixa, provenientes das zonas urbana, suburbana e rural. O quadro de funcionários da instituição é composto por 21 trabalhadores de serviços gerais, dez técnicos administrativos, um assistente de execução, uma secretária e corpo docente com 97 professores, cinco especialistas em Educação, diretor geral e diretores auxiliares, sendo uma escola imponente na cidade pelo seu grande porte, somente comparada à estrutura dos antigos colégios católicos.

Fizemos uma pesquisa com dezessete estudantes no Colégio Estadual Rui Barbosa cujas idades variam de dezesseis a dezoito anos. O processo de coleta foi auxiliado pela professora dentro da sala de aula. Os estudantes realizavam perguntas de cunho informativo, mostrando grande afastamento com relação às questões ligadas a Uenp. A apatia por parte de grupos da sala era notável, mas, mesmo com esta sensação, todos responderam o questionário proposto com suas peculiaridades e interesses.

Colégio Elo

A outra escola na qual realizamos a pesquisa foi o Colégio Elo, que se dedica aos Ensinos Infantil, Fundamental, Médio e Pré-Vestibular, e surgiu da união de antigos colégios particulares. A instituição participou do ENEM 2011 com taxa de participação de 67,39%, sendo 31 o número de participantes. A nota média da escola em todas as áreas, segundo avaliações, foi de 561,64.

Nesta instituição, a curiosidade dos alunos acerca do questionário foi notável, embora ainda alguns casos de desinteresse se manifestassem em respostas curtas abrigadas entre o simples “sim” e “não”.

Os estudantes e o tema escolhido

Pelos questionários (que continham as mesmas questões) realizados com estudantes do Colégio Estadual Rui Barbosa e do Colégio Elo, remontamos algumas visões acerca da universidade que são recorrentes na cidade. A percepção central foi como os jovens encaram esta instituição e quais suas expectativas com relação à Uenp.

A representação social é minimizada aos olhares dos cidadãos, podemos visualizar que a função social da universidade está deficitária e que determinados padrões sociais – que fogem à missão de desenvolvimento local e à manutenção da democracia – estão sendo fomentados.

O Colégio Estadual Rui Barbosa, instituição pública, com alunos provenientes de classe média-baixa contrasta com o Colégio Elo, já que é uma instituição privada que atende a estudantes de classe média-alta. Ambos estão localizados na região central de Jacarezinho e têm os alunos entrevistados cursando o Ensino Médio. Notadamente, têm perfis de realidades distintas em questão econômica, o que altera a condição e a forma como a juventude e as expectativas de futuro são vivenciadas pelos entrevistados.

Entre as respostas sobre a representação da Uenp para os estudantes, em ambos os casos, foram citadas referências de faculdades isoladas (às vezes apenas uma ou outra), como: “Faculdade de Educação Física”, “Faculdade de Direito”, “Faculdade de Filosofia”, esta também sendo interpretada como uma alusão a Fafija.

Tais informações denotam o desconhecimento dos jovens estudantes de Jacarezinho em relação à maioria dos cursos ofertados pela instituição. Este fato se dá pela deficiência da própria universidade no que tange divulgação, promoção e projetos de extensão universitária à comunidade local. Há, também, o papel da própria cultura escolar que desvaloriza os cursos de licenciatura, de maneira mais enfática os que são oferecidos na “Faculdade de Filosofia”.

Na instituição escolar privada há uma cultura curricular de formação e capacitação de candidatos aos vestibulares, preferencialmente para os cursos mais concorridos do país por questão de status e rendimento financeiro. Por consequência, a grande maioria dos alunos entrevistados no Colégio Elo respondeu ter pouco conhecimento sobre a Uenp e, inclusive, desinteresse pela mesma, exceto pelos cursos de Direito, Fisioterapia, Agronomia e Veterinária. Contudo, existiram equívocos de entendimento e desqualificação com relação às instituições públicas, como a Uenp, pois alguns estudantes relataram a preferência em graduar-se em universidades particulares.

Na instituição escolar pública, a referência à universidade pelos alunos também era pouca, porém havia interesse de alguns em ingressar na Uenp. Em ambas as escolas o ponto de referência comum sobre a universidade foram as memórias das instituições anteriores reconhecidas isoladamente, como já citado acima.

Exemplificando os resultados, separamos abaixo três questões propostas no Colégio Estadual Rui Barbosa e suas respectivas porcentagens de respostas:

Qual a classe social, cultural e econômica de quem frequenta uma universidade?

Respostas:

- (a) “Todas as classes sociais” – seis estudantes escreveram frases com este teor;
- (b) “A uma parcela razoável da sociedade” – presente em quatro respostas;
- (c) “A classe social com maior poder aquisitivo” – 6 estudantes escreveram frases contendo este teor, havendo, porém, em alguns casos a seguinte observação: “com alguns avanços, a classe C está tendo mais oportunidade de ingressar nas universidades”;

Um estudante não respondeu.

O gráfico ao lado representa o apanhado de respostas.

Gráfico 1. Qual a classe social, cultural e econômica de quem frequenta uma universidade?



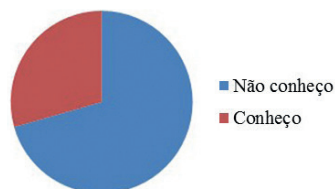
Conhece os cursos que a Uenp oferece? Se sim, diga-nos se pretende cursar algum deles.

Respostas:

- (a) Doze alunos afirmaram o desconhecimento;
- (b) Cinco disseram conhecer;

O gráfico ao lado representa o apanhado de respostas.

Gráfico 2. Conhece os cursos que a Uenp oferece?



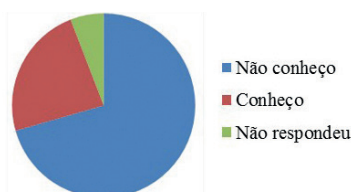
Conhece alguém que tenha frequentado a Uenp?

Respostas:

- (a) Doze estudantes afirmaram desconhecer;
- (b) Quatro disseram conhecer ex-estudantes da Uenp;
- (c) Novamente um aluno não respondeu.

O gráfico ao lado representa o apanhado de respostas.

Gráfico 3. Conhece alguém que tenha frequentado a Uenp?



CONCLUSÃO

Não satisfeitos com a generalização das respostas, embora esse fato explique muito, fomos averiguar onde se iniciam o déficit da informação popular e o desinteresse por esta instituição de Ensino Superior de grande influência no poder político e religioso da cidade e região.

O desinteresse dos estudantes pela Uenp pode ser resultante da política estabelecida ao longo da História

da Fafija, Unespar e, atualmente, sua própria. Pois, em nenhum momento das criações, da faculdade às universidades, houve uma consulta com a sociedade local e regional, exceto aos setores hegemônicos. Além disso, os dados geopolíticos e sociais da região certamente foram levantados pelo IBGE. Dessa forma, não existiu na fundação das instituições o sentimento de pertencimento à população que, desde o início, teve seus interesses considerados apenas no campo das ideias. Espelha-se assim um contraste nas missões da Uenp: preocupar-se com

o desenvolvimento local e a permanência estudantil, ao mesmo tempo em que estabelece medidas para os cumprimentos de tais intenções.

Portanto, o desconhecimento da população local quando o tema se trata da Uenp acusa questões inquietantes, tais como: É lógico que, em quase oito anos de exercício, a instituição que foi criada para servir a região seja pouco reconhecida pela população local que vive entre a sede administrativa e quatro centros de estudos? Inclusive não ser reconhecida pelo público alvo da cidade sede da instituição, os jovens estudantes?

Em vista destes pensamentos há de se levantar esta problemática e trabalhar para a mobilização de uma nova consciência histórica do papel social da universidade para a comunidade externa. Este deve ser tanto um trabalho dos docentes e administradores quanto dos estudantes, embora, seguindo a tendência observada, esta última parcela seja preterida em decisões e participações dentro da própria universidade.

O presente trabalho buscou refletir acerca das questões levantadas que evidenciaram o afastamento da sociedade local em relação à Uenp e a desvalorização desta na visão popular. Uma vez que a apatia dos jovens se faz pela distância e pelas políticas que vigoram internamente, refletindo a forma como é representada, ou melhor, a ausência que a universidade faz na memória local. Procuramos trabalhar essa distância e a problematização na forma de vídeo, por causa da maior acessibilidade, podendo ser veículo para suscitar questionamentos e discussões.

Disponível no canal “XXVI Semana de História” do portal YouTube, ele é iniciado com o título do trabalho e imagens que mostram a Fafja e retratam sua memória com homogenia embelezada pelas falas conciliadoras de uma funcionária. Depois desse retrato do passado que marca mais a construção histórica do que a formadora da Uenp, buscamos contrastar essas lembranças com a forma como a universidade vem tratando seus alunos e a comunidade, utilizando a entrevista de um ex-estudante que atuou ativamente por meio do movimento estudantil na Uenp. Nesta parte do trabalho mais se destaca o processo pelo qual a faculdade se tornou universidade e as críticas com os jogos políticos e de interesse que tanto marcam a história dessa instituição. O produto final do presente estudo será apresentado durante a XXVI Semana de História da Uenp, seguido por debate, a fim de tecermos discussões que nos façam repensar o passado e reconstruir a história institucional.

REFERÊNCIAS

AIMONE, T. **Meu ginásio Rui Barbosa de Jacarezinho**. Jacarezinho: [s.n.], 1991.

ARDÉRIUS, F. P. **Labirinto da memória**: notas sobre a memória colectiva na Arquitectura e nas Artes Plásticas. 193 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitectura) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERSI, R. M. A história da Uenp Jacarezinho: sob a ótica do materialismo histórico-dialético. In: SEMANA EDUCACIONAL E I SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 22, 2013, Jacarezinho **Anais...** Jacarezinho: Uenp, 2013.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVII. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BURKE, P. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: Edusc, 2004.

CARRETERO, M. et al. **Ensino da história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FONTANA, J. Reflexões sobre a história, do além do fim da história. In: **História**: análise, passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998. p. 267-281.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

HOBBSAWN, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KNAUSS, P. O descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. **Projeto História**, São Paulo, v. 20, p. 175-192, 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/2osKSM1>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

MENEZES, U. B. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico**

Nacional, n. 20, p. 33-36, 1984. Disponível em: <<http://bit.ly/2osGnAI>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

MORENO, J. C. A questão das identidades. In: _____. **Quem somos nós?** Apropriações e representações sobre a(s) identidade(s) brasileira(s) em manuais didáticos (1971-2011). 380 f. 2013. Tese (Doutorado em História

e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013. p. 18-22.

ROSA, A. Recordar, descrever e explicar o passado. O que, como e para que o futuro de quem? In: CARRETERO, M.; ROSA, A.; GONZÁLEZ, M. F. (Orgs.). **Ensino da História e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 53-60.

Entre o geral e o particular: comparação entre os mercados fundiários das cidades de Ribeirão Preto (SP) e São Carlos (SP)

Between the general and the particular: comparison between land markets in the cities of Ribeirão Preto and São Carlos, State of São Paulo, Brazil

BRUNO LEONARDO BARCELLA SILVA^a

^aMestrando em geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Presidente Prudente.
E-mail: bruno_barcella@hotmail.com

É possível observar nos últimos anos, principalmente na última década, uma forte expansão das atividades relacionadas à construção civil e aos negócios imobiliários no contexto macroeconômico do país. Tal expansão não é só residencial, mas também promovida pela conjugação de crescimento econômico, do emprego e da renda das camadas assalariadas, expansão do crédito, reformas institucionais e programas públicos de acesso à moradia, bem como pelas transformações mais estruturais na organização dos capitais imobiliários (como a abertura de capitais ligados a esse ramo da produção na bolsa de valores), que têm impactado as condições de oferta e consumo desses bens, seus preços, localizações e agentes de sua produção. Para tanto, o presente artigo procura comparar o mercado de terras urbanas de duas cidades médias do estado de São Paulo, procurando sempre extrair o que há de geral na sua produção imobiliária e o que há de particular, tendo como horizonte as resultantes espaciais materializadas no espaço intraurbano das cidades médias.

Palavras-chave: mercado fundiário, São Carlos, Ribeirão Preto, análise comparativa, cidades médias.

In recent years, especially in the last decade, the macroeconomic context of the country has been undergoing a strong expansion of activities on civil construction and property deals. This expansion is not only residential, but is also a combination of economic growth, employment and income of the salaried class, credit expansion, institutional reforms and public programs of access to housing, as well as more structural changes in the organization of real estate capital (like the opening of capital linked to this branch of production on stock exchange), which has impacted the conditions of supply and consumption of such goods, their prices, locations and agents of its production. Therefore, this article compares the urban land market of two medium-sized cities of São Paulo, looking to apprehend what is general and what is particular in their real estate production, against the sociodemographic framework of the intra-urban space in medium-sized cities.

Keywords: agrarian market, São Carlos, Ribeirão Preto, comparative analysis, middle cities.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende aprofundar uma discussão já avançada nos estudos sobre a produção imobiliária em cidades médias desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (Recime), com a análise comparativa no plano do mercado imobiliário de duas cidades médias do estado de São Paulo (Ribeirão Preto e São Carlos). Esta análise comparativa, na escala das duas cidades, pretende descobrir o que há de geral no mercado imobiliário em cidades médias – agentes, processos, alcance e desdobramentos sobre o espaço urbano – e também o que existe de específico, ou seja, em cada uma das cidades citadas e aos seus rebatimentos no espaço intraurbano.

Serão apresentados os resultados das pesquisas através do mercado imobiliário nas cidades estudadas, tomando como pano de fundo e orientação teórica a discussão da produção do espaço urbano e os agentes incorporadores que atuam em diferentes escalas, tendo como principal base empírica os preços dos anúncios imobiliários referentes a terrenos urbanos.

O presente ensaio está estruturado da seguinte forma: primeiramente procuraremos apresentar de forma sucinta os procedimentos metodológicos empregados, explicando a coleta de sistematização dos dados de ofertas de terreno em cada cidade, e a importância de tal operação; posteriormente, procuraremos elaborar uma breve discussão sobre a importância da comparação para os estudos sobre mercado fundiário em cidades médias; prosseguindo, apresentaremos o capítulo com a comparação dos mercados de terras urbanas das duas cidades, apresentado alguns dos resultados obtidos junto à fonte de dados de ofertas imobiliárias, mais especificamente os resultados relativos aos anúncios de terreno.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a análise do mercado imobiliário que propomos, teremos como base uma pesquisa que analisou a produção imobiliária e seus rebatimentos sobre o espaço urbano na escala intraurbana, tendo duas cidades como objeto de análise, comparando os processos, agentes e resultados espaciais de suas ações nas duas cidades. O procedimento metodológico utilizado foi a coleta e digitação de dados de anúncios imobiliários das duas cidades trabalhadas para os anos de 1995, 2000, 2005

e 2010 e análise documental sobre as cidades, além de entrevistas.

Para tanto, algumas questões foram norteadoras na escolha da fonte de dados, aqui representada pelos anúncios de ofertas imobiliárias em classificados de jornais de circulação local.

É importante reconhecer que o mercado fundiário apresenta algumas particularidades, dada a natureza das mercadorias que nele são produzidas e comercializadas, particulares de seu consumo e das formas de valorização destas e dos capitais associados à sua produção¹.

No mesmo sentido, a falta de transparência e de informações rápidas e atualizadas sobre que tipo de produto imobiliário, onde e a que preço, os tributos recolhidos em cada transação ou mesmo os valores cobrados nominal e efetivamente de cada imóvel acabam por gerar distorções sistemáticas que possibilitam e favorecem informações para poucos (incorporadores, loteadores etc.) e, conseqüentemente, sobrelucros em suas operações e em seus processos especulativos em períodos e áreas determinadas (MELAZZO, 1993, 2010, 2012).

A carência e as limitações das fontes de informação para o mercado imobiliário são uma realidade imposta à pesquisa, pela precariedade de fontes para aquisição de dados, pela constituição de um mercado pouco transparente, marcado pela escassez das informações registradas nas prefeituras, na dificuldade de acesso a cartórios de registros de imóveis ou mesmo da Receita Federal.

Associada à escassez e informalidade, é destacada a dificuldade na obtenção e organização de dados confiáveis e representativos para constituir um estudo mais amplo, que possa comparar esses dados em diferentes anos e diferentes cidades. Nesse sentido, uma análise minimamente abrangente deve dispor de informações atualizadas sobre um conjunto de variáveis pertinentes à análise comparativa, contemplando o tipo de produto imobiliário, sua localização e seu preço (MELAZZO, 1993, 2010, 2012).

Para tanto, os classificados em jornais de circulação local foram adotados como fonte-base, aproveitando a metodologia já definida como suporte pela Recime,

¹ As peculiaridades deste mercado atreladas a natureza da mercadoria, as formas de negociação, tais como, localização e durabilidade quando associada ao imóvel, ou a imprescindível base fundiária e o longo tempo de rotação do capital investido, são trabalhadas em Melazzo (1993), Smolka (1987) e Sposito (1990) sendo reconhecidas ainda em vários outros autores.

com vários trabalhos já concluídos, como: teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias, tais como Alcântara (2013), Abreu (2011, 2014), Coimbra (2013), Barcella (2015) e Amorim (2011). Essa metodologia é pautada pelo entendimento da viabilidade da coleta deste material, já que as cidades analisadas têm um (ou mais) jornal local de circulação diário e de acesso possível, seja na própria sede do jornal, seja nos arquivos de bibliotecas, museu histórico da cidade ou universidade local.

O fato de oferecer condições de comparação entre diferentes cidades, considerando uma série histórica, pode parecer motivo suficiente para valorizar e defender o uso e a aplicação dessas informações. Entretanto, essa fonte de dados deve também trazer interpretações cuidadosas sobre as ofertas de imóveis. É importante reconhecer, como já mencionado, que essa coleta de material empírico não é a única forma de agrupar informações acerca do mercado imobiliário nem abarca a totalidade das transações no período estudado.

Esse procedimento, entretanto, proporciona um quadro geral das transformações espaciais que se processam no interior da cidade como um todo; na variação dos preços do metro quadrado entre os tipos de uso (residencial ou comercial) nas diferentes localizações (bairro), na expansão de áreas loteadas e do próprio perímetro urbano e nos tipos de imóveis comercializados em cada zona da cidade.

A presente pesquisa também se apoiou em informações extraídas de entrevistas nas cidades em questão, muitas com importantes agentes que atuam no mercado imobiliário local, com informações de suma importância para entender a dinâmica, as particularidades e a história do mercado imobiliário nessas cidades.

Breve reflexão sobre a importância da análise comparativa no estudo sobre o mercado imobiliário em cidades médias

Esforçar-nos-emos para elencar alguns pontos que nos ajudam a pensar a escolha metodológica pela análise comparativa para analisar o mercado fundiário em cidades médias, buscando descobrir o que há de geral e o que há de particular (CHEPTULIN, 1982) na produção imobiliária e produção do espaço urbano nas cidades trabalhadas.

A questão central a ser investigada em São Carlos e Ribeirão Preto é o papel que vêm desempenhando os negócios fundiários e imobiliários nas dinâmicas de produção do espaço urbano, comparando as duas realidades,

no sentido de investigar o que há de características gerais e o que há de particular em suas realidades.

Vários pensadores clássicos já lançaram mão do método comparativo, visando identificar as particularidades e diferenças em estudos envolvendo a sociedade.

O procedimento da comparação é, desde a Antiguidade, um dos mais requisitados recursos de investigação. Pensadores clássicos, como Aristóteles e Heródoto, entre outros, empregaram esta opção analítica como um dos modos pelos quais se buscava compreender o funcionamento da Sociedade e da Natureza. Da mesma maneira, no transcorrer do desenvolvimento histórico das ciências, outros grandes pensadores, como Karl Marx, Adam Smith, Émile Durkheim e Max Weber, por exemplo, lançaram mão, em maior ou menor medida, da abordagem comparativa. (BRANDÃO, 2012, p. 167).

Segundo Brandão (2012), nos tempos atuais, a busca por semelhanças e diferenças entre características dos objetos de estudo é extremamente comum em praticamente todos os campos do conhecimento. Tanto na física, química ou biologia quanto nas ciências sociais, história e geografia, por exemplo, a perspectiva comparada de análise se faz presente.

Diante das preocupações deste trabalho, é possível afirmar que a comparação consegue fazer a investigação responder como o mercado imobiliário apresenta movimentos de semelhança sob determinadas características nas cidades médias. O ato de comparar é uma etapa concreta da investigação, um dos caminhos possíveis para chegar ao resultado daquilo que se quer investigar (Ibidem).

Brandão também relata que o próprio Milton Santos, na obra *O espaço do cidadão*, originalmente publicada em 1987, compara os estudos geográficos, considerando a comparação como um ponto de partida para analisar as situações que se expressam no espaço.

É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998).

A comparação tem por objetivo, segundo Brandão (2012, p. 168), analisar as “similaridades e diferenças entre os elementos de estudo”. Coimbra (2013) relata que por isso é tão importante comparar cidades distintas, para que assim se observe as semelhanças no processo

de formação e produção do espaço urbano, bem como os movimentos do mercado imobiliário.

Para aplicar tal abordagem comparativa, é necessário: (a) buscar semelhanças; (b) realçar as diferenças; e (c) não aceitar as predeterminações verificadas nos itens anteriores. Uma vez que se parte das semelhanças entre as cidades para, a partir daí, elencar os pontos diferentes, talvez possam provocar transformações, já que podem variar conforme sua importância no intraurbano (Ibidem).

Nos dias atuais, enfim, a comparação se impõe como uma substancial contribuição para aqueles que buscam compreender as formas de articulação, nos diferentes espaços alcançados pelo capitalismo, dos agentes hegemônicos da economia e, por outra parte, das respostas que estes recebem das populações que vivem nos lugares onde as corporações atribuem valor. (Ibidem, p. 181).

Para o mesmo autor, é possível gerar novas formas de pensar o método comparativo como um instrumento de análise das ciências geográficas na contemporaneidade, com aplicações em diversos estudos.

Para Schneider e Schmitt (1998), a comparação nas ciências sociais deriva da impossibilidade de aplicar o método experimental.

Para alguns autores, a impossibilidade de aplicar o método experimental às ciências sociais, reproduzindo, em nível de laboratório, os fenômenos estudados, faz com que a comparação se torne um requisito fundamental em termos de objetividade científica. É ela que nos permite romper com a singularidade dos eventos [...] nesse sentido, a comparação

aparece como sendo inerente a qualquer pesquisa no campo das ciências sociais, esteja ela direcionada para a compreensão de um evento singular ou voltada para o estudo de uma série de casos previamente escolhidos. (Ibidem, p. 49).

Para Brandão (2012), o ato de comparar é uma etapa concreta da investigação, um dos caminhos possíveis para chegar à inteligibilidade daquilo que se quer elucidar, sendo um apoio metodológico circunscrito a dada fundamentação filosófica.

Portanto, a comparação proposta na presente monografia tem o objetivo de responder questões e acrescentar características de como o mercado imobiliário apresenta movimentos gerais e semelhanças nas cidades analisadas.

Por fim, Cervo, Bervian e Silva (2007 apud BRANDÃO, 2012) colocam que a comparação é técnico-científica, aplicável sempre que houver dois ou mais termos com as mesmas propriedades gerais ou particulares.

SÍNTESE COMPARATIVA DOS MERCADOS FUNDIÁRIOS: O GERAL E O PARTICULAR

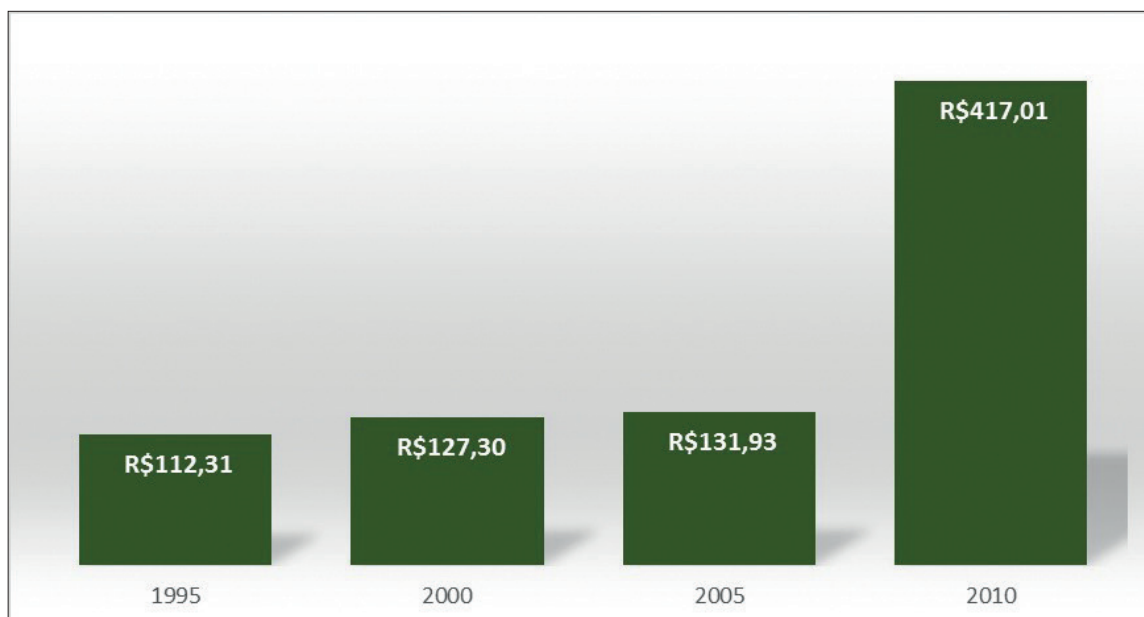
A comparação proposta neste capítulo tem o objetivo de responder questões e acrescentar características de como o mercado fundiário apresenta movimentos gerais e específicos nas cidades analisadas.

No primeiro momento, vamos apresentar a média de preços do m² de terrenos nas cidades aqui trabalhadas ao longo dos anos propostos com os gráficos 1 e 2.

Gráfico 1. Média do preço do m² de terrenos em Ribeirão Preto – 1995-2010.



Fonte: Banco de dados de anúncios imobiliário.
Elaboração: Bruno Leonardo Barcella Silva.

Gráfico 2. Média do preço do m² de terrenos em São Carlos – 1995-2010.

Fonte: Banco de dados de anúncios imobiliário.
Elaboração: Bruno Leonardo Barcella Silva.

Analisando e comparando os dois gráficos com o preço médio do m², podemos apontar algumas particularidades e algumas semelhanças em relação aos anúncios imobiliários das duas cidades.

É possível observar que, nos dois casos, as médias têm movimento ascendente, principalmente de 2005 a 2010, na cidade de São Carlos, e de 2000 a 2010, em Ribeirão Preto. Já entre 1995 e 2000, nas duas cidades o movimento ascendente foi baixo, com um crescimento muito pequeno. Portanto, é possível verificar que o mercado fundiário nas duas cidades viveu nesse período um aquecimento das suas atividades e dos preços ofertados, se levarmos em consideração que o preço do m² de terrenos em São Carlos em 1995 era de R\$ 112,31 e R\$ 417,01 em 2010; em Ribeirão Preto o preço era R\$ 179,95 em 1995 e R\$ 427,81 em 2010.

Contudo, podemos concluir que, mesmo em cidades diferentes, com características e formações urbanas próprias, o mercado fundiário de forma geral passou pelos mesmos movimentos e processos no que diz respeito às ofertas e aos valores envolvidos em seus negócios, diferentemente dos patamares de preços e ritmos de variação. Pode-se entender que os patamares são relativos às características de cada cidade, como sua região de influência, seu tamanho, o poder aquisitivo da população etc.

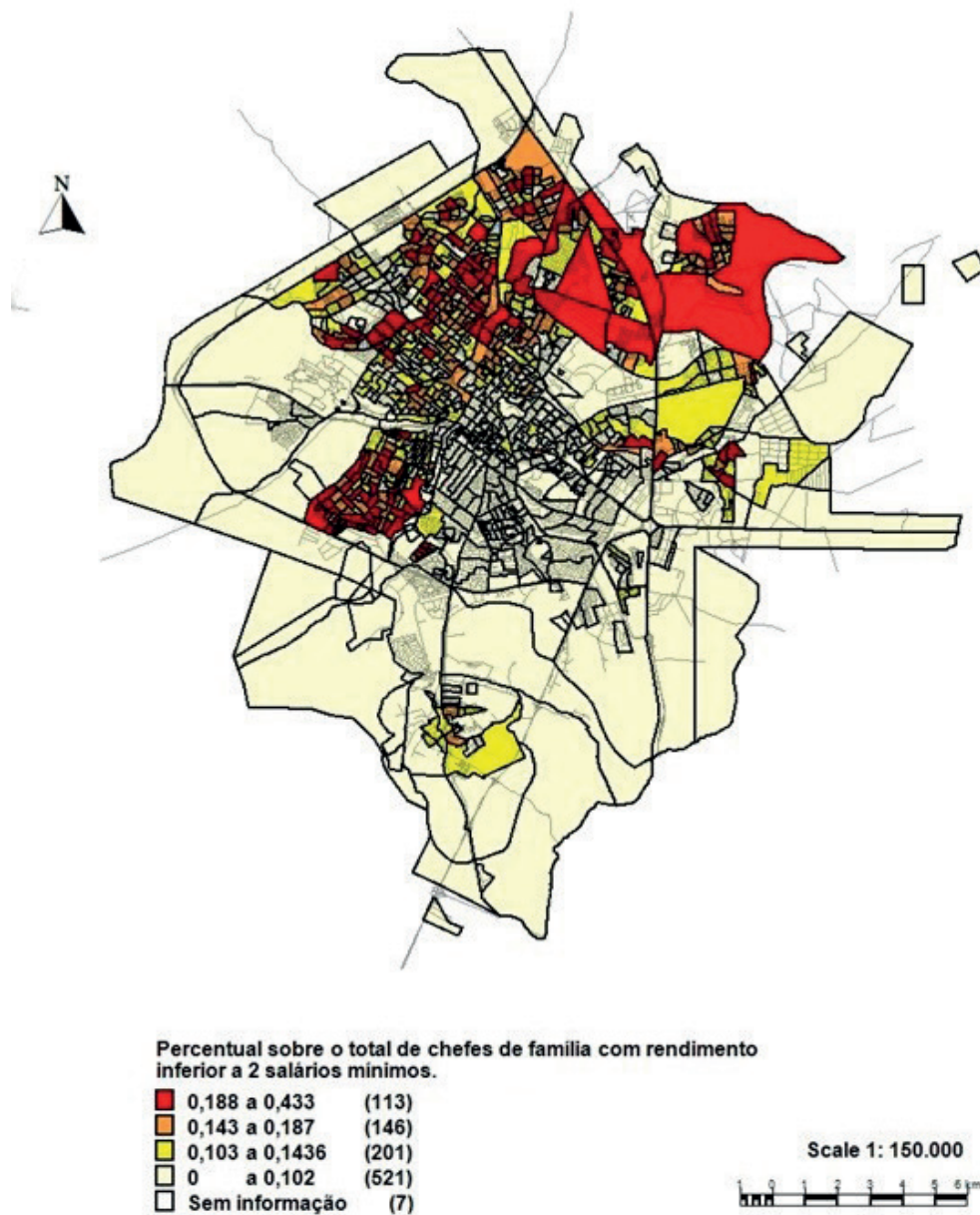
As duas cidades são marcadas por uma divisão clara entre setores de bairros com preço de terra cada

vez mais caro, que são o destino de grandes empreendimentos imobiliários voltados para os públicos de alta renda, como residenciais fechados de alto padrão e shopping centers. Outros setores, em periferias da cidade, são marcados pela alta presença de famílias cujo chefe recebe até 2 salários mínimos (figuras 1 e 2), com escassa infraestrutura e, muitas vezes, condições precárias de moradia.

No caso de Ribeirão Preto, os setores ocupados por esse público estão localizados na periferia norte e noroeste da cidade; em São Carlos, na periferia do extremo sul da cidade. Os setores com preço da terra mais elevado em São Carlos ficam ao norte e noroeste, enquanto em Ribeirão Preto ficam no vetor centro-sul e sul-sudeste.

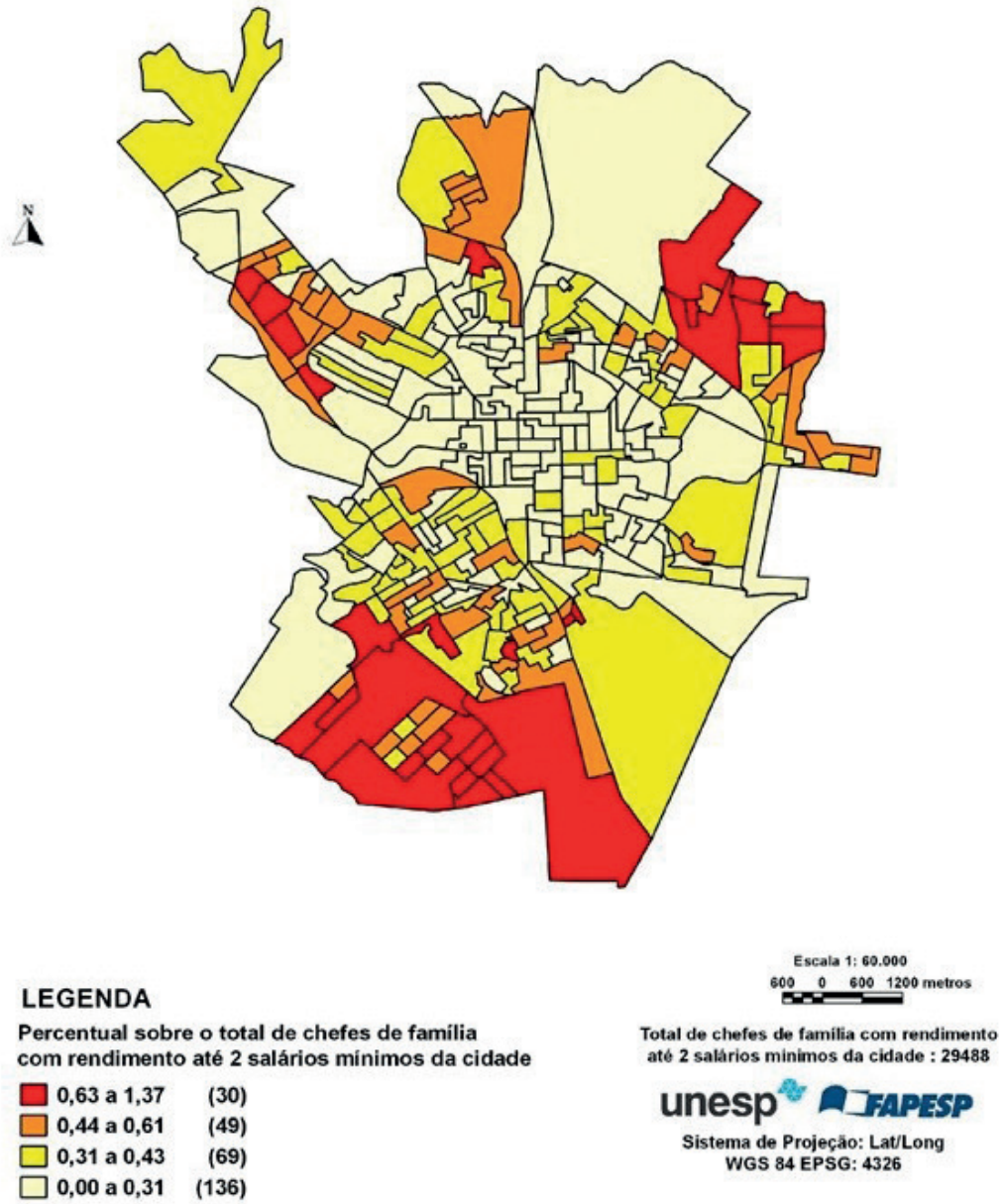
Com as informações referentes ao preço praticado nas duas cidades (figuras 3 e 4), verifica-se claramente uma separação das cidades: as áreas de maior preço fundiário são sempre opostas a áreas em que reside a população com menores rendimentos mensais, com menor infraestrutura e maior adensamento populacional. Assim, entendemos a terra como o principal “nó” a ser analisado, ao trabalharmos a produção imobiliária e a produção do espaço urbano, pois no Brasil a terra continua a situar o centro do conflito social. Ela não só alimenta, mas também aprofunda a desigualdade (MARICATO, 2014).

Figura 1. Famílias com rendimento mensal de até dois salários mínimos – Ribeirão Preto, 2010.



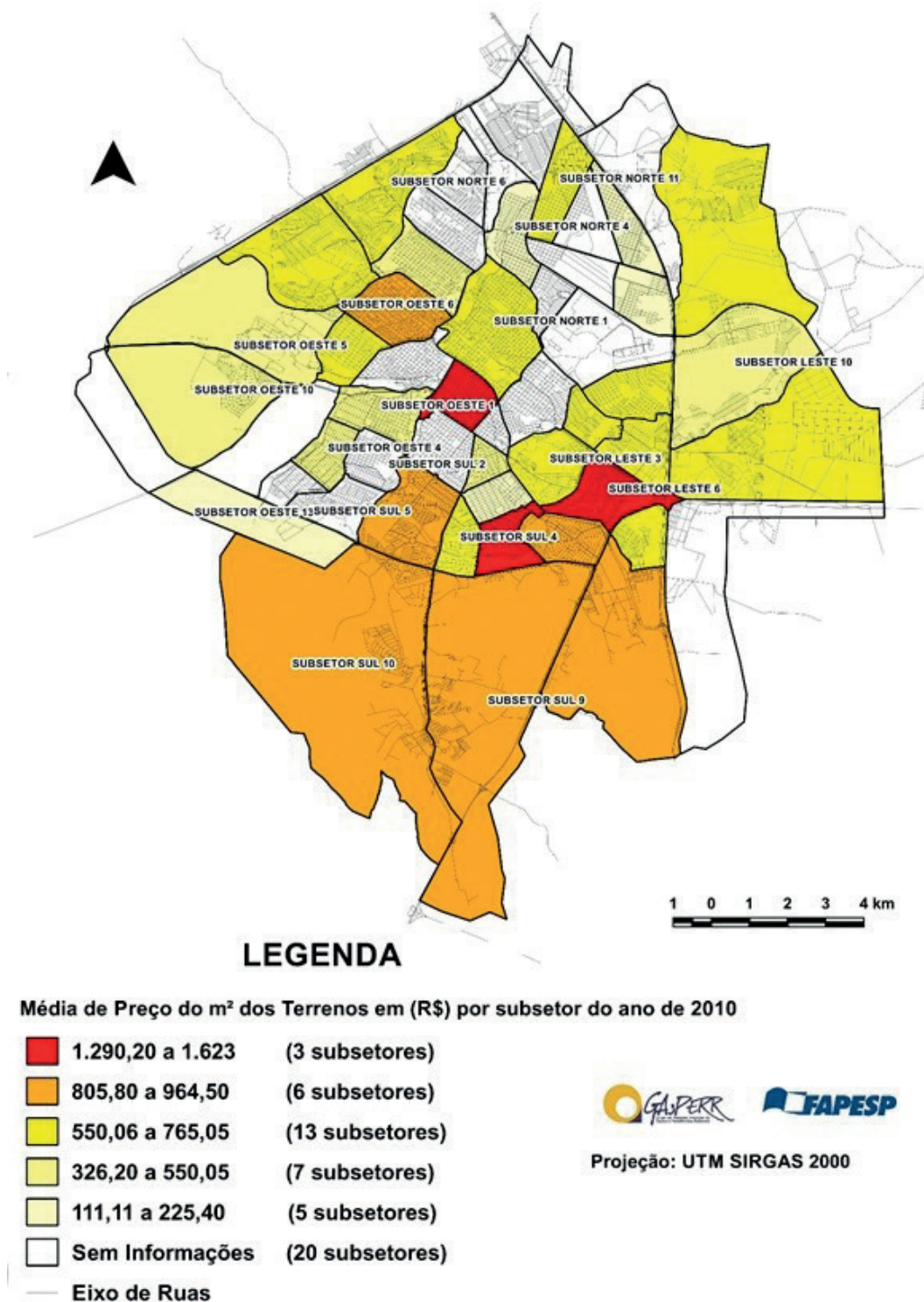
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.
Elaboração: Marlon Altavini de Abreu.

Figura 2. Famílias com rendimento mensal de até dois salários mínimos – Ribeirão Preto, 2010.



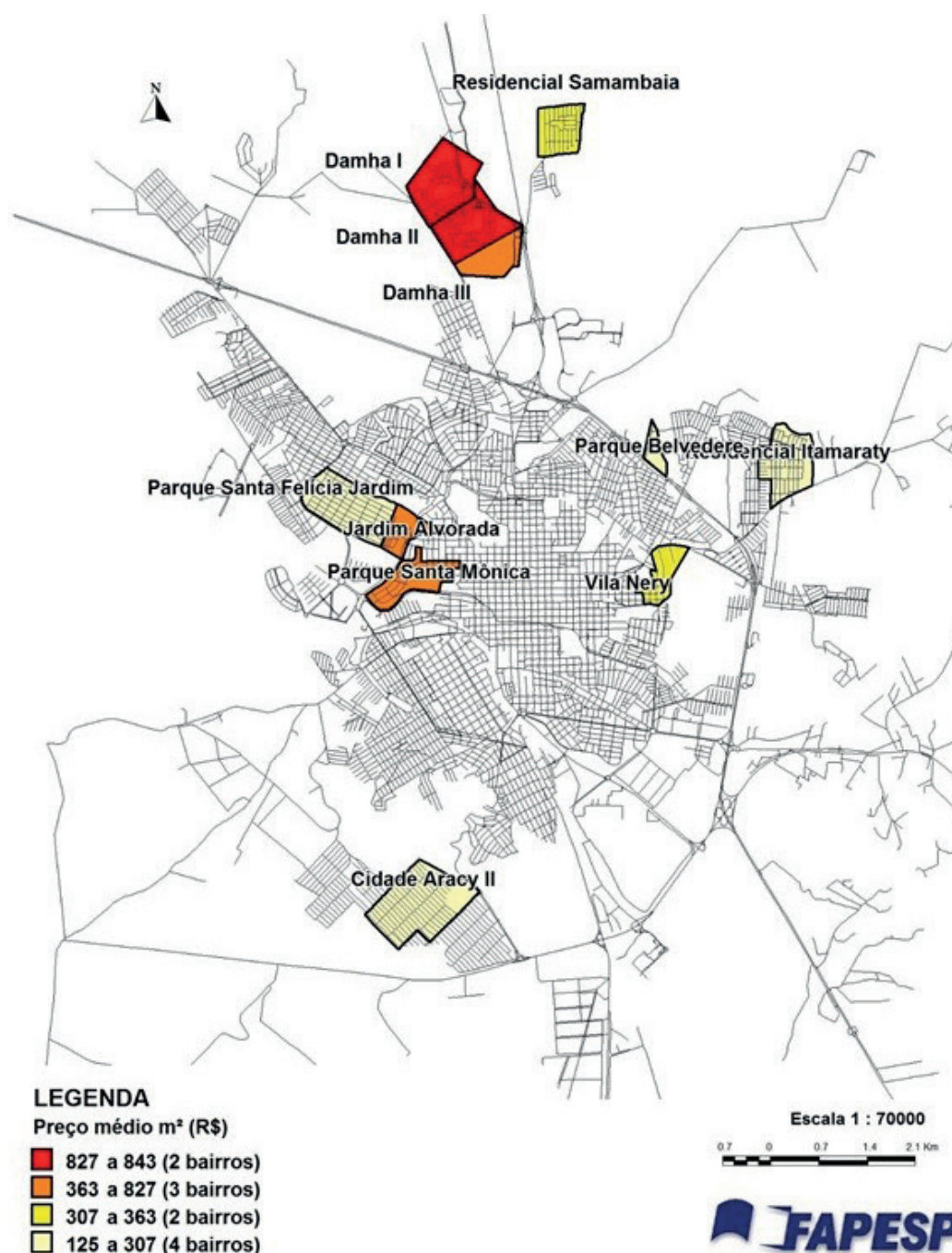
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.
Elaboração: João Marcos Cardozo.

Figura 3. Preço do metro quadrado de terrenos ofertados – Ribeirão Preto, 2010.



Fonte: Dados de anúncios imobiliários.
 Organização: Bruno Leonardo Barcella Silva.
 Elaboração: João Marcos Cardozo.

Figura 4. Preço do metro quadrado de terrenos ofertados – São Carlos, 2010.

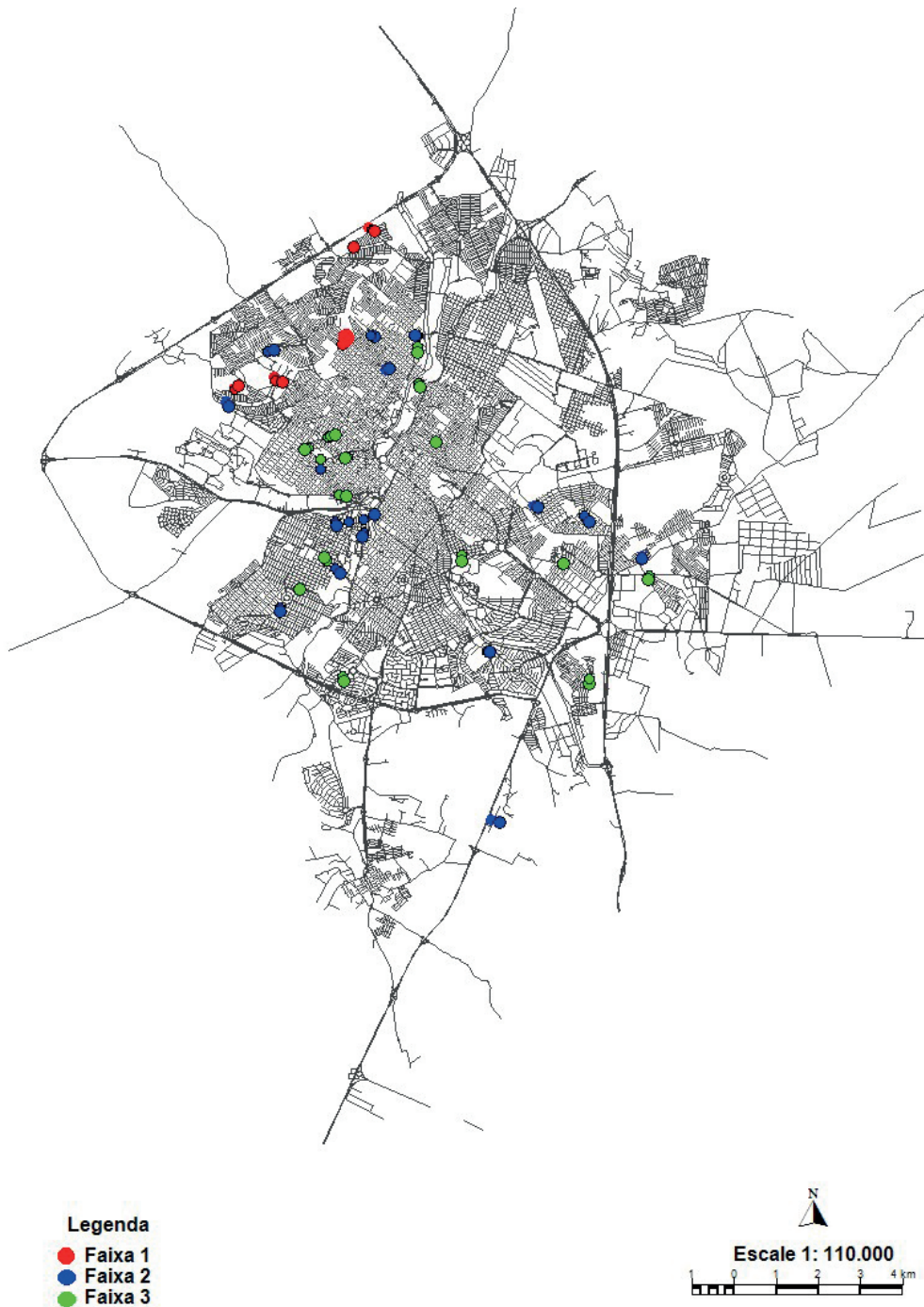


Fonte: Dados de anúncios imobiliários.
Organização: Bruno Leonardo Barcella Silva.
Elaboração: Vitor Camacho.

Outra característica geral possível de ser encontrada nas duas cidades é em relação ao programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que adota a mesma lógica locacional, garantindo o direito à habitação (moradia), mas não à cidade (MELAZZO,

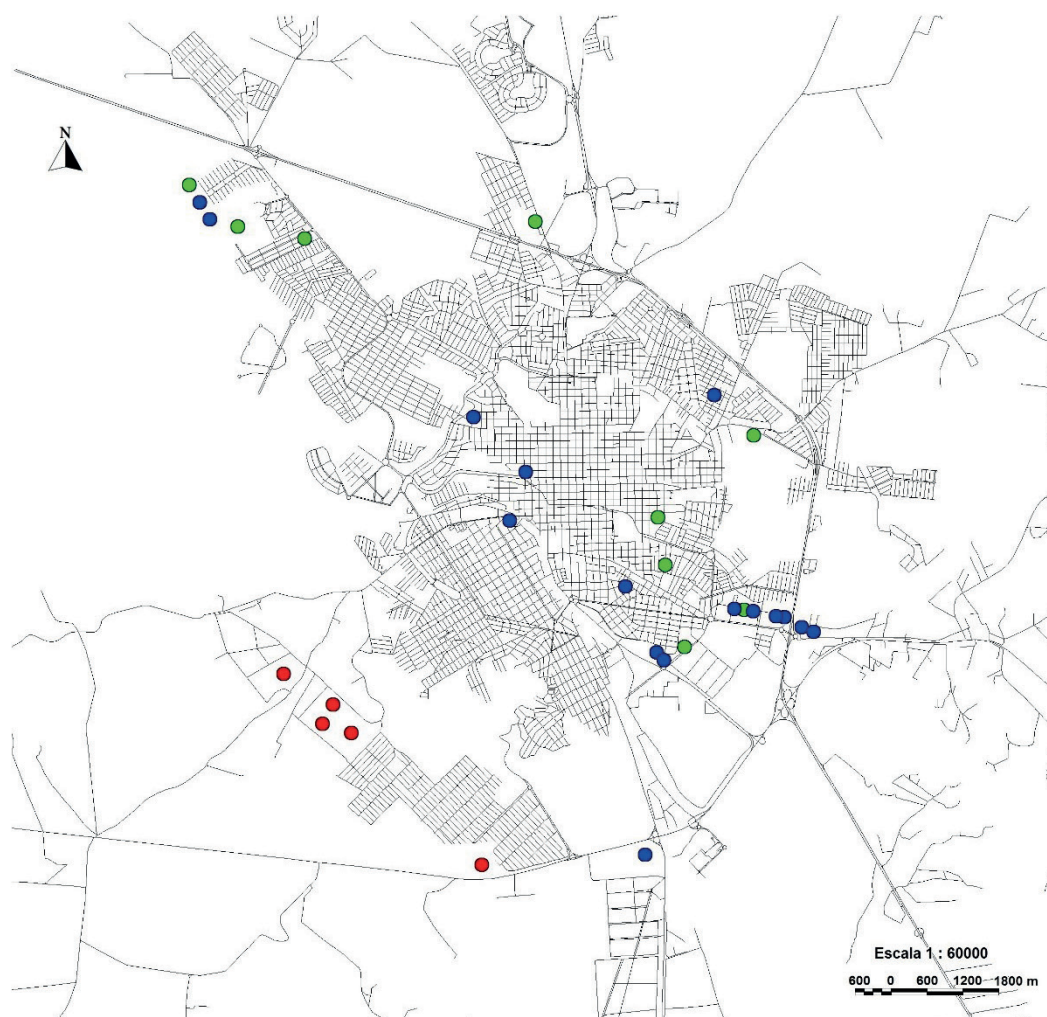
2012). Nas duas cidades, os empreendimentos voltados ao faixa 1 estão localizados nas periferias menos valorizadas da cidade: no caso de Ribeirão Preto, no norte e noroeste; e em São Carlos, no extremo sul da cidade.

Figura 5. Localização dos empreendimentos construídos pelo MCMV segundo a faixa de renda – Ribeirão Preto, 2012.



Fonte: Ministério das Cidades.
Elaboração: Abreu (2014).

Figura 6. Localização dos empreendimentos construídos pelo MCMV segundo a faixa de renda – São Carlos, 2012.



LEGENDA

- Empreendimentos faixa 1
- Empreendimentos faixa 2
- Empreendimentos faixa 3

Fonte: Ministério das Cidades.
Elaboração: Barcella (2015).

Portanto, fica claro o caráter seletivo dos agentes imobiliários em sua atuação, com a seletividade espacial adotada pelo mercado no movimento de valorizar (no sentido de aumento dos preços) e desvalorizar áreas da cidade de acordo com o seu interesse, reforçando a tese de Villaça (1998), ao concluir que “dois imóveis iguais (mesma área, distribuição das dependências, qualidade, acabamento etc.), localizados em pontos distintos de uma cidade, quase sempre possuem preços diferentes” (p. 67).

Mesmo com o movimento geral do mercado fundiário nas duas cidades, ainda podemos elencar várias particularidades em cada uma, particularidades essas que nos esforçaremos para listar neste momento.

O mercado fundiário, apesar de possuir movimentos gerais em sua atuação, que podem ser observados em diversas cidades, também se adapta a diferentes aspectos de cada espaço e características socioeconômicas da população ali residente. Podem ser oriundas de uma formação histórica

específica, de algumas particularidades da população local, características econômicas da localidade ou até mesmo de elementos naturais da paisagem local.

Ribeirão Preto, desde os anos 1980, apresenta uma particularidade: os imóveis voltados para o público de alto poder aquisitivo na cidade sempre foram os condomínios verticalizados. Portanto, praticamente toda a formação do mercado imobiliário da cidade para esse público se baseia nessa tipologia, que antes se concentrava no quadrilátero central da cidade, cujos bairros tinham o preço do m² mais elevado da cidade.

Posteriormente, essa valorização migrou para outros setores da cidade, no vetor centro-sul e sul-sudeste, culminando na consolidação da avenida Prof. João Fiúza, com o m² mais caro da cidade.

Em um movimento contrário a essa valorização, historicamente todos os conjuntos habitacionais ocupados por famílias com renda de menor poder aquisitivo e também ocupações irregulares se situaram nos setores localizados nas zonas norte e noroeste da cidade, revelando, portanto, um papel crucial do poder público em reforçar as desigualdades socioespaciais.

Todos esses movimentos e essas particularidades, somadas a alguns fatos pontuais na cidade de Ribeirão Preto, como conhecimento local, diferenciação do público de alta renda e propriedade de bancos de terras estrategicamente localizados nas áreas mais valorizadas, fortaleceram incorporadoras de capital local no seguimento de alta renda.

Já na cidade de São Carlos, assim como em Ribeirão Preto, historicamente o quadrilátero central da cidade foi ocupado pelos seguimentos sociais de alto

poder aquisitivo, tornando-se o metro quadrado mais valorizado da cidade. Porém, com o passar dos anos e principalmente após os anos 1990, com a intensificação da instalação de residenciais fechados de alto padrão, essas áreas de valorização se deslocaram para a periferia da cidade – no caso de São Carlos, a periferia ao norte e ao noroeste.

Diferentemente de Ribeirão Preto, São Carlos não tem tantas particularidades em relação ao vetor de valorização da cidade nem à tipologia residencial preferida da elite da cidade. Com isso, os residenciais fechados de alta renda proliferaram nas periferias da cidade, principalmente ao norte. Ao contrário de Ribeirão Preto, várias empresas imobiliárias (construtoras e incorporadoras) de fora da cidade investiram e ainda investem na cidade, com projetos voltados para o público de alta renda, sendo exemplo disto o Grupo Damha, com capital de fora da cidade.

Nas duas cidades estudadas, no que se refere ao MCMV, as incorporadoras que atuam na faixa 1 são majoritariamente de capital local. Já as que atuam tanto na faixa 2 quanto na faixa 3 são diversas, com destaque para a MRV Engenharia e Participações S. A., que é a incorporadora com o maior número de lançamentos imobiliários nas duas cidades, encaixando-se nas duas faixas do programa.

Fica claro o caráter seletivo do mercado imobiliário independente da cidade, sendo que os agentes imobiliários mantêm uma lógica seletiva na produção do espaço, um caráter segregador e de produção de desigualdade socioespacial da população de mais baixa renda em qualquer uma das cidades.

Quadro 1. Ribeirão Preto e São Carlos – síntese comparativa.

	Geral (semelhanças)	Particular (diferenças)
Características gerais	Ambas as cidades são localizadas no estado de São Paulo. As duas são consideradas e têm função de cidades médias.	Ribeirão Preto tem uma população expressivamente maior que São Carlos. Segundo a Regic Ribeirão Preto, é considerado um centro regional B; São Carlos, centro sub-regional A.
Agentes	Os agentes atuantes no MCMV, principalmente no que diz respeito ao faixa 2 e faixa 3. Já os referentes ao faixa 1 são agentes de capital local ou regional. A empresa com maior atuação no MCMV é a MRV Engenharia e Participações S. A.	Em Ribeirão Preto, o mercado voltado para média-alta e alta renda é dominado por agentes de capital local, já em São Carlos são agentes de capital extralocal, principalmente no que se refere aos espaços residenciais fechados (ver o exemplo do Grupo Damha).

(continua)

Quadro 1. Continuação

	Geral (semelhanças)	Particular (diferenças)
Tipologias	Os dois extremos da malha urbana com grande valorização são marcados pela implementação de espaços residenciais fechados voltados para média-alta ou alta renda.	Em Ribeirão Preto, as áreas de maior valorização da cidade são marcadas pela habitação verticalizada, principalmente ao sul da malha urbana. Já em São Carlos, são habitações horizontalizadas, principalmente localizadas ao norte da malha urbana.
MCMV	Os empreendimentos no faixa 1 estão em áreas de menor preço da terra urbana nas extremas periferias da cidade, que contam com menor infraestrutura. Já os empreendimentos no faixa 2 estão em localizações mais centrais com maior inserção urbana. As localizações do faixa 3 seguem padrão semelhante ao faixa 2.	Em Ribeirão Preto, a maior concentração dos empreendimentos está na área norte da cidade; em São Carlos, na área sul.
Preços	Tanto Ribeirão Preto quanto São Carlos apresentaram movimentos semelhantes de aumento dos preços de terras urbanas ao longo dos anos analisados, com movimentos ascendentes.	Apesar de movimentos de valorização semelhantes, os patamares de preços apresentam ligeira diferença ao longo dos anos, com Ribeirão Preto tendo um patamar levemente superior aos preços de São Carlos.
Localizações mais e menos valorizadas	Tanto em Ribeirão Preto quanto em São Carlos, as periferias das malhas urbanas são marcadas pelo contraste na amplitude dos preços altos e baixos da terra urbana. As extremidades norte e sul das duas cidades são marcadas por áreas de maior e menor preço da terra urbana.	Em São Carlos, o extremo da malha urbana com alto preço se localiza ao norte e noroeste da cidade, enquanto o sul se caracteriza por um menor preço da terra urbana. Já em Ribeirão Preto, a área periférica de maior preço da terra urbana se localiza ao sul e sudeste da cidade, enquanto o de menor valor da terra se localiza na periferia norte e oeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado no que foi apresentado, vale ressaltar a importância de estudos cada vez mais aprofundados sobre o mercado fundiário e imobiliário em cidades médias, levando em consideração suas particularidades e dinâmicas próprias, sempre evitando realizar argumentos generalizantes e superficiais, pois as duas cidades trabalhadas apresentaram diferenças em relação à dinâmica do mercado fundiário, do ponto de vista dos agentes, das tipologias e dos vetores de valorização, tornando-se um bom caminho para a realização de análises comparativas das cidades, para realmente levarmos em consideração e descobrirmos o que cada uma tem de particular. Ou seja, a dinâmica derivada de seus contextos históricos, ou particularidades econômicas e papéis regionais que elas desempenham, e também quais são os movimentos universais pelos quais elas passam, como as estratégias comuns dos agentes imobiliários em diferentes cidades.

Em relação às cidades aqui analisadas, foi possível verificar que Ribeirão Preto e São Carlos apresentaram movimentos parecidos em relação à valorização (sentido de aumento de preços) dos terrenos urbanos ao longo dos anos. Se levarmos em consideração a “curva de valorização”, elas foram parecidas, diferenciando-se apenas nos patamares de preços, pois Ribeirão Preto apresentou preços mais elevados que São Carlos, o que, no nosso entendimento, guarda estreita relação com seu porte populacional, com as dimensões econômicas de seus setores produtivos e com seu papel da rede urbana – questão ainda a ser aprofundada.

Com relação à espacialização dos preços, também podemos notar semelhanças entre as duas cidades, tendo seus vetores de maior valorização em extremos da malha urbana. O que difere as duas são os extremos valorizados: na cidade de Ribeirão Preto, o vetor de valorização consiste do centro até o extremo sul e sudeste da malha urbana da cidade, enquanto em

São Carlos os eixos de valorização correspondem ao extremo norte da cidade.

Os extremos com maior valorização nas duas cidades são marcados pela mesma lógica de comercialização habitacional, com construção e implementação de residenciais fechados de alto padrão com diversas prestações de serviços em suas proximidades, colaborando para o processo de fragmentação socioespacial, caso já verificado e comprovado por Sposito e Góes (2013) na cidade de São Carlos.

Outro ponto comum em que se assemelham as duas cidades e que diz respeito à lógica e ao processo de espacialização/localização é a implantação dos empreendimentos do MCMV, principalmente os destinados ao faixa 1: tanto em Ribeirão Preto quanto em São Carlos, tais empreendimentos estão localizados nas periferias mais pobres das duas cidades, em setores urbanos com menor e mais precária infraestrutura. A diferença é que em Ribeirão Preto essa localização é no extremo norte e noroeste da cidade, áreas historicamente marcadas pela implantação de conjuntos habitacionais e áreas de favelas, e em São Carlos, no extremo sul, historicamente marcado pela ocupação de indústrias e bairros operários.

Por fim, ao final do trabalho apresentado e com a análise dos dados e também das entrevistas realizadas, podemos concluir que o mercado fundiário nas duas cidades trabalhadas tem tido um grande papel na produção do espaço urbano e tem sido um grande condicionador dos processos ali em movimento, com lógicas e ações que pouco se preocupam com os rebatimentos espaciais que irão resultar.

Portanto, é possível observar que cada vez mais esses processos aumentam a desigualdade das duas cidades do ponto de vista socioespacial, evidenciando uma característica a ser entendida no mercado fundiário e imobiliário: como a atuação de seus agentes e seu caráter seletivo – e, portanto, gerador de diferenciações – se tornam desigualdades, na medida em que o que os move é a busca permanente da maior apropriação do lucro em seus processos de concorrência, sendo a dimensão espacial uma das mais relevantes nesses processos.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. **O mercado imobiliário em Londrina, Marília e São José do Rio Preto**: análise comparativa do processo de estruturação intraurbano. 2011. 136 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

_____. **O mercado imobiliário em Londrina e Ribeirão Preto**: análise comparativa do processo de estruturação intraurbano. 2014. Relatório de Qualificação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

AMORIM, W. V. Reestruturação urbana e valorização imobiliária em Londrina – PR: o mercado de terrenos urbanos. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 7, n. 7, p. 13-29, 2011.

_____. Reestruturação imobiliária e reestruturação das cidades médias brasileiras: os exemplos de Londrina e Maringá. In: SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE PESQUISADORES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, 12., 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2012.

ALCÂNTARA, D. M. **Mudanças na produção do espaço urbano de Londrina (PR), São José do Rio Preto (SP) e Uberlândia (MG)**: análise comparativa da dinâmica imobiliária recente. 2013. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

BARCELLA, B. L. S. **O mercado de terras urbanas e seu papel na produção e transformação do espaço intraurbano em cidades médias**: os casos de Ribeirão Preto/SP e São Carlos/SP. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

BRANDÃO, P. R. B. Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográficos. **GeoTextos**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 167-185, 2012.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa Omega, 1982.

COIMBRA, A. F. **Análise comparativa do mercado imobiliário em cidades médias**: a oferta de apartamentos, casas e terrenos urbanos em Campina Grande – PB, Mossoró – RN e Passo Fundo – RS. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

DAL POZZO, C. F. Da autosegregação à fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas: um estudo considerando Marília e São Carlos. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010. v. 1, p. 1-10.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MELAZZO, E. S. Dinâmica imobiliária e processos de estruturação intraurbana em cidades de porte médio: hipóteses e propostas de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

_____. Escalas e agentes, processos e projetos: uma análise comparativa da dinâmica imobiliária recente no Brasil. 2012. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 17., 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

_____. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil dos anos 2000. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 29-40, 2013.

_____. **Mercado imobiliário, expansão territorial e transformações intraurbanas**: caso de Presidente Prudente – SP. 1993. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Unesp, 2013. v. 1.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Resenha da tese de doutorado *A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná*, de Diane Belusso¹

Review of the doctorate thesis A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná, by Diane Belusso

LARISSA TAVARES MORENO^a
THIAGO PEREIRA DE BARROS^b

^a Doutoranda em geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.
E-mail: larissatavaresmoreno@gmail.com

^b Doutorando em geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.
E-mail: thiagobarros.evk@gmail.com

BELUSSO, Diane. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2011. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

Esta resenha versa sobre a tese de doutorado intitulada *A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná*, de Diane Belusso, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Presidente Prudente, e defendida em 2011. Atualmente Diane Belusso é docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, campus de Umuarama. Nos últimos seis anos, ela tem publicado alguns dos resultados oriundos desta pesquisa de doutorado, mas também a respeito de estudos sobre informações meteorológicas e astronomia na educação em Umuarama.

Resumidamente, observa-se que os elementos motivadores dessa tese foram: a expansão da avicultura industrial no Brasil, sobretudo as inovações tecnológicas e o aumento de produtividade alcançado por esse segmento agroindustrial a partir dos anos 1970, e a presença e estruturação de cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no oeste paranaense. Sendo assim, o objetivo geral desse estudo foi analisar as relações entre as cooperativas e os produtores integrados de forma a averiguar os efeitos dessa dinâmica sobre a renda, a qualidade de vida desses produtores e a dinâmica regional. Constatou-se o crescimento das exigências em relação aos investimentos, à ampliação da escala produtiva avícola, à difusão da integração dos produtores e ao quanto se consolidaram e cresceram as cooperativas no oeste do Paraná. Estes são alguns dos principais resultados apresentados na tese.

As análises e discussões foram divididas em cinco partes. A primeira, “A inserção da agricultura brasileira e das cooperativas agrícolas no padrão de acumulação capitalista”, mostrou num contexto geral como se dá essa

¹ Esta resenha foi elaborada no início de 2014 durante a disciplina Geografia Agrícola, ministrada pelo Prof. Dr. Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho, no curso de graduação em geografia na Universidade Estadual, campus de Ourinhos.

inserção da agricultura e das cooperativas no padrão de acumulação capitalista, destacando-se brevemente acontecimentos políticos e econômicos (política de crédito rural, de preços mínimos, a crise de 1929, crise do petróleo, entre outros), a fim de embasar tal discussão.

É exposto, nessa parte, o entendimento da autora de que as cooperativas agroindustriais são aquelas que acompanham a expansão do setor agropecuário, estimulam os investimentos em tecnologia e difundem a cultura empresarial aos agricultores, alterando seu perfil, como apontam os autores Fonseca e Costa, citados na tese.

Além disso, explica-se que a história do cooperativismo no país sempre esteve associada a programas de modernização implantados pelo Estado, negligenciando, muitas vezes, os níveis culturais da população rural. Assim, a interferência do Estado na cooperativa reflete na atuação da agricultura.

Em outras palavras, a reestruturação das cooperativas acompanhou o próprio processo modernizante pelo qual passou a agricultura e indústria no Brasil. É interessante que, para demonstrar isso, a autora cita vários autores, entre eles Benjamin, Carneiro, Szmrecsányi, Elias e Müller, para explicar brevemente a evolução do processo modernizante e de atuação do Estado na agricultura brasileira e conseqüentemente no próprio processo de incentivo à industrialização (e urbanização) do país, mencionando conjunturas políticas e econômicas do Brasil e até mesmo mundiais. A autora nos conduz a entender como as cooperativas agroindustriais estão diretamente relacionadas à atuação das agroindústrias, ou seja, de como acompanham as dinâmicas empresariais e a moderna tecnologia.

Em seguida, o capítulo “Avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais” se inicia descrevendo que a avicultura e outros segmentos da agroindústria vêm passando por transformações em razão das inovações tecnológicas que aumentam a produtividade, a produção e o faturamento das indústrias, demonstrando a evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais na primeira década do século XXI.

Do mesmo modo, são expostas as redefinições comerciais e produtivas no segmento de carnes de frango e, conseqüentemente, sua influência na estrutura e localização das plantas agroindustriais. Para isso, a autora parte da ideia de que, entre os anos de 1960 e 1970, existiu de fato uma política agroindustrial no país, criando-se até mesmo o Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (Funagri), cuja função principal foi o apoio à indústria de carnes. Foi neste período também que houve a inserção da agricultura no cenário internacional, com crescente

exportação e processamento industrial dos produtos. Nesse cenário, surge a avicultura especializada, atingindo um padrão internacional de qualidade, tendo um crescimento de consumo no mercado nacional e aumentando sua importância no mercado externo.

Para conquistar esses objetivos, explica a autora, houve várias modificações na estrutura produtiva de frangos no que tange à genética e à nutrição animal, à automatização das atividades e à elevação da escala. E, enquanto outras carnes se mantinham atrasadas nos avanços tecnológicos, o frango foi alvo de uma indústria que ampliou sua escala de produção e incorporou novas tecnologias, além de contar com uma redução dos custos, o que favoreceu rapidamente a elevação do seu consumo interno de 1988 a 2007, se comparado com outros tipos de carnes. Isso se deve ao fato de a carne ser produzida o ano todo, de forma mais barata e com qualidade.

Menciona-se como nesse mesmo período houve aumento das exportações de frango, proporcionado por incentivos, subsídios e medidas governamentais que favoreceram a instalação de empresas estrangeiras no Brasil, a fim de aumentar a competitividade das exportações brasileiras de frango. Diante disso, a autora aponta que, no ano de 2004, o Brasil conquistou a liderança mundial de exportação de frango, passando inclusive os Estados Unidos. Vale mencionar que a região líder em produção e exportação desse produto é o Sul, principalmente o Paraná.

É citado ainda que, na década de 1990, o Brasil passou por uma abertura da economia, favorecendo a entrada de multinacionais produtoras de carne, o que ensejou maior concorrência com as empresas nacionais. Exigiram-se mudanças dessas empresas tecnológicas e produtivas, novos investimentos e fusões/aquisições. Um exemplo dessa estratégia foi a fusão entre as duas concorrentes do mercado brasileiro, a Sadia e a Perdigão. Enfim, constata-se que essa década foi marcada pelo desmonte da estrutura de financiamento da agroindústria brasileira, e apenas alguns setores conseguiram se manter e se adaptar à abertura do mercado.

A autora também focaliza a localização produtiva da avicultura, mostrando como é um fator importante de ser discutido quanto à organização e dinâmica do território, o que explica o porquê da diversidade regional. Do mesmo modo, destaca-se como um segmento atraído por subsídios, salários menores, grande flexibilidade trabalhista e ambiental de tal modo que o alastramento da planta industrial desse segmento no país se deve às políticas agrícolas, ao acesso aos mercados consumidores, às condições de transporte e à disponibilidade de

matérias-primas para a criação de frangos e produção de soja e milho. Sendo assim, esses e outros fatores favorecem a regionalização produtiva da avicultura no Sul do país. Mas, aos poucos, a região Centro-Oeste também vem se destacando como um relevante local de expansão da avicultura, por conta de seu potencial produtivo de grãos. Vale dizer que esse deslocamento visa aumentar a capacidade produtiva do segmento.

Outro ponto ressaltado foi de que no Sul do país ocorreu a integração produtor/agroindústria, centrada em pequenos proprietários que utilizam, principalmente, a mão de obra da própria família, embora em alguns locais tenha surgido um novo modelo de integração, baseado entre médios e grandes produtores. Esse fenômeno de um novo modelo de integração da avicultura brasileira ocorre por causa das pressões de mercado, visto que as empresas têm que aumentar sua competitividade na produção e nas participações do mercado.

O próximo capítulo, intitulado “A formação das cooperativas agrícolas e a expansão da avicultura de abate na região oeste do estado do Paraná”, menciona que neste estado existe cerca de 80 cooperativas do ramo agropecuário e mais de 120 mil associados. Contudo, para sua tese, a autora fez um recorte espacial para a pesquisa de campo – das 15 cooperativas do ramo agropecuário na Mesorregião Oeste Paranaense, 5 abatedoras de frango foram analisadas, que são: C. Vale (cooperativa agroindustrial), de Palotina; Copacol (cooperativa agrícola Consolata), de Cafelândia; Copagril (cooperativa agroindustrial), de Marechal Cândido Rondon; Coopavel (cooperativa agroindustrial), de Cascavel; e Lar (cooperativa agroindustrial Lar), com sede em Medianeira. Estas são cooperativas singulares e agroindustriais, diferentemente das demais, que exercem atividades com produtos diversificados.

Vale mencionar, segundo a autora, que essas cooperativas, fundadas entre os anos 1960 e 1970, tiveram sua evolução e reestruturação empresarial de modo a acompanhar a passagem de uma agricultura mercantil ao complexo industrial e à rede agroindustrial. Diante disso, nos anos 1980, essas cooperativas investiram no complexo industrial avícola graças a alguns elementos favoráveis, tais como disponibilidade de matérias-primas, aumento da demanda de frango, entre outros.

A avicultura então foi se constituindo como uma importante forma de diversificação, sendo entendida como integração vertical, já que passou a desempenhar importante papel para o crescimento das cooperativas do Oeste Paranaense. Portanto, a autora demonstra todo o

contexto da gênese e evolução das cinco cooperativas analisadas, a fim de verificar as condições que propiciaram a implantação de abatedouros de frangos pelas cooperativas e o potencial de crescimento da avicultura na região. Do mesmo modo, os municípios onde a avicultura se encontra em atividade representativa são identificados de acordo com o levantamento da área de atuação, possibilitando a autora a elaborar alguns mapas temáticos.

Nessa parte também é demonstrada a relação campo-cidade e a função produtiva da agricultura, evidenciando-se a capacidade e o significado das cooperativas como agentes econômicos na geração de empregos, na dinâmica do setor terciário regional e no modelo de desenvolvimento rural. Vale mencionar que a autora acredita que as cooperativas representam um diferencial que ameniza a exclusão dos pequenos proprietários de terra, e o cooperativismo seria, portanto, uma forma de defesa dos agricultores. Contudo, acreditamos que esse assunto merece uma análise crítica mais detalhada em relação à formação e função do cooperativismo, como também aos interesses em torno desse mecanismo em sua essência.

O capítulo posterior, “A participação cooperativista dos produtores de frangos”, analisa a inserção dos produtores integrados que são, ao mesmo tempo, associados às empresas integradoras. Para compreender essa dinâmica, a autora explica que “pode-se denominar produção integrada o envolvimento entre os agricultores/proprietários de aviários, responsáveis pela engorda dos frangos, e as empresas integradoras que coordenam os contratos e industrializam a produção” (p. 114). Essa ideia de integração seria um modelo de contrato de parceria.

Quanto a isso, a autora revela que a participação cooperativista envolve um maior nível de organização por parte dos produtores de frangos. No entanto, os produtores associados/integrados compõem uma minoria do quadro geral das cooperativas, já que a avicultura é apenas uma das atividades econômicas das quais os produtores participam.

É necessário ressaltar também que existem algumas razões que levam os associados a se integrarem a essa produção de frango. O principal motivo é o interesse pelo aumento da renda e melhorias das condições econômicas, o que não necessariamente significa que a empresa integrada tenha que ser uma cooperativa. Contudo, a imagem que as cooperativas transmitem de empresa sólida acaba motivando ainda mais produtores, “assim como o fato de que os próprios presidentes das cooperativas e membros da diretoria possuem aviários,

ou seja, se também investiram aqueles que detêm a gestão administrativa da cooperativa, se confiam que haverá comprometimento com a atividade” (p. 125-126). Por outro lado, deve-se comentar que existem fatores seletivos para a participação dos associados que objetivam criar frangos e que dependem do acesso ao crédito bancário, e, dentre esses fatores, um essencial é a propriedade de terra como um bem fixo.

Diante desse cenário, precisamos nos atentar para a realidade dos fatos e das relações expostas. Será mesmo que o cooperativismo nesse cenário de integração ao capital avícola é de fato um mecanismo de defesa dos agricultores? É uma possibilidade de melhoria das condições de renda e qualidade de vida? Haja vista que quem ganha com essas relações são as grandes empresas, e não os associados, que têm de arcar sempre com custos como: a capacidade de endividamento em relação ao custo do aviário e à propriedade dos produtores; custos com implantação de galpões, com energia elétrica, instalação de aparelhos e outros. Somado a isso, existem diferentes critérios e padrões estabelecidos para que os produtores rurais se enquadrem, para em seguida serem integrados às empresas. Constata-se ainda o caráter seletivo da distribuição das políticas agrícolas e dos créditos rurais que são destinados ao país, muitas vezes beneficiando esse setor, isto é, a avicultura industrial de abate, assim como os demais segmentos do agronegócio.

Na quinta parte desse estudo, “Caracterização dos produtores de frangos integrados às cooperativas”, menciona-se dados da pesquisa de campo, na tentativa de localizar os proprietários aviários, constatando a diversidade de estabelecimentos rurais e, conseqüentemente, das características particulares desses agricultores, como: escolaridade, idade, fonte de renda e mão de obra utilizada. Assim, constatou-se que não há um perfil comum de produtores integrados de frangos no oeste do Paraná, e que dois elementos centrais contribuem para a coexistência de produtores em diferentes condições: o acesso ao crédito e a associação às cooperativas. Em seguida, destacou-se o padrão tecnológico e a seletividade dos agricultores; as influências da avicultura industrial sobre a diferenciação social entre os produtores integrados e suas estratégias de reprodução. Ou seja, em razão do padrão tecnológico a ser seguido, apenas alguns produtores com capacidade de investimento conseguem se manter nessa atividade.

Porém a autora salienta que, apesar de existir um pacote de exigências e de seletividade de avicultores integrados às cooperativas, isso não exclui produtores,

mas revela uma importante inserção destes, favorecendo a diferenciação social. Contudo, façamos uma ressalva quanto a isso. Afinal, em que medida isso é benéfico aos produtores rurais? Se esse modelo favorece em grande medida a competição entre os produtores, enquanto a empresa/cooperativa (o grande capital) se favorece dessas dinâmicas. Dessa forma, a ideia de integração como um mecanismo de manutenção e estratégia de reprodução desses produtores, como exposta pela autora na tese, é muito questionável. Será que esse não é um modo de se enquadrar a essa atividade, que cada vez mais degrada e expropria o trabalhador/ produtor rural? E mesmo que Belusso, citando autores como Paulilo e Todesco, que negam essa relação de subordinação e falta de autonomia dos produtores, acreditamos numa carência de aprofundamento na discussão sobre essas questões.

Por fim, as considerações finais da tese apontam que as cooperativas e a integração dos produtores de frangos às grandes empresas são elementos importantes para a existência dessa atividade na região oeste do Paraná, que tem muito a crescer, possuindo projetos de expansão de sua planta fabril e também investimentos em alta tecnologia na produção, ressaltando a importância desse setor para a economia brasileira. Além disso, afirmou-se que, no oeste paranaense, essa relação contratual entre os produtores rurais e as agroindústrias são preenchidas pelas cooperativas, ou seja, que os produtores integrados são também associados dessas empresas, o que demonstra melhoria na renda e na qualidade de vida desses sujeitos.

Enfim, essa tese de doutorado apresenta uma complexidade de informações de interessante temática, com boa discussão teórico-metodológica. Contudo, em alguns aspectos centrais, acredita-se na carência de um olhar crítico e mais atento por detrás das aparências que a pesquisa (teórica e empírica) proporcionou. Por exemplo, mesmo que durante a pesquisa de campo muitos entrevistados afirmem que se sentem incorporados e satisfeitos com essa integração, isso na realidade pode mostrar que esses produtores já estão envolvidos nessa lógica do capital, ao passo que, muitas vezes, tenham a visão de que continuar nesse caminho seja a melhor alternativa que possuam, o que talvez possa não ser (somente) a única alternativa de fato.

E, embora em alguns aspectos a autora demonstre as contradições desse processo de integração, no fim ela sempre aponta como essa condição da avicultura é importante alternativa para a manutenção dos produtores – opinião com a qual não concordamos. Já que, como

mencionado, entendemos essa dinâmica na realidade como uma “amarra” às diretrizes das agroindústrias e grandes empresas desse ramo.

Do mesmo modo, devemos tomar cuidado com a afirmativa da autora de que as cooperativas são um mecanismo que fortalece os produtores rurais, visto que essas cooperativas (um dito canal alternativo) acabam se sujeitando à alta competitividade em grandes empresas que lideram o mercado, o que acarreta consequência direta ao produtor rural quanto à sua capacidade produtiva, à necessidade de inovações tecnológicas, entre outros fatores. Ou seja, a cooperativa pode sim ter esse papel de fortalecer o produtor rural, mas também apresenta outra face e atuação diante das imposições do capital.

Também é preciso salientar a falta de uma maior problematização e descrição quanto à dinâmica desse capital avícola em relação aos sujeitos que trabalham nessa atividade (seja na produção, no abate ou em outra função) e que possibilitam a perpetuação e o crescimento desse setor. Afinal, existem diferentes critérios e padrões estabelecidos para que os produtores rurais se enquadrem, para em seguida serem integrados às empresas. Alguns estudos recentes (HECK, 2013; WALTER, 2013) revelam a perversidade e degradação

do trabalho que essa atividade vem disseminando nos territórios avícolas brasileiros.

De toda maneira, esse estudo é interessante a estudantes e pesquisadores da geografia, sociologia, história, economia e demais áreas correlatas, atentos às questões ligadas ao campo brasileiro, às relações de trabalho e de produção, à expansão do capital (sobretudo avícola) e aos processos de associativismo/cooperativismo.

REFERÊNCIAS

HECK, F. M. **Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR)**. 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.

WALTER, S. I. **Experiências sociais e relações de trabalho dos trabalhadores pegadores de frango e batedores de caixa de Marechal Cândido Rondon-PR**. 2013. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.